

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros- PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros- PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas- PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho- PSL
Deputado Jalsler Renier- DEM
Deputado Soldado Sampaio- PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

 Resoluções de Afastamentos nº 655 a 661/2011 2
 Resolução de Afastamento nº 488/2011 3

Atos Legislativos

 Autógrafo - Moção de Pesar nº 025/2011 3
 Projeto de Lei Complementar nº 026/2011 3
 Indicações nº 090 e 091/2011 3
 Indicação nº 092/2011 4

Atos Legislativos - Atas de Sessões Plenárias

 Ata da 2067ª Sessão Ordinária 4
 Ata da 2042ª Sessão Ordinária na Íntegra 5
 Ata da 2047ª Sessão Ordinária na Íntegra 15
 Ata da 2049ª Sessão Ordinária na Íntegra 20
 Ata da 2056ª Sessão Ordinária na Íntegra 27
 Ata da 2057ª Sessão Ordinária na Íntegra 32
 Ata da 2058ª Sessão Ordinária na Íntegra 38

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 655/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **VALNÉIA DA SILVA GUTIERRE, Assistente Legislativa e CRISTHIAN BRUNO VELA DE AGUIAR, Auxiliar Parl. III**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 08.11 a 16.11.2011, aonde os mesmos realizarão visita a Câmara Municipal de Manaus e participarão de palestras de interesse deste Legislativo sobre Educação Ambiental e Saúde, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 656/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do servidor **FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA, Diretor Geral**, para a cidade de São Luis-MA, no período de 09.11 a 11.11.2011, aonde o mesmo participará do III Encontro de Diretores-Gerais de Casas Legislativas, enfocando o palpitante tema "Gestão Pública e Governança", oportunidade em que será instalado o Fórum de Diretores-Gerais de Casas Legislativas, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 657/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **JEAN ALESSANDRO SILVA DE ANDRADE, EDEÍLSON PEREIRA LOPES e EDILSON PEREIRA LOPES, Assessores Parlamentar**, para o município de Amajari, no período de 09.11 a 14.11.2011, aonde os mesmos realizarão visitas as comunidades daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 658/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **AMANDA EMANUELLE PERES DAMASCENO, ELLEN CRISTINA IORIS e JORGE NEY MENEZES REZENDE, Assessores Parlamentar**, para o município de Normandia, no período de 09.11 a 14.11.2011, aonde os mesmos realizarão visitas as comunidades daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 659/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da servidora **VERONA SAMPAIO ROCHA LIMA, Assistente Parl. II**, para a cidade de Fortaleza-CE, no período de 21.11 a 26.11.2011, aonde a mesma participará do Curso de Aprimoramento e Capacitação sobre Sistema de Registro de Preços, que se realizará naquela cidade, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 660/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS**, para a cidade de Brasília-DF, nos dias 20 e 21.11.2011, aonde o mesmo participará da IV Reunião Ordinária da Diretoria da UNALE, como membro titular do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Legislativos Estaduais, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 661/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO FLAMARION PORTELA**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 21.11 a 25.11.2011, aonde o mesmo visitará a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e a União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA

RESOLUÇÃO Nº 488/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO FERREIRA GOMES** para a cidade de São Luiz-MA, no período de 22.07 a 27/07/2011, aonde os mesmos participará do 10º Seminário Itinerante Economia da Cultura e Desenvolvimento que acontecerá no auditório do SEBRAE daquela Capital, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de julho de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

AUTÓGRAFOS - MOÇÕES

MOÇÃO DE PESAR Nº 025/11

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor **SANDRO SALGADO PEREIRA**, ocorrido nesta data na cidade de Curitiba - PR.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares daquele que em vida se chamou **Sandro Salgado Pereira**.

Que o mesmo seja acolhido pela providência divina com muita luz.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

PROJETODE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 026 DE DE NOVEMBRO DE 2011.

“Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e estabelece a competência e estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Palácio Senador Hélio Campos-RR, __ de novembro de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR

Governador do Estado de Roraima

INDICAÇÕES

GABINETE DO DEPUTADO MARCELO NATANAEL INDICAÇÃO Nº090/2011

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado/RR, da seguinte Indicação:

CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DE ESPORTE COBERTA, NA VILA SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE BONFIM.

JUSTIFICATIVA

O Art. 5º da Constituição Federal e da Constituição Estadual assegura ao estado, entre outros direitos essenciais, esporte e lazer. Sendo estes, portanto responsabilidades constitucionais.

Atendendo as reivindicações de estudantes e moradores da Vila São Francisco, solicitamos ao governo estadual a construção de uma quadra de esporte coberta, como possibilidade para somados a outros projetos elaborados pela Secretaria de Estado da Educação, atingir a vários interesses sócio-culturais com programações de esporte diferenciadas para crianças, jovens, adultos e idosos. Considerando que os resultados obtidos no tocante, a saúde, a socialização, aos eventos e tantos outros benefícios que advém do esporte garantem melhorias na qualidade de vida, que contribuirá substancialmente para o desenvolvimento populacional dos moradores daquela comunidade.

Portanto solicitamos ao poder público estadual que destine os recursos necessários para construção de uma quadra coberta para o incentivo à prática de esportes, valorizando os estudantes e promovendo ações salutares para uma vida longe da marginalidade, cumprindo o Estado dessa forma seu dever constitucional.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2011.

MARCELO NATANAEL

Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO MARCELO NATANAEL INDICAÇÃO Nº 091/2011

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado/RR, da seguinte Indicação:

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE BONFIM.

JUSTIFICATIVA

O Art. 5º da Constituição Federal e da Constituição Estadual

assegura ao Estado, entre outros direitos essenciais, a educação. Sendo esta de fundamental importância na vida de todo cidadão, portanto responsabilidade constitucional.

Observamos, porém, que na Vila São Francisco, no Município de Bonfim, a única Escola existente não tem atendido a demanda populacional cujos alunos estão reivindicando uma reforma e ampliação da referida escola para atender as necessidades dos mesmos.

Portanto solicitamos ao poder público estadual que destine os recursos necessários para a reforma e ampliação da Escola Estadual São Francisco, situada na Vila com o mesmo nome, no Município de Bonfim, com a finalidade de atender aos estudantes que residem naquela localidade, promovendo assim, os meios pelos quais os menos favorecidos, venham a ter um ambiente adequado a educação, cumprindo o Estado dessa forma seu dever constitucional.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2011.

MARCELO NATANAEL
Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº092/11

O Deputado que a esta subscrive, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

- CRIAÇÃO DE LEI DESTINANDO OBRIGATORIAMENTE 5% (CINCO POR CENTO) DO ICMS ARRECADADO NO ESTADO DE RORAIMA PARA INTEGRAR OS RECURSOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE RORAIMA – FUNDER, GERENCIADO PELA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA - AFERR.

JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual nº 023, de 21 de dezembro de 1992 instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER, que tem por objetivo, conforme Decreto nº 10.056-E, de 06 de maio de 2009, que regulamenta o FUNDER, em seu art. 1º, dinamizar e contribuir para o crescimento da economia estadual, mediante incentivo financeiro nas modalidades de custeio agrícola e pecuário, capital de giro e investimentos fixos, semi-fixos e mistos, para a implantação e a expansão de empreendimentos de empresas consideradas de micro, pequeno e médio porte, de autônomos, de produtores rurais e de suas associações e cooperativas, visando à redução dos desequilíbrios econômicos e sociais no Estado de Roraima.

Nesse sentido, o referido decreto dispõe em seu art. 3º, I, que constituem recursos do FUNDER as dotações orçamentárias próprias, além dos demais incisos que estabelecem ainda os resultados operacionais próprios, contribuições dos setores públicos e privados e ainda convênios com instituições financeiras regionais, nacionais e internacionais.

Prossegue o aludido decreto instituindo em seu art. 4º que os recursos referidos no inciso I do art. 3º serão consignados anualmente, na proposta orçamentária do Estado de Roraima, em montante a ser definido pelo Poder Executivo, segundo a estimativa da receita do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e de multas do Estado, bem como da estimativa de transferências provenientes do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal - FPE.

Diante disso, a presente indicação tem o escopo de solicitar ao Poder Executivo que estabeleça através de regulamentação um percentual fixo da receita do Estado proveniente de arrecadação de ICMS para ser destinado aos recursos do FUNDER, tendo em vista que anualmente o Estado de Roraima tem arrecadado em torno de R\$, dos quais....., sendo que desde do ano de 2010 nenhum valor foi consignado para o FUNDER por nenhuma de suas fontes de recursos.

Convém salientar a importância dos incentivos financeiros para as empresas de micro, pequeno e médio porte, bem como, para os autônomos e os produtores rurais, tendo em vista que esses profissionais necessitam de um capital de giro para investirem em seus negócios, sendo de grande relevância o apoio do Estado.

Essa iniciativa, amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este Parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade de se investir mais na iniciativa privada.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2011.

FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia três de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Aurelina Medeiros, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsner Renier, proceder à leitura do Expediente: RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Memo. nº 053/11, de 01/11/11, do Gabinete do Deputado Francisco de Assis da Silveira, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 01/11/11. Memo. nº 026/11, de 01/11/11, do Gabinete da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 01/11/11. Memo. nº 118/11, de 01/11/11, do Gabinete do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência à Sessão Ordinária dos dias 01 e 03/11/11. EXTERNOS: Comunicados de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº AL133910/11, nº AL133911/11, nº AL133912/11, nº AL 133931/11, nº AL133932/11, nº AL133933/21, nº AL133934/11, nº AL133935/11, nº AL133936/11, nº AL133939/11. Ofício/DPG nº 516/2011, de 28/10/11, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira e de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima. Ofício Circular nº 183/11, de 31/10/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, convidando para participar da reunião ordinária a ser realizada no dia 21/11/11. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Erci de Moraes comunicou aos Senhores Deputados que recebeu uma homenagem da EMBRAPA/Roraima por ter pertencido aquela entidade desde a época de sua fundação, manifestando sua emoção pela aceitação de seu nome nesta homenagem, que de acordo com ele, é uma forma de reconhecimento de quem veio para esta terra com o intuito de contribuir para o engrandecimento deste Estado. Prosseguindo, agradeceu aos Deputados Aurelina Medeiros, Rodrigo Jucá, Gabriel Picanço e a todos aqueles que prestigiaram o evento. Reportando-se ao dia de finados, afirmou concordar com o Deputado Flamarion Portela quando disse que o povo roraimense é um povo sem memória, ressaltando que no dia de ontem teve a oportunidade de constatar isso em visita ao cemitério, quando pôde observar que das inúmeras pessoas que lá estavam, apenas duas reverenciavam o túmulo do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto. De acordo com o Senhor Parlamentar, esse é um exemplo da falta de memória do povo para com um cidadão que foi considerado o pai de Roraima e que tanto representou para este Estado. Continuando, comentou sobre os debates acalorados ocorridos nesta Casa, destacando como naturais, mas, segundo ele, tem que ser baseado sempre no respeito, na ética e no decoro parlamentar, posto que a função do Deputado é trabalhar em prol da sociedade para que se construa um Estado pujante e progressista, que em sua opinião não está acontecendo, pois, segundo ele, alguns Deputados estão se excedendo nos debates, referindo-se à oposição, ao darem ênfase à denúncias vazias, a dossiês sem provas comprobatórias, expondo, dessa maneira, Roraima na mídia nacional de forma negativa. Finalizou apelando para que os debates se atenham a temas importantes que despertem o interesse e o engajamento da sociedade roraimense, ressaltando que é preciso que a preocupação maior seja buscar soluções para algumas questões fundamentais como, por exemplo, o processo de regularização das terras que deve ocorrer com celeridade, segundo ele, mas sob a ótica da legalidade, e que merece a preocupação de todos, independente de ser situação ou oposição, para o melhor aprimoramento do processo. O Senhor Deputado Jânio Xingu iniciou reportando-se ao seu pronunciamento da sessão anterior, quando disse que citaria o nome dos jornalistas Jota R. Rodrigues, Amílcar e Irismar Ramos, por entender que os mesmos estão denegrindo a sua imagem e de outros parlamentares deste Poder, ressaltando que em momento algum falou mal da imprensa, pois sabe que nela há homens e mulheres de bem que ajudam no alicerce da democracia. Continuando, ressaltou que os jornalistas citados fazem armações para criar uma imagem negativa não só contra sua pessoa,

mas, também, contra dos Deputados Rodrigo Jucá e a Aurelina Medeiros, salientando que esses maus profissionais mancham o nome da classe dos jornalistas, pois perderam o senso do normal, taxando-os de desclassificados por não respeitarem os Deputados deste Poder. Em seguida, parabenizou os bons jornalistas que fazem um trabalho correto e responsável e que merecem todo o seu respeito. Após, referindo as atitudes do Deputado Mecias de Jesus, como líder da oposição, disse não concordar, reafirmando que não irá se calar, pelo contrário, fará um discurso que será lembrado durante trinta anos pelo povo deste Estado. Finalizou dizendo que não vai se intimidar com esses fatos, pedindo providências ao Presidente desta Casa para acabar com esse tipo de armação. **HORÁRIO DE LIDERANÇA:** O Senhor Deputado Flamarion Portela reportou-se ao Instituto de Terras de Roraima, solicitando ao Ministério Público que investigue a prestação de serviços de uma empresa terceirizada ao Iteraima, pois, segundo ele, o Instituto de Tecnologia de Administração da Amazônia, que está situado no Centro da cidade, teria em sua folha de pagamento duzentos e trinta e três funcionários que prestariam serviços à autarquia do Governo de Roraima. De acordo com o Senhor Deputado, essa folha de pagamento somaria duzentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e cinco reais, com salários que variam de setecentos reais a quatro mil e quinhentos reais, dando uma média salarial de mil e duzentos reais por pessoa, enquanto existem servidores efetivos ganhando menos que um salário mínimo. Prosseguindo, questionou onde estariam todos esses funcionários e o que estariam fazendo, destacando que além desses servidores estaduais e federais cedidos, o ITERAIMA abrigaria ainda pessoas com cargos comissionados e terceirizados. Em seguida, cobrou explicações do órgão, criticando o Presidente do Iteraima, Márcio Junqueira, por ter lhe chamado de irresponsável e que, por isso, comprovará através de documentos o que está dizendo e encaminhará a documentação ao Ministério Público do Estado para que o instituto seja investigado. Após, criticou o governo que, segundo ele, fomenta as terceirizadas para não realizar o concurso público que foi prometido. Finalizou agradecendo pelo espaço que lhe foi dado, dizendo que tem em seu poder várias pastas de denúncias do Iteraima que serão essenciais para demonstrar as irregularidades que estão ocorrendo naquele órgão, que está desviado de sua prioridade que é a regularização das terras. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação do Requerimento de Pedido de Informação nº 011/11, de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra, requerendo, após ouvir do Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Renato Maciel, Secretário de Estado da Fazenda, um pedido para que ele encaminhe a esta Casa Legislativa, no prazo legal, a quantidade de produtores alcançados pelos incentivos da Lei Estadual nº 215, e respectiva prestação de contas relativa aos bens adquiridos pelos produtores alcançados por esta; Moção de Pesar nº 031/2011, de autoria do Deputado Remídio Monai, pelo falecimento do Senhor Sandro Salgado Pereira, ocorrido nesta data na cidade de Curitiba -PR; Projeto de Decreto Legislativo nº 033/11, que concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Ailson da Silva Feitosa, e dá outras providências. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 011/11. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 031/11. Colocada em discussão e votação, a Moção foi aprovada. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/11. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado Remídio Monai manifestou o seu pesar pelo falecimento do Senhor Sandro Salgado Pereira, ressaltando ter sido este cidadão um empreendedor da área de transporte, proprietário da Expresso Roraima que faz o transporte urbano em Boa Vista, que veio para este Estado com o interesse de gerar empregos e renda, tirando o serviço de transporte público desta cidade do caos em que se encontrava naquele momento. O Senhor Deputado Soldado Sampaio registrou a presença do Senhor Jorgino, do Sindicato dos Pescadores de Caracará; do Senhor Manuel, da Associação dos Pescadores de Vista Alegre; do Senhor Cirilo, da Associação dos Pescadores de Caracará, do Senhor Luís, do Sindicato dos Pescadores de Iracema e, também, do empresário Ronaldo que, segundo o Senhor Parlamentar, estão em peregrinação há alguns dias junto ao IBAMA, a FEMACT e a esta Casa, buscando providências para as demandas dos pescadores no Baixo Rio Branco. Em seguida, convidou todos os Deputados para participarem de uma reunião amanhã na FEMACT,

para discutirem a questão da classe pesqueira do Baixo Rio Branco. Prosseguindo, cumprimentou os Policiais Militares: Cabo Rosada e Sargento Paraguaçu, presentes nesta Casa. Finalizou comentando sobre a questão do ITERAIMA, manifestando sua preocupação com as possíveis titulações de terras à pessoas ligadas ao grupo político que está no poder, sem critério nenhum, sendo necessário, segundo ele, acompanhar de perto quem são essas pessoas que estão se apropriando dessas terras, através de uma CPI para esclarecer esse caso. O Senhor Deputado Erci de Moraes manifestou seu pesar pelo passamento prematuro do Senhor Sandro, da Expresso Roraima, se associando ao Deputado Remídio Monai para fazer uma Moção de Pesar pelo falecimento deste jovem, acrescentando sua coragem em vir a este Estado e assumir as duas empresas falidas que operavam os transportes coletivos urbanos. O Senhor Deputado Gabriel Picanço se solidarizou com o Deputado Mecias de Jesus por ter sido criticado pelo Deputado Jânio Xingu sem que estivesse presente para se defender, enaltecendo sua importância para o Estado de Roraima e para esta Casa. O Senhor Presidente Chico Guerra informou aos Senhores Deputados que se encontra em pauta para votação as Mensagens Governamentais nº 034, 035 e 036 e 040, todas em regime de urgência urgentíssima, solicitando dos Senhores Deputados esforço concentrado para que essas matérias sejam votadas na próxima terça-feira. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 8, à hora regimental. **Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moras, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsier Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 08/11/2011

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2042ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO.
 41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os Senhores Deputados **Chicão da Silveira** e **Sargento Damosiel** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *Ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Sargento Damosiel**) – Procedo à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Memo nº 084/11, de 24/08/11, do Deputado **Brito Bezerra**, solicitando a transcrição da Audiência Pública sobre a Pesca Predatória e Esportiva realizada nesta Casa Legislativa no mês de março do ano corrente.

EXTERNOS:

- Ofício nº 75/11, de 23/08/11, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, solicitando exemplares da Constituição do Estado de Roraima.

- Correspondência de 23/08/11, da Procuradoria-Geral do Estado, encaminhando “Nota Técnica CGOP/SEPLAN nº 014/11”, para que seja anexada ao Projeto de Lei Complementar nº 071/03.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Sargento Damosiel**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, amigos que nos prestigiam nessa manhã. Como habitualmente eu faço Senhor Presidente, toda vez que me ausento para uma viagem a serviço, costume fazer uma breve prestação de contas das minhas ações.

Na última segunda-feira dia, 22, participamos em Curitiba da segunda reunião da Diretoria executiva da UNALE como integrante. Lá, com o frio de dois graus, realizamos essa reunião que teve a seguinte pauta: Primeiro, a participação expressiva de 29 Deputados Estaduais, integrantes daquela diretoria, representando 17 Estados, o que significa que permanece o interesse latente das Assembleias Legislativas em torno da atuação da UNALE.

Na programação, já é a segunda vez que se faz, e será uma prática para ser observada, a abertura de um espaço para reunião de qualquer empresário que queira abordar um tema de interesse geral que merece atenção dos Senhores Deputados. O espaço é franqueado.

Como segundo item, tratou-se dos esforços da UNALE em termos de Pacto Federativo, que se traduz por uma PEC onde todos os Presidentes de Assembleias Legislativas do País assinaram e que se observaram todos os preceitos legais para que chegasse a dar entrada no Congresso Nacional a cerca de 60 dias, PEC essa que dentro do Pacto Federativo clama por reforma política, tributária e devolução da prerrogativa das Assembleias Legislativas, pois que a cada dia que passa somos mais alijados da função que deveria ser a principal, que é a função de legislar. Os colegas sabem das limitações que temos hoje. Ficamos buscando projetos abobrinhas que, às vezes, não têm repercussão nenhuma, naquela ânsia de mostrar que, como Deputados queremos mostrar serviço. Mas pasmem os Senhores, nessa PEC que foi entregue ao Presidente do Congresso Nacional, com uma grande representação da UNALE e outros ex-Deputados Estaduais que hoje são Deputados Federais ou Senadores, houve o compromisso formal do Presidente do Congresso que de imediato mandaria que tomasse o número que é regimental desse PEC e seria designado o relator. Passados 60 dias, nada disso ocorreu, o que mostra, mais uma vez, a letargia do Congresso Nacional, do Senador e da Câmara em continuar persistindo na idéia de ignorar o trabalho das Assembleias Legislativas e dos Deputados Estaduais. Isso é uma luta que vem de longe. Deputado **Mecias**, quando Presidente no último período lembra que chegamos a promover e lá estava eu e ele representando a nossa Assembleia num jantar os com ex-Deputados e ex-Senadores para tentar sensibiliza-los a encamparem as reivindicações das Assembleias Legislativas. Promessas houve, mas como sempre não foram cumpridas. Então, a lei de Newton diz que cada ação corresponde a uma reação, se a ação do Congresso é de omissão, a nossa deve ser de ação e, para tanto, cogita-se para dentro de aproximadamente dois meses uma marcha a Brasília, tentando mobilizar todos os Deputados Estaduais do País, e todas aquelas forças que possam nos ajudar para exercer uma legítima pressão junto ao Congresso Nacional.

Outro tema que lá foi tratado foi a nomeação da comissão organizadora da Décima Sexta Conferência Nacional dos Legislativos e legisladores Estaduais. Já foi constituída a Comissão Organizadora para a próxima conferência nacional que ocorrer em Natal, Rio Grande do Norte, no mês de maio do próximo ano, cujo tema também foi escolhido e serão Matrizes energéticas, considerando problemas palpitantes no Brasil inteiro quanto à energia.

E, por últimos assuntos gerais, dois itens foram discutidos e um deles continua em discussão já na segunda ou terceira reunião, trata-se da proposta consolidada de previdência complementar, que naturalmente diz respeito aos mil Deputados do País.

Então, esse assunto da proposta da previdência complementar já está bastante adiantado, e na essência é baseado num projeto da Assembleia Legislativa de Pernambuco que já se encontra em fase final de organização, que deverá funcionar e envolve a prever, o Banco do Brasil, e que segundo os entendidos é um projeto que está pautado pela legalidade, afim de não expor os Senhores Parlamentares junto à opinião pública, ou seja, um projeto dentro daquele espírito que também somos trabalhadores, que temos o direito de nos organizar em forma de uma previdência complementar. Em breve deverão os mentores dessas ideias percorrer todas as Assembleias Legislativas,

apresentando o projeto para discussão de todos nós.

E, por fim, um assunto que me preocupa é que há tempos percebemos aqui no nosso Estado um movimento partindo dos empresários, no sentido de participarem ativamente dos pleitos políticos, inclusive com a pretensão de manter candidaturas próprias para a próxima eleição, no caso de prefeitos. Muito natural, democrático, é cidadania e nada teremos em contrário, faz parte do jogo democrático. Entretanto, parece-me que esse movimento não isolado, Senhores Deputados, é um movimento que está organizando-se em vários Estados da Federação. Em Santa Catarina chegaram os líderes das federações numa sessão normal daquela Assembleia Legislativa, com todos os aparatos, meios de comunicação e pressão popular implantando um deputadômetro, ou seja, um mecanismo que visa controlar as atividades dos Senhores Deputados, baseado em três itens: frequência, projetos apresentados e participação nos trabalhos gerais nas comissões. Ora, percebem o alcance dessa tentativa. É algo consequente que nos leva a meditarmos sobre isso e a partir daí agirmos antes que sejamos atropelados. Portanto, em conversas depois vimos que em outros Estados se organizam movimentos semelhantes. É hora de cada Assembleia, antes que seja pressionada por forças externas, tomar essa atitude, nos organizarmos porque nós temos plenas condições e amparo regimental para nos organizarmos e fazermos esse controle sem a necessidade de interferência de terceiros.

Lamento que o meu tempo tenha se esgotado, mas se o Deputado Chicão quiser e o Presidente permitir, eu concedo um aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado **Erci**, queria cumprimentar Vossa Excelência pela sua fala, e dizer que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima está muito bem representada junto a UNALE, na pessoa de Vossa Excelência. Tenho mais de 20 anos de vida pública e vejo sempre falarem em pacto federativo. Foram lançados vários programas sociais do governo federal de combate à miséria no Brasil. Esses programas tenho certeza absoluta que são paliativos. Só vamos acabar com a miséria quando acabarmos com as desigualdades regionais, e essas desigualdades se passam pelo pacto federativo. Veja bem, o Senhor citou por último a Ordem dos Advogados no Brasil, que é uma instituição que zela com tanto respeito, de muita credibilidade só não perante as instituições públicas, mas perante a sociedade, e ela acampou juntamente aos Poderes Legislativos para que possam fazer uma reformulação do Pacto Federativo no Brasil. Após, Vossa Excelência vai acompanhar de perto, essa discussão que é importantíssima, principalmente para a região norte e nordeste do Brasil, onde está concentrado o maior volume de pobreza e miséria. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua. – Concordo com Vossa Excelência e peço que o seu aparte seja inserido no meu pronunciamento.

Agradeço a oportunidade e muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia aos cidadãos presentes nas galerias, aos ouvintes da Rádio Anauá, e as demais rádios que transmitem essa Sessão ao vivo. Estava programada a vir a esta Tribuna trazer algumas informações no tocante a segurança pública, mas diante dos fatos ocorridos ontem à tarde, sinto o dever de esclarecer o meu ponto de vista, a nossa pretensão, sobre o corrido no Hospital Geral quando o Deputado Brito e eu estivemos em visita, no meu caso, a quarta que fiz ao Hospital geral e dessas quatro, o Senhor foi a três. Estivemos primeiro visitando aquela senhora que foi operada da perna de maneira equivocada, onde os familiares tiveram que comprar a prótese e houve o erro médico, e nós acompanhamos de perto o sofrimento daquela família.

Depois acompanhamos a situação do companheiro jornalista do Fronteira Roraima, acho que é esse o nome do jornal, que por descaso médico e falta de medicamento ainda se encontra penalizado. Estive outra vez no Pronto Socorro, e ontem não foi diferente, recebemos algumas denúncias de pessoas que usam serviços do Hospital Geral, servidores de lá com quais temos uma afinidade muito grande, que estão constantemente pedindo apoio, chamando a atenção da Assembleia para situação em que se encontra a saúde.

Então, Senhores, é público e notório a real situação em que se encontra a saúde do Estado. O Hospital Geral e o Coronel Mota, são referências, sentimos na pele e ouvimos constantemente os anseios da sociedade pedindo melhorias na saúde pública. Não quero nem fazer referência aqui aos cidadãos do interior do Estado, lá falta de um tudo, é mais crítica ainda a situação e nós como homens públicos, temos o dever de, no exercício das nossas funções de parlamentares, fiscalizar.

Inclusive, esta Casa vem contribuindo para isso com a realização de Simpósio sobre a saúde, com outras discussões e audiências. Fizemos aqui, na última quinta-feira, uma audiência e recebemos uma comitiva de trabalhadores da saúde, ouvimos os reclames, os anseios daquela categoria, então, acredito que a Assembleia como um todo estão fazendo o seu papel, cobrando do governo ações efetivas para melhorar a saúde do nosso Estado. E o Deputado Soldado Sampaio, assim como Deputado Brito, têm a pretensão de contribuir, e ao receberem as denúncias que a alimentação que estava sendo oferecida aos pacientes, não era a alimentação adequada, e nós estivemos lá in loco para constatar, e aí, nós fizemos o uso de uma ferramenta, Deputado Rodrigo, que Vossa Excelência faz também, bem como outros Parlamentares, levamos a TV Assembleia, que está aqui para assessorar os Deputados, para divulgar as ações dos Deputados, para aproximar os Deputados da sociedade, para registrar as nossas ações no sentido até de nos subsidiar com as informações necessárias, com registro, fotos, documentação. Entramos no Hospital e pelo bom trabalho que nós temos e o bom relacionamento até por defender bastante a categoria dos trabalhadores da saúde, ao chegar ao Hospital Geral, onde andávamos, éramos chamados pelo nome. Então, não éramos nenhum corpo estranho naquele hospital, passamos pela recepção e logo fomos chamados por uma senhora que se dizia diretora do hospital e perguntamos pelo Senhor Edgar, que conheço como diretor e, ele não estava. Fizemos as visitas, ouvimos os anseios da população, e constamos in loco que a alimentação fornecida não era realmente a alimentação adequada, foram essas as palavras dos nutricionistas. E, nós perguntamos: “essa alimentação não sendo recomendada, prescrita pelo médico, prejudica a recuperação do paciente?” O nutricionista que é o profissional afirmou que sim. Quem fornece essa alimentação? Empresa terceirizada. Logo depois constatamos pelo próprio secretário, reconhecendo que há falha, que está tomando as medidas o quanto antes, e aí demos mais um voto de confiança a ele, pois ele irá chamar a empresa responsável para que seja oferecida a alimentação de acordo com a necessidade de cada paciente prescrita, pelo médico. Esse foi o compromisso que nós ouvimos do secretário Leocádio, como também ouvimos os reclames dos nutricionistas, dos profissionais que cuidam dessa área.

Ficamos surpresos quando chegou o Secretário Leocádio nervoso, fiquei até com medo que ele passasse mal, estava fora de controle, querendo colocar a gente para fora do Hospital, querendo prender o cinegrafista da TV Assembleia. Eu estranhei aquela atitude, pois ele é um homem democrático, um homem que resolve as coisas no diálogo, mas estava nervoso, irritado e nós fomos bem claros, vou ser bem claro com os Senhores que estão nos ouvindo, eu vejo a TV Assembleia como ferramenta, nós temos que divulgar nossas ações e aproximar o povo da Assembleia, registrar, e se não foi isso, vamos fechar a TV Assembleia, pois estamos gastando dinheiro à toa, vamos despedir esses pais de famílias, esses profissionais, se ela não serve para isso. Está aqui, Deputado Rodrigo, um excelente projeto que ele apresentou sobre a questão do bullying nas escolas. Foram divulgadas essas ações, estão sendo reconhecidos na educação do nosso Estado como projeto interessante e necessário. Estivemos visitando a BR, Deputado Mecias, levamos a TV Assembleia, registramos. Estivemos na Penitenciária Deputado Xingú na cadeia feminina, Vossa Excelência levou a TV Assembleia, lá ouvimos as presas e elas deram depoimentos sobre as condições de vida delas lá dentro. Esse é o papel da TV Assembleia, até porque precisamos constantemente estar na mídia. A saúde do nosso Estado se encontra numa situação precária, é alvo de prisões, de licitações canceladas, e acredito e venho para esta Casa e dar apoio, um voto de confiança ao Secretário Leocádio, acreditando que ele vai sanar essas questões o quanto antes. Agora, ele não vai sanar escondendo não, vai sanar tomando atitudes corretas. Essa é a nossa intenção ao fiscalizar, ao cobrar efetividade no serviço público. Não estamos abrindo mão do nosso serviço Parlamentar, temos um bom salário para fazer o nosso trabalho, fiscalizar, cobrar, seja na educação, na saúde, na segurança e, quero dizer que vou continuar fazendo as minhas ações, vou continuar solicitando ao secretário de comunicação desta Casa que a TV Assembleia nos acompanhe, registre as nossas ações e divulgue os nossos trabalhos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Deputado Sampaio, não estou pedindo esse aparte, para condenar e nem para defender. Acho louvável a ação de fiscalizar porque esse é o nosso papel, concordo. Li nos jornais de hoje uma notícia que me causou certa preocupação e é isso que eu quero registrar aqui, que se leve os meios de comunicação da Assembleia para verificar o estado

de uma estrada, de uma ponte caída, questões materiais, não vejo nenhuma dificuldade, nenhum erro, nenhuma precipitação. Agora, levar assim sem nenhum planejamento prévio para dentro de um hospital uma equipe com câmera de TV e etc. Já pensou se dá à louca no cidadão de entrar numa sala de parto, onde está uma partoente numa situação difícil? Já pensou se entrar numa sala de cirurgia sujeito ao invés contribuir com a cura, a matar o paciente? Na verdade, eu acho que essas coisas vão surgindo cada vez mais, e há necessidade que se discipline isso. Então quero registrar a minha preocupação, a Assembleia está procurando marcar presença com seus meios de comunicação, TV, Rádio, enfim, mas é preciso que a gente atente para esses fatos, pois um hospital é um recanto muito pessoal, muito íntimo, muito particular, não é lugar para que se possa entrar com todo esse aparato, no meu modo de ver, quando ali há pessoas em sofrimento, pois ninguém está lá no hospital arrotando saúde, mas sim, porque está realmente com sua saúde abalada.

A fiscalização é louvável, tem que ser feita, mas com cautela. Era só essa a minha contribuição.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado Deputado Erci, não tenha dúvida nenhuma que nós tomamos precauções e somos coerentes o suficiente, usamos o bom senso para jamais invadir a intimidade das pessoas e, a partir do momento que qualquer cidadão diz que não quer a sua imagem divulgada, ele tem que ser respeitado. Todos os cidadãos que encontramos nos corredores e na sala das nutricionistas falando com aquelas profissionais, e no Pronto Socorro, onde inclusive as paredes são de vidro e podemos ver quem está dentro e quem está fora, que pediram que não fosse divulgada sua imagem, nós respeitamos e até o presente momento as imagens não foram divulgadas, nós estávamos com a imprensa oficial desta Casa, não era nenhuma imprensa sensacionalista, pertencente ao grupo “A” ou “B”. Então, queria deixar o nosso esclarecimento nesse sentido.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado, até por ser um assunto que é de interesse desta Casa quando se trata de prerrogativas de Deputados, que Vossa Excelência trouxe, e ainda pelo menos dois Deputados pediram aparte, vou conceder mais três minutos para que possa conceder os apertes e fazer suas considerações finais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. Obrigado pelos três minutos. Cedo um minuto ao Deputado Célio, um a Deputada Aurelina e fico com o outro para fazer minhas considerações.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Senhor é uma pessoa que, apesar do pouco tempo de Assembleia, admiro pelo seu trabalho. Sempre digo aos colegas que é uma grata satisfação tê-lo aqui como Deputado, porque efetivamente vem cumprindo com que determina a função de Deputado Estadual.

Agora, quando se trata dessa questão, e eu sigo a mesma linha de raciocínio do Erci, pois sou médico e já fui Diretor da Maternidade, acredito que o nosso papel de fiscalizar, ninguém pode impedir. Nem você e, nem ninguém pode nos impedir a entrar em Pronto Socorro, numa enfermaria, mas desde que seja sem exposição. Eu acho que a partir do momento que a gente começa a levar um grupo de pessoa, até porque quando você leva esse grupo, essas pessoas têm que estar preparadas para recebê-las, e tem que ser comunicado previamente que você vai levar essas pessoas, a imprensa. Acho que se chegarmos lá sem comunicar vamos a perder a razão do direito da gente. Nós, individualmente, temos o direito de entrar em qualquer repartição pública, inclusive, no centro cirúrgico, se usarmos roupas adequadamente, mas quando levamos uma estrutura como a televisão, e temos que comunicar o hospital, primeiro pela própria condição deste. Cito como exemplo quando eu fui diretor da maternidade, como é um hospital. A coisa que mais me doía era ver quando uma mulher tinha o seu filho, e o esposo só poderia a ver no período da tarde. Se ganhasse à noite, era a mesma coisa. E eu disse, no dia em que for diretor da maternidade, eu acabo com isso, e foi o primeiro ato que fiz quando diretor. Liberei a visita para os paizinhos dos bebês que as mães ganhassem fora do horário de visita. Eu aguntei 30 dias somente, exatamente porque os quartos são coletivos, não são individuais. Você chegava lá e eu tinha que mandar alguém para preparar para recebê-lo. Uma vez já tinha mandado um na frente, mas em seguida chegou um outro paizinho, e eu achei que não precisava mais mandar alguém para ir lá avisar que mais um paizinho iria chegar, ou seja, todas as outras mães tinham se preparado para receber aquele paizinho, menos a esposa do segundo, e quando ele chegou lá, voltou de forma agressiva, sem razão, até porque se a ordem era para todo mundo se preparar para receber os paizinhos, é lógico que a esposa dele também estava

incluída nesse processo. Então, fui obrigado a proibir essas visitas.

Por isso, gostaria muito de colocar minha opinião, como médico, como profissional da área de saúde, para depois o próprio Leocádio, ou o diretor do hospital não venha se achar no direito de tirar um Deputado lá dentro. Nós temos que saber até aonde vai o nosso limite nessa questão da invasão da privacidade das pessoas e da própria instituição.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado Deputado Célio pelo aparte, quero dizer a Vossa Excelência que houve consenso da nossa parte, em momento algum invadimos a intimidade das pessoas, pelo contrário respeitamos, constatamos as denúncias feitas, até mais do que aquilo que nos foi repassado. Entendemos a sua preocupação enquanto médico, no tocante a respeitar a intimidade, a questão ética, nós estendemos isso com muita clareza, procuramos ter o máximo de cautela possível, agora, também me sinto no direito e até no dever ético de não compactuar, não concordar e não deixar de trazer ao conhecimento da sociedade, de vir a esta Casa e usar esta Tribuna, somar com os Senhores para que possamos buscar uma saúde de qualidade para a nossa sociedade.

Na terça-feira eu vinha da esta Casa, cobrar da prefeitura, ações efetivas para a melhoria da saúde do nosso povo e, hoje, estou aqui, porque sei que esta questão tão importante que é saúde da nossa população ultrapassa qualquer limite, são vidas. Quantas vidas não deixaram de ser poupadas em virtude do mau uso, da má aplicação e da falta de ética de gestores para com a aplicabilidade efetiva dos recursos públicos.

Então, era isso Senhor Presidente. Estamos abertos a qualquer esclarecimento, tanto a sociedade como a mídia. Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes.

Senhor Presidente, da mesma forma que o Deputado Sampaio, faço uso da Tribuna para falar sobre umas denúncias que recebi em meu gabinete e a partir daí convidei o nobre Deputado Sampaio para que fôssemos juntos ao Hospital Geral de Roraima para comprovar a veracidade dessas denúncias. Pois um paciente do serviço público de saúde foi ao meu gabinete para denunciar que estar sendo prejudicado quanto à sua alimentação, dizendo que no bloco E daquele hospital era necessário que todos os pacientes e familiares fizessem vaquinha para comprar uma cadeira de rodas para se deslocarem até os banheiros e fazerem suas necessidades fisiológicas. Eles faziam vaquinha, também, para comprar fraldas, soro e outros utensílios. E fomos constatar essas denúncias...

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Um paciente que estava no seu gabinete? Então, não era mais paciente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Ele era paciente sim e foi no meu gabinete. Foi constatado que, realmente a alimentação que aqueles pacientes estão recebendo, foi prescrita pelo médico e, a partir daí foi confeccionado um cardápio pelos nutricionistas, repassada a empresa terceirizada que fornece aquela alimentação, não está atendendo especificamente o caso clínico de cada paciente, ou seja, a alimentação não condiz com a necessidade orgânica daqueles pacientes. É preciso que todo paciente, especificamente, seja atendido conforme a sua necessidade, mas, segundo os nutricionistas, a empresa não está atendendo. Foi constatada a veracidade da compra da cadeira, de utensílios e de medicamentos pela família dos pacientes, porque o hospital não está prestando essa assistência.

Deputado Flamarion Portela, ao término dessa visita ao Hospital Geral, nos deparamos com o Secretário de Saúde do Estado, **Leocádio Vasconcelos** que estava por sinal muito alterado. E de maneira truculenta, mal educada, nos abordou perguntando aos gritos por que nós da oposição não estávamos nas ruas filmando as condições em que se encontra o Município? Eu falei para o Secretário de Estado que eu não era Vereador, não era da minha competência filmar os desmandos do Município, se é que existem, porque isso é função dos Vereadores. Eu sou Deputado Estadual e estava ali porque fomos requisitados. Fiscalizar é uma prerrogativa do Parlamentar e estamos lá em nome do povo. O Secretário de Estado convocou uma coletiva de imprensa onde afirmou que eu e o Deputado Sampaio teríamos agido de forma irresponsável, quando estávamos apenas cumprindo o nosso papel.

Quero dizer ao Deputado Sampaio que vou continuar fiscalizando não só a saúde, a educação e a segurança, mas qualquer órgão público do Poder Estadual que use o recurso do contribuinte, ao

invés do recurso público. Nós vamos fiscalizar do a quem doer. Se o Secretário de Saúde tem algo a esconder é problema dele. Nós vamos buscar a verdade. E, Deputado Erci, está aqui no Jornal Folha de Boa Vista. Nós entramos de maneira cordeira, responsável e amigável naquele recinto. Foi filmado, fotografado e nós fomos apenas constatar essas denúncias.

O Senhor Secretário de Saúde alterou-se quando disse nas redes sociais que eu tinha chamado o Governo do Estado de corrupto e incompetente e, que naquela secretaria não existia corrupção, que corrupto ele sabia quem era.

Eu quero dizer Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes, que na Secretaria Estadual de Saúde existe corrupção sim, pois na Operação Mácula, do dia 16/03/11, a Polícia Federal, a pedido do Ministério Público Federal, executou a prisão de onze pessoas, de 16 mandados de prisão, acusados de desviar 30 milhões de reais dos cofres públicos da Secretaria de Saúde. Há ou não corrupção? Há corrupção sim. E, é o dever nosso fiscalizar e denunciar.

Como ele diz que não há incompetência, se um paciente naquele hospital está recebendo alimentação inadequada, que altera o seu quadro clínico, que vai protelar a sua estadia naquele hospital porque seu período de convalescença irá aumentar. Se não é incompetência do Secretário, é do nutricionista?

Agora, senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, está aqui no Código de Ética Parlamentar que o Secretário diz que eu e o Deputado Sampaio não lemos porque somos semi-analfabetos. Quero dizer para aquele Secretário que eu tenho formação, nível superior em Administração de Empresas e, também sou bacharel em Direito. Eu li o nosso Código de Ética que no seu artigo 20, inciso I diz: “É direito de o Deputado exercer com liberdade o seu mandato em todo Território Nacional; inciso III: “Ingressar livremente em qualquer órgão ou repartição Estadual; Reclamar verbalmente ou por escrito perante qualquer autoridade contra a inobservância do preceito de lei, regulamento ou regimento; Ser publicamente desacatado, ofendendo no exercício do mandato parlamentar sem prejuízo das ações cabíveis civis e criminais”.

A Constituição do nosso Estado também garante no seu artigo 30, inciso XXIX: “São atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive, os da administração indireta do Estado”.

Então, é prerrogativa do Parlamentar. É direito nosso. Agora, o Secretário chegar aos berros, ameaçando o cinegrafista desta Casa de prisão, de processo, é abuso de autoridade, é falta de equilíbrio. Ele não deveria estar no cargo de Secretário de Estado. Esta Casa tem que ser respeitada, o Parlamentar tem que ser respeitado e, eu exijo respeito com o povo deste Estado. A partir do momento que nós como representantes do povo, no exercício de nossa função, somos desrespeitados, é o povo que está sendo desrespeitado, porque estamos lá em nome do povo, daqueles que são penalizados e vivem a chorar e a pedir clemência do Poder Público e não tem. Eu vi *in loco* o sofrimento daquelas pessoas. Fui ameaçado pelo Secretário de Estado de que ele iria denunciar a minha forma de trabalhar ao Ministério Público Estadual, forma que eu considero ética, transparente, pois é prerrogativa do parlamentar. Ele, também, queria registrar boletim de ocorrência contra a nossa entrada no hospital, queria oferecer denúncia na Corregedoria desta Casa contra o Deputado Soldado Sampaio e eu. Como, também disse que iria representar no Conselho de Medicina.

Vejam bem, isso é uma forma de nos intimidar. E, gostaria de pedir a Presidência desta Casa e da Mesa que tome providências para exigir desse Secretário se retrate junto a esta Casa, no sentido de que ele assuma a sua responsabilidade e trabalhe em benefício do povo, ao invés de tentar coibir as ações dos Deputados. A independência entre os poderes existe para que seja exercitada na sua plenitude. Nós estamos exercendo o poder de fiscalização que nos é dado por esta Casa, e pelo povo deste Estado.

Quero deixar registrado que estamos vivendo uma democracia maquiada, a ditadura está instalada. Eu até, por vezes, imagino que vou decretar alguns atos institucionais como foi feito na ditadura de 64, proibindo o livre acesso da imprensa a órgãos públicos, impedindo a liberdade de imprensa e até restringindo o direito do Parlamentar no seu exercício de fiscalização. Se nós baixarmos a cabeça e formos subservientes ao Poder Executivo, não vamos mais merecer o voto do nosso povo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado, só para registrar a prática do atual Governo, em omitir, ou até divulgar as suas boas ações ele seleciona a imprensa.

Recentemente, foi nota de repúdio por parte dos jornalistas o acesso negado a eles para cobrir um evento do Governo do Estado. Então, o que nós percebemos é que o Executivo tem sua imprensa oficial e tenta enganar a sociedade roraimense com as notícias transmitidas por ela, não aceitando em momento algum qualquer outro tipo de imprensa como jornalismo escrito, internet.

Eu tenho plena certeza que se fosse uma imprensa apadrinhada do executivo, uma imprensa que pertencesse ao grupo do executivo, ela seria bem vinda naquele Hospital Geral, o qual, com certeza iriam mostrar outra realidade, fantasiar, como fizeram no bairro Brigadeiro recentemente. Eu vim nesta Casa e denunciei que o Governo foi lá e induziu uma Senhora a dar um depoimento sobre uma Casa que foi entregue pelo Governo do Estado, a afirmar que com o dinheiro dela, de costureira, colocou cerâmica na casa, sendo que cem por cento das casas não têm cerâmica, não têm reboco, estão caindo, porque os recursos foram desviados. Essa será a conclusão a que chegará o Ministério Público.

O governo vendeu essa imagem, essa é a prática do governo. Eu quero saber do Secretário quais são as ações efetivas no tocante a apuração da Operação Mácula, que descobriu, a princípio, trinta milhões da saúde que foram desviados? Imagine o que é trinta milhões desviados no meio do caminho para estes hospitais? O que é trinta milhões ajudando a pagar um bom salário para os servidores? Existe servidor que ganha hoje, na saúde, e temos conhecimento disso, menos de um salário mínimo, servidor concursado que há mais de quatro, cinco anos não tem aumento.

Então Deputado Brito, nós sabemos que o que Governo quer é fazer da Assembleia Legislativa uma extensão do executivo. Nós somos todos, aqui, compromissados, e não vamos permitir que isso aconteça.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. - Quero comunicar aos Deputados e Deputadas, que hoje mesmo vou voltar ao Hospital Geral e vou fiscalizar outras denúncias que recebi.

Dessa vez foram quatro denúncias, por isso vou voltar a fiscalizar novamente e não vou avisar formalmente para que não seja maculada a realidade dentro daquela unidade hospitalar.

Quero contar com o apoio de Vossa Excelência. Muito Obrigado, que a democracia seja exercida na sua plenitude.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Eu queria cumprimentar Vossa Excelência, e dizer que a vossa indignação é mais do que justa.

Ontem Presidente Chico Guerra, fui representar o Poder Legislativo junto a Ordem dos Advogados na OAB/ Seccional/RR, e tivemos lá um palestrante, o Conselheiro Federal Doutor Marcos, um homem renomado, autor de vários livros, que hoje é o responsável pela elaboração do novo Código Civil junto ao Senado. É impressionante o nível da palestra daquele cidadão. O assunto que mais foi abordado foi a inviolabilidade do advogado, inviolabilidade essa que nem com decisão judicial pode ser violada. Ele disse algo muito justo e certo, que sem advogado não há justiça, e sem justiça na há advogado.

Ele passou para o Poder Legislativo e não falou em imunidade, mas em inviolabilidade, que sem o Poder Legislativo nós não vivíamos a democracia que vivemos hoje no Brasil, isso graças à inviolabilidade e ao Poder Legislativo, porque nós legislamos muito pouco, julgar é que é o nosso verdadeiro papel.

Ele que é um dos mais estudiosos presenciaram um fato desses, é preocupante. Eu gostaria de pedir a corregedoria desta Casa, ao Presidente Deputado Chico Guerra, que seja rigoroso, mais muito rigoroso na apuração desses fatos, porque daqui uns dias a desmoralização não será do Deputado Brito, do Deputado A, B ou C, mas do Poder Legislativo. Nós não podemos abrir mão da inviolabilidade, seja de quem for não é o Deputado de oposição ou de situação. É o Deputado Estadual que tem que usar a força da sua inviolabilidade, pois ele representa lá na ponta, Deputado Brito, o povo, ele fala pelo povo, pela sociedade e por aqueles que não têm voz e vez.

Agora, se nós não fizermos representar, fica difícil exercermos e fazer jus ao salário que recebemos da sociedade, pois como vamos nos justificar perante a opinião pública. Então, eu peço ao Presidente desta Casa que seja rigoroso, que a corregedoria, Deputado Erci, seja rigorosa na apuração desses fatos, porque é preocupante. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. - Muito Obrigado Deputado Chicão. Tenham todos um bom-dia.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhoras e Senhores

Deputados, eu já disse aqui na Tribuna, algumas vezes, que é tão legítimo ser Deputado de situação, quanto Deputado de oposição.

Eis a evolução da humanidade. Meu amigo Chagas Duarte, meus cumprimentos, o Senhor conseguiu fazer o curso de Direito já com quase oitenta anos, é um grande exemplo para a juventude, então, é tão legítimo, graças à evolução da humanidade, que a gente chegasse e esses dias em plena democracia.

Contudo, a história da humanidade mostra que não foi sempre assim, nós já vivemos no mundo e no Brasil, momentos difíceis.

Eu quero chamar, aqui, a reflexão sobre momentos históricos, para que a gente entenda tudo isso. Na Roma antiga, meu querido Chagas Duarte, os imperadores jogavam os seus adversários, os seus inimigos num fosso para serem comidos pelos leões. Isso era temerário, mas mesmo assim, ele não deixou de ter opositores e os seus mandatários absolutos.

Depois tivemos Montesquieu que raciocinou e pensou na repartição dos poderes porque achava que era muito ruim para a humanidade uma pessoa só decidir tudo. Então, pensou em criar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário fazendo a repartição do Poder absoluto. E aí, a democracia começou a se fortalecer, e com o seu fortalecimento veio a participação popular, o ingresso da sociedade, na democracia quando o povo manifestou suas opiniões e os seus desejos através do sufrágio universal.

Em outra fase da nossa história nós também, já no século XX, tivemos muitos tiranos. Eu me lembro de Stalin na Rússia, de Mussolini na Itália e de Hitler na Alemanha. Para combater esses tiranos, meu caro Deputado Joaquim Ruiz, teve um homem como Winston Churchill que fez uma grande contraposição a eles, e há quem diga, inclusive, alguns livros citam isso, que a diferença entre Hitler e Stalin, é que Hitler matava barbaramente e o Stalin, antes de matar os seus inimigos, lia livros.

Nessa época tivemos a filosofia do Hitler, um tirano que dizia e tinha plena consciência disso, Deputado Mecias de Jesus, que uma mentira dita mil vezes, se transformaria em verdade, e para que a Alemanha perdesse sua memória, ele fez fogueiras de livros, queimou livros porque se não há livros, não há memórias, vale só o que é dito naquele momento.

Graças a Deus tudo isso foi vencido, suplantado e com raríssimas exceções. O mundo moderno, hoje, respira a democracia plena, por isso que nós chegamos nesse momento, querido Deputado Erci de Moraes, podendo dizer que é tão legítimo ser situação quanto ser oposição.

Aqui nós representamos o Poder Legislativo, e quais são as funções maiores e soberanas do Poder Legislativo? Já disse aqui algumas vezes: são três pilares essenciais, produzir leis, ou seja, legislar, produzir legislação que beneficie o conjunto da sociedade e fiscalizar que são o papéis preponderantes do Poder Legislativo, as ações do Poder Executivo, e o terceiro pilar essencial de sustentabilidade do Poder Legislativo é representar o conjunto da sociedade.

A sociedade, ao votar, ao manifestar seu sufrágio universal através do voto, delega ao Deputado essas prerrogativas da sociedade de representá-los com a mais absoluta dignidade. Portanto, Deputado Brito e Deputado Sampaio, o papel de fiscalizar é essencial no Poder Legislativo.

Eu penso que Assembleia Legislativa, dentro do seu princípio maior de elaborar a lei orçamentária, a LDO, de elaborar um plano plurianual, estabelece metas, prioridades, diretrizes e há uma cobertura em cada exercício, orçamentariamente falando, para que os projetos sejam executados.

Portanto, o papel de fiscalizar do Parlamentar é fundamental, e nós, aqui, Deputado Mecias de Jesus, que representamos à oposição temos a obrigação de fazer isso com mais veemência. Não que tenhamos que agredir as instituições, não quer dizer que tenhamos que desrespeitar ninguém em absoluto, mas não devemos fugir jamais desse papel preponderante de fiscalizar as ações do Poder Legislativo. Por isso, a nossa responsabilidade é grande, bem como o nosso desafio, a nossa coragem deve estar sempre à frente quando conduzirmos essas ações, porque só com coragem se faz oposição neste Estado.

O Estado de Roraima tem a tendência de ser opressor. Aqui em Roraima nós temos um grau de politização extraordinário, todas as pesquisas qualitativas quando são feitas, demonstram isso, mas pasme meu querido Chagas Duarte, a sociedade de Roraima é intimidada ao manifestar a sua opinião, ela tem receio de manifestar o que pensa porque tem pavor da opressão do Poder Público.

Isso não sou eu que estou dizendo, são as pesquisas que

demonstram, e demonstram de longo tempo. A sociedade Roraimense é politizada sim, sabe o que se passa sim, mas ela é receosa, tem medo da perseguição, talvez pelo fato de nós termos vindo de um território, onde o governante era legislador e ainda representava o papel de juiz.

Lembro-me, há quase trinta anos atrás, quando aqui cheguei, que havia somente um juiz federal que vinha aqui esporadicamente, nem morava aqui, vinha, despachava e ia embora. Então, a figura do Governador do Território era uma figura autocrata, de muito poder centralizado sobre seus ombros, talvez por isso tenha tornado nossas famílias Roraimenses um pouco receosa das perseguições que reinaram sim na política de Roraima durante muito tempo.

Eu quero dizer ao Deputado Mecias de Jesus que é o líder da bancada da oposição, que não devemos nos intimidar. Santo Augustinho dizia que temos sempre um filho muito importante nas nossas vidas, e que esse filho é a nossa coragem.

Quem não quer sofrer qualquer tipo de abalo, perseguição ou mesmo perversidade, não deve estar na vida pública. Quem está na vida pública tem que saber que pode ser atacado, que pode acontecer com ele algo inesperado.

De fato a coragem é fundamental para quem está na trincheira da oposição. Quero dizer ao Presidente Guerra que nós tivemos dois Deputados, que no papel de fiscalizar, cometer algo que eu considero grave.

Eu acho que Assembleia Legislativa deve saber o que realmente aconteceu, e deve se posicionar. Não o Presidente da Assembleia Legislativa, mas o Poder Legislativo que é representado por Vossa Excelência, não é o Deputado Guerra em si, é o Presidente da Assembleia Legislativa, juntamente com a Mesa Diretora que deve analisar isso, para que fatos como esses não voltem a acontecer.

Se houve atos indevidos do Deputado, o diálogo poderá resolver, não devemos taxar o Deputado como irresponsável, eu acho muito forte um Secretário de Estado atacar um Deputado Estadual na atribuição sublime e soberana das suas atividades, ao chamá-lo de irresponsável.

Portanto, eu acho que a Assembleia Legislativa deve assumir uma posição a respeito do ocorrido. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Senhor Presidente, caros colegas, membros da Mesa, amigos da imprensa, amigos e populares aqui presentes que nos dão a honra, mais uma vez, de visitar o Plenário da Assembléia Legislativa.

O meu Pronunciamento, hoje pela manhã, certamente não teria nada deste assunto debatido aqui pelos colegas, sobre a obrigação que têm os Deputados de fiscalizar a coisa pública.

Toda essa polemica é simplesmente porque dois Deputados resolveram fiscalizar.

O Secretário acha que não pode ser fiscalizado, acha que o Deputado não pode entrar em um hospital, seja ele da situação, da oposição, não pode, isso porque o da oposição fala, denuncia, claro.

O Deputado Célio falou muito bem que os dois são Deputados conscientes, claros, objetivos, sabedores de suas obrigações e jamais iriam permitir que a equipe de televisão adentrasse numa sala de parto para filmar. Que cabeça é essa para imaginar que um profissional competente da Assembléia Legislativa fizesse isso. Eu reputo os servidores da comunicação da Assembléia Legislativa como competentes e responsáveis. Eles jamais entrariam em uma sala de parto para filmar um momento desses, jamais entrariam numa UTI e filmariam sem a autorização da pessoa.

O que foram fazer foi outra coisa, o que foram filmar foi uma outra coisa. E, com que o Secretário estava preocupado? Não era se filmava uma mulher dando a luz ou se filmava alguém na UTI, era se filmava o mau atendimento, a falta de medicamentos e a má qualidade dos alimentos. Era com isso que o Secretário estava preocupado.

Eu estranhei a entrevista do Secretário, pois parecia que ele estava atacado de ódio, de rancor, de medo, parecia que ele tinha algo grave para esconder e estava disposto de qualquer forma a impedir que aquilo acontecesse.

Eu lamento muito, profundamente, que na própria Assembléia Legislativa, como eu disse ao Presidente Guerra há poucos minutos que o Secretário vai oferecer denúncia à corregedoria da Casa, a Mesa Diretora. Então, que ofereça, e que a Mesa Diretora e Corregedoria analisem se houve arbitrariedade ou não, analise os vídeos apresentados pela assessoria de comunicação e verifique onde é que os Deputados exorbitaram os seus poderes.

Agora, se o Deputado não puder mais nem entrar em um hospital, então nós vamos fechar as portas da Assembléia Legislativa

e colocar lá na frente: “Departamento Legislativo do Governo do Estado de Roraima”.

Contudo, condenar os colegas por uma entrevista, sem os ter ouvido, sem ter ouvido de fato a narrativa do governo, apenas pela paixão em defender o outro lado, eu acho que não pode ser por aí. Acredito que esse afã em defender a qualquer custo um colega não pode ser por aí. Encerrando esse assunto, eu quero falar de um fato lamentável. Há poucos dias atrás, certamente muitos leram nos jornais locais, na imprensa local, saiu que o Vereador Alfonso Rodrigues poderia perder o mandato de vereador, poderia ser cassado porque tinha sido condenado em sentença judicial transitado e julgado.

É fato o vereador Alfonso Rodrigues, ter sido processado pelo INSS, por ajudar as pessoas e orientá-las a conseguir as suas aposentadorias. Ele foi processado pelo INSS e foi condenado aqui em primeira instância, recorreu para a segunda instância e lá foi condenado também. Infelizmente, isso vale para todos os Deputados que precisam de advogados.

Em Roraima existem dezenas e dezenas de advogados bons, responsáveis, competentes, mas existem também aqueles irresponsáveis, porque se todos os advogados agissem de forma igual, talvez hoje tivéssemos aqui na Assembléia Legislativa a cassação de vários colegas que também foram condenados em primeira instância e em segunda instância.

Noventa por cento das pessoas que têm processo na justiça não podem mais se defender, já estão todos condenados. Enquanto o Vereador Alfonso ainda teria recurso para o STJ, para o Supremo, os advogados do Vereador Alfonso perderam o prazo e não recorreram.

Eu faço questão de contar e dizer o nome dos dois advogados porque eles não se preocuparam em nenhum momento com o prazo. O Vereador Alfonso orientou na aposentadoria de uma senhora que ainda hoje passa fome porque nem pode mais se aposentar, por ter sido o objeto da denúncia e, por isso, o seu Alfonso pode perder o mandato, porque foi condenado e não teve o direito de se defender, Deputado Jalsner Renier, como Vossa Excelência que foi condenado pelo TRF, mas recorreu para o STJ, como o Deputado Chico Guerra, como o Deputado Chicão e como tantos outros, e eu também, certamente quando for julgado aqui, posso ser condenado no TRF e vou recorrer.

Agora, o advogado não dar ao a seu cliente chance de se defender num caso simples como esse. Deputado Chagas, o Senhor que é advogado sabe que isso não simples. É um absurdo o advogado perder o prazo. O nome deles é Marcos Carvalho e Roberto Guedes, são esses os dois advogados que eu confiava, reputava a eles como bons advogados, mas advogado que perde o prazo pode e deve ser considerado irresponsável.

O seu Alfonso está preparando uma ação contra eles na OAB. Agora, o que mais me espanta é que tão logo a justiça comunicou a Câmara dos vereadores, a suplente do próprio partido do vereador Alfonso já estava lá na câmara com o advogado pedindo para tomar posse imediatamente.

O Senhor Alfonso não foi cassado pela justiça eleitoral, esses casos vão para a justiça eleitoral. No caso do Vereador Alfonso, a Constituição Federal, a Constituição do Estado e o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados prima muito bem.

A moça disse que vai a qualquer custo, de qualquer forma, assumir, pois se considera poderosa e o Senhor Alfonso é insignificante.

Olha Senhoras e Senhores, a justiça de Deus tarda, mas não falha, e poderá vir sobre qualquer uma de nós.

Ela é suplente do próprio partido, disse que já está até com depressão porque ainda não assumiu, se escondeu num sítio ou fazenda e brigou com seus advogados porque eles ainda não conseguiram resolver a questão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Fale o nome dela, Deputado?

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Todos sabem que eu estou falando da Janice Coelho. Eu lamento que o Deputado Luciano Castro esteja exibindo taças de vinho para vibrar pela derrota de um companheiro que lhe ajudou muitas vezes a subir no palco que ele está até hoje. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**-Senhor Presidente, caros colegas, todos que estão presentes na tribuna desta Casa.

Senhor Presidente, eu venho aqui tratar de um assunto que, na verdade, eu deveria ter feito esse discurso nesta Casa ontem, mas a Sessão foi tão rápida que não permitiu a ninguém se manifestar.

Eu vou aproveitar o curto espaço de tempo que tenho para tratar de mais dois assuntos. Então, serei bastante breve nessas considerações.

Esse discurso refere-se a um Projeto de Lei, que apresentei nesta Casa em junho desse ano, antes do recesso Parlamentar, que cria um programa que, na verdade, é uma ferramenta de uma política estadual destinada ao esporte, que todos nós queremos ver aprovada, aqui em Roraima.

Nós temos presenciado durante as sessões manifestações dos atletas profissionais do nosso Estado, a respeito da concessão de apoio institucional e financeiro para competições nacionais e internacionais.

Em Roraima, o setor precisa de apoio do governamental e de políticas públicas que favoreçam a prática de esporte de alto rendimento de maneira adequada, orientada e sustentável.

Qual é o Deputado que não recebe hoje em seu gabinete um atleta pedindo apoio para comprar um quimono, material esportivo, uma passagem aérea ou até mesmo de ônibus para ir disputar uma competição? Além da possibilidade de uma carreira promissora e reconhecida, entendo que o esporte é um forte instrumento de combate a criminalidade juvenil, já que ocupa o tempo ocioso dos jovens de forma produtiva. O esporte, sem dúvida, é um eficaz agente de transformação social. Exemplos de que o esporte já tirou milhares de brasileiros da linha da marginalidade não nos falta. Nossos atletas precisam ser valorizados e tratados profissionalmente para não continuarem na dependência de patrocínio em um mercado insipiente para esse tipo de investimento. Além disso, vale destacar que o atleta se torna um ídolo, um modelo de comportamento, de dedicação, de princípios, de valores e, por isso, também deve ser valorizado. Quando geri a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Boa Vista, implantei diversos projetos como o programa de iniciação esportiva para crianças e adolescentes, o Bolsa Atleta para apoiar os atletas de alto rendimento em Boa Vista, preparando-os para as competições nacionais e, ainda, o programa Esporte para Todos. Nesse contexto, apresento hoje, aqui nesse discurso, o projeto para a criação de um programa estadual de incentivo ao esporte, destinado aos atletas e seus técnicos esportivos no âmbito do Estado de Roraima, com a finalidade de incentivar a prática competitiva de esportes nas modalidades reconhecidas pelo Comitê Olímpico e Paraolímpico brasileiros. O exemplo do Programa do Governo Federal, o Bolsa Atleta garantirá a atletas e técnicos que obtiverem rendimentos em competições de nível nacional ou internacional, valores mensais que custearão os treinamentos e outras necessidades dos esportistas. A proposta que apresento traz uma inovação também importante que é, justamente, o apoio financeiro aos técnicos, e esse apoio, nem no Programa Federal existe, pois entendo que precisamos, também, ter o trabalho realizado por esses profissionais, afinal, não existe atleta sem técnico. O Bolsa Atleta garantirá a todos eles valores mensais que serão reajustados anualmente, conforme o índice de correção dos vencimentos dos servidores públicos estaduais. Serão concedidos aos atletas e técnicos que preencheram os seguintes critérios técnicos, considerando os resultados objetivos em jogos estudantis brasileiros e universitários, jogos universitários roraimenses, olimpíadas escolares, jogos estudantis ou outras competições e similares relevantes: para a categoria estadual nas modalidades individuais, ter participado da principal competição estadual realizada pela Federação da sua modalidade esportiva, tendo conseguido se classificar entre os três primeiros colocados; Nas modalidades coletivas, o atleta e seu técnico serão indicados individualmente e não a equipe que ele pertence, nos termos das modalidades individuais; Para a categoria nacional, nas modalidades individuais, ter participado da principal competição nacional promovida pela confederação de sua modalidade esportiva, tendo conseguido se classificar entre os dez primeiros colocados; Nas modalidades coletivas, o atleta e seu técnico serão, da mesma forma, indicados individualmente, nos termos das modalidades individuais. Por fim, acredito que ao investirmos no esporte, ainda estamos intervindo nos mecanismos de controle social, pois o esporte é um instrumento capaz de facilitar a inclusão, sobretudo, das pessoas consideradas à margem da sociedade. E, por isso, peço o apoio de vocês referente a esse assunto.

Senhor Presidente, quero aproveitar a oportunidade e, também, comunicar a todos os Parlamentares desta Casa, a imprensa e a todos vocês que estive em Brasília, na terça-feira, na Câmara dos Deputados, participando da Audiência Pública na Comissão de Agricultura daquela Casa que tratou do pedido de revisão da demarcação

da área indígena Raposa/Serra do Sol. Foi um evento importante. Foi importante levar ao conhecimento do Brasil e do Congresso Nacional o que vem acontecendo hoje aqui no nosso Estado, o que aconteceu com Roraima desde que essa área indígena foi homologada, as pessoas foram expulsas de lá. A condição de miséria, de fome e de pobreza que vive os índios que permaneceram na área Raposa Serra do Sol e, principalmente, aqueles que saíram da região. Hoje, temos certeza que daqueles 17 mil indígenas computados no senso e no laudo que justificou a homologação, muitos já deixaram a área porque não têm condições de sobreviver na Raposa. A FUNAI é omissa, só quer saber de laudo antropológico fraudado. A FUNAI se baseou em aspectos de ocupação tradicional daqueles espaços, mas não diz o que significa ocupação tradicional, porque muitas áreas daquela região que foi homologada não são ocupadas por indígenas há mais de 200 anos, pois na minha avaliação, não há tradição que permaneça durante 200 anos se ela não for praticada. Enfim, essa é uma situação muito dedicada. E o pedido que faço Senhor Presidente, é para que esta Casa se envolva com muita força nessa questão, que esta Casa possa participar desse debate e o que eu sugeriria é que fizéssemos uma carta, um ofício assinado por todos os Deputados aqui da Assembleia, para que seja encaminhado ao Presidente da Câmara, Marco Maia, de forma que aquela Casa possa votar um Projeto de Decreto Legislativo que anule a homologação pela forma como ela foi feita, para que possamos refazer os dados e repensar nessa homologação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Rodrigo vou falar em primeiro lugar, sobre o Projeto Bolsa Atleta. Conte com meu apoio, pois esse era um sonho, um projeto que se Vossa Excelência não apresentasse, eu iria apresentar. Espero que esse projeto seja aprovado aqui com urgência para que possamos implementá-lo no próximo ano. Nós vamos tirar muitos jovens das drogas ou da possibilidade de irem para as drogas e esse projeto vai ser fundamental aqui em Boa Vista, bem como para os Municípios do interior de Roraima, onde os jovens, principalmente na adolescência, na fase dos 16 aos 20 anos, não têm nenhuma perspectiva de emprego e é evidente que eles vão se dedicar ao esporte e buscar uma alternativa com tantos exemplos que temos assistido na mídia nacional. Então, na realidade que vive o interior de Roraima, estou do seu lado e lhe dou todo o apoio em relação ao Projeto Bolsa Atleta. Em relação à Raposa/Serra do Sol, fizemos uma Audiência Pública aqui, não estive presente, acho que ainda há possibilidade dentro do que Vossa Excelência ouviu e participou em Brasília, de se rever essa situação, não que se divida em quantidade tão absurda, mas que se busque uma realidade, até porque a grande maioria dos indígenas está vivendo em Boa Vista. Muito obrigado pela oportunidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Deputado, queria cumprimentá-lo pela brilhante ideia, pela iniciativa do Bolsa Atleta. Nós precisamos apostar na juventude deste Brasil e deste Estado. Vossa Excelência tem a maioria de seus projetos voltados para a juventude. Eu não tenho dúvida que se os municípios de Boa Vista derem oportunidade a Vossa Excelência de governar esses Municípios, quem mais vai ganhar será a juventude. Então, sem dúvida nenhuma, Vossa Excelência está de parabéns, pois isso irá resgatar novos talentos que, às vezes, estão escondidos aí por uma falta de oportunidade e, Vossa Excelência, através dessa iniciativa, estará proporcionando uma melhor oportunidade à juventude. Parabéns.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** continua – Para concluir, Senhor Presidente, reforço o pedido que fiz a Vossa Excelência, e pedir que a Casa se manifeste junto a Câmara Federal para que tenhamos a oportunidade de rever essa questão da Raposa. Não estou defendendo que essa área não seja homologada, mas que sejam revistos os critérios, a forma como foi feita a área demarcada e, principalmente, a atuação dos órgãos federais que trabalham no atendimento e no apoio às comunidades indígenas. Então, que possamos ser firmes com relação a essas questões e, em relação ao Bolsa Atleta, Deputados, que caminhemos juntos em busca de apoio para esse projeto, pois sei que Vossa Excelência é um defensor desse projeto e que os atletas de Roraima merecem todo o nosso apoio. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que me traz a esta Tribuna na manhã de hoje é tão somente o constrangimento pelo o qual passou ontem esta Casa e as instituições públicas deste Estado. Eu quero primeiro, falar da imagem e da conduta do Senhor Secretário da Pasta Doutor Leocádio. Ele chegou neste Estado, é natural do Ceará, para cumprir sua função, sempre zelando pela coisa pública com a mais absoluta responsabilidade. Não existe por parte da imprensa, da

justiça ou das instituições nenhuma denúncia ou nenhum ato que envolva ou macule negativamente a imagem do cidadão Leocádio Vasconcelos. Devo dizer aos Senhores que esse homem foi Secretário de Estado da Fazenda, dirigiu por muitos anos o DETRAN, foi Secretário de Justiça e Cidadania e está hoje na pasta da Secretaria Estadual de Saúde, que nós sabemos que é uma pasta difícil, uma pasta que não é qualquer pessoa que consegue resolver, pois não se resolve o problema de saúde do dia para a noite e nem da noite para o dia, mas o Doutor Leocádio, em nenhum momento, à frente daquela pasta, escondeu debaixo do tapete qualquer ato administrativo, seja da gerência atual ou de gerências passadas. Chamou o Ministério Público, a Polícia Federal, a Polícia Civil, os órgãos de controle para que fizessem uma devassa naquela instituição para melhorar ainda mais a qualidade de vida das pessoas, porque nós sabemos que saúde é coisa séria. E, é deste homem que estamos falando.

O artigo 34 da nossa Constituição Estadual ampara e protege os Senhores Deputados para entrarem em qualquer órgão público a qualquer hora do dia e da noite, para exercerem os seus papéis de fiscalizadores. É direito de o Parlamentar fiscalizar qualquer órgão de controle. Não quero aqui tirar o mérito de nenhum Parlamentar de sair daqui, entrar em qualquer repartição pública e cumprir o que está determinado na Constituição Estadual, no artigo 34, inciso IX. Como também, não podemos abolir a Constituição Federal no seu artigo 5º onde fala que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

O que não pode Senhor Presidente, é o Parlamentar chegar numa instituição pública com uma câmera por trás, filmando pessoas que estão convalescendo, pessoas que estão em leitos de hospitais, seja ele Vereador, Deputado Federal, Senador, Deputado Estadual, visto que não há a prerrogativa de chegar num órgão público filmando as pessoas, sob pena de alguém se sentir constrangido por ter uma câmera filmando o seu estado debilitado de saúde, e amanhã esse poder entrar com uma ação de indenização contra o ato praticado. Nós sabemos que isso não pode acontecer isso não é prática da Constituição Federal porque está aqui no seu artigo 5º, parágrafo IX.

Senhores Deputados, o que nós temos que fazer é cumprir o nosso papel de cidadão. Portanto, expor as pessoas ou chegar e falar que o Estado de Roraima está em Estado de Sítio, que está numa posição decadente, que o governado é tirano, que o Estado de Roraima está sendo atropelado nos últimos anos, eu não concordo, porque cada governante investido pelo voto popular, sempre tem que pedir a Deus para que erre menos, porque nunca vai existir na história do nosso Estado um governante investido pelo voto popular que vai governar e que não vai errar. E, aquele que acertou 100% que levante suas mãos. O que eu quero Senhor Presidente, é não tirar as prerrogativas dos nossos Deputados, mas respeitar o direito do cidadão. Quando eu estava à frente da liderança do Governo, lembro-me que a oposição chegava e falava que o Secretário tal estava cometendo um erro, e que outro Secretário estava prevaricando em outra situação. Prontamente, eu mesmo fazia um ofício convocando o Secretário da pasta para vir imediatamente prestar os esclarecimentos objeto da denúncia da oposição. Eu sempre fiz isso aqui nesta Casa, e o deputado Brito sabe disso, ele reuniu com os seletivados da saúde e, imediatamente, liguei para o Secretário de Saúde que veio aqui prestar esclarecimentos a Vossa Excelência. Não existe por parte do Governo nenhum bloqueio para qualquer Deputado, seja ele de situação ou oposição. O que não pode é passar por cima da autoridade que ali está naquele momento e, principalmente, das pessoas que estão lá.

Portanto, o que eu quero aqui dizer a vocês é sobre a minha posição e deixar bem claro a imagem e a conduta do Doutor Leocádio que tem feito a sua parte, pois nós sabemos que não é fácil trabalhar no órgão em que ele está trabalhando. E, eu quero direcionar os meus apartes aos meus caros Deputados, começando com a Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Talvez nos meus anos de Deputada eu não tenha visto da sua parte um discurso tão coerente. Vossa Excelência coloca com toda diplomacia que lhe é peculiar às coisas nos devidos lugares. Não podemos, como disse Vossa Excelência, limitar o poder fiscalizador dos Deputados. Mas, precisamos entender o que é fiscalizar. Por exemplo, o acesso é livre ao Deputado, mas ao cinegrafista não, ele não é Deputado. Então, a lei muitas vezes é infringida nos pequenos detalhes. Nós temos que discernir um pouco o poder de fiscalizar e o poder de polícia.

Foi dito aqui: “Um paciente veio ao meu gabinete dizer que

estava recebendo alimentação inadequada”. Então, não era paciente do hospital naquele momento, ele estava aqui.

Essas situações me preocupam porque o Presidente Chico Guerra estava viajando e as pessoas dizem assim: “A TV Assembleia está aqui”. Mas, a Assembleia não tem televisão, não era a Assembleia que estava lá. Nós temos uma Superintendência de comunicação que fica aqui para dar suporte às atividades dos Deputados. E, cada Deputado tem a assessoria que lhe é conveniente. Então, a Assembleia não estava presente, estavam os Deputados fazendo o seu papel de fiscalizar.

Foi dito aqui, também, que a questão não é política, nem sensacionalista. Contudo, temos que ser coerentes e impessoais. Nós vivemos aqui, nos últimos meses, com esta Casa cheia de profissionais da saúde, da educação que estão sendo demitidos, famílias sem assistência, crianças sem médicos, sem poderem fazer seus exames, crianças sem escola. E, eu ainda não vi uma investigação ou uma fiscalização da Assembleia do meu Estado para verificar essas situações. Então, deve haver coerência na defesa dos direitos das pessoas. Como disse Vossa Excelência, não é só o Governo que erra, nós erramos e, não estou jogando pedra em ninguém, estou aqui apenas dizendo que se essa defesa do povo tem que ser impessoal. A nossa atividade aqui não é contra A ou B, é em defesa dos direitos do cidadão, não importa que ele seja da Prefeitura ou do Estado. Entretanto, eu ainda não vi aqui ninguém dizer que o Pronto-Socorro que é preparado para atender a clientela que é obrigação do Estado atender; que tem apenas 10 médicos de plantão por dia, de repente atende 500 pessoas por dia, sem estar preparado, por descaso da saúde pública que não é fiscalizada por esta Casa. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado: escutei atentamente as suas colocações e sobre o problema que está ocorrendo em Roraima é um caos sem limite, especificamente em Boa Vista, da saúde municipal. Geralmente a oposição pede a palavra e diz que nós, Deputados Estaduais, não podemos falar sobre o Município. É como se o Senador, lá em Brasília, que no lugar de estar defendendo os interesses nacionais, os interesses do Estado, ficam falando de coisas que competem a Deputados Estaduais. Eu tenho visto isso lá. Agora, por que as coisas estão acontecendo aqui? Por que está sobrecarregada a estrutura da urgência e da emergência? Por que os serviços básicos de saúde não existem mais em Boa Vista? O caos da administração municipal nunca, como dizia o Lula, nunca esteve antes como está agora. Não e só na saúde pública não, é na educação, na EMHUR, nada, absolutamente nada na prefeitura de Boa Vista está funcionando, a não ser a Secretaria de Finanças. Isso é um caos. Não sou eu quem diz, é a imprensa, é a opinião pública de uma forma geral e isso reflete lá onde é para ser atendido quem quebrou um braço, quem sofreu um infarto, reflete lá na superlotação, porque não há médicos nos bairros para fazer o atendimento básico, não há enfermeiros. Depois da eleição para cá, quando pensavam que quem perdeu iria voltar, e isso não aconteceu, tiveram que demitir. Essa é a verdade! Tiveram que demitir mais de três mil funcionários do município, pois não há condições para pagar esses funcionários. E, agora, só querem colocar como se tudo de errado que está acontecendo fosse culpa do Governo Estadual. Contudo, quero colocar em cima do que Vossa Excelência está abordando uma notícia boa. Sábado, agora, acontecerá o programa que o estado está lançando pelo terceiro ano consecutivo que trata sobre a saúde do homem. Serão cinco médicos urologistas que estarão fazendo todos os tipos de exame gratuitamente aqui, porque a baixa complexidade, o atendimento básico acabou. Então, o Estado vai fazer agora sábado o dia de atendimento ao homem, com ultrassonografia, PSA, com as coisas básicas que era para serem feitas no Posto de Saúde. Esse atendimento deverá alcançar cerca de mil homens que devem estar em situação crítica e necessitando de exames básicos para fazerem cirurgia. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Deputado, quero me solidarizar com o seu discurso. Na verdade, essa dita “autoridade” de Deputado ou de quem quer que seja não é ilimitada. Quero dizer o seguinte: esse negócio de imprensa sensacionalista não é porque pertence a A ou a B, é sensacionalista pela forma como se porta. Se você chegar num local como é um hospital, onde as pessoas estão vulneráveis, estão expostas, com uma Câmera na mão ligada e filmando todo mundo, isso pode ser sim considerado sensacionalismo. Expõe, inclusive, os funcionários desta Casa. Nós precisamos ver de que forma estamos usando o apoio da Comunicação para que a gente possa não expor os funcionários desta Casa e, quando eu utilizei o apoio da comunicação para divulgar a visita que estou fazendo, só foram mostradas imagens de quem foi

entrevistado. Mas, não é assim que funciona, a gente filma e a pessoa pede para não mostrar. Isso é um valor invertido, pois, na verdade, primeiro você pergunta da pessoa se pode filmá-la, aí você filma. Não podemos expor as pessoas desta forma. Fora isso, tenho certeza que o Hospital Geral tem regulamento, tem normas, o acesso não é liberado a todos os lugares do hospital. Então, é preciso que nós tenhamos essa noção e essa sensatez de saber o que fazer quando se visita um lugar como esse. Muito obrigado.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Angela Portella** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. O Doutor Leocádio personifica, para mim, o compromisso, a ética e a eficiência no serviço público. Ele, ao assumir a Secretaria de Saúde, assumiu para imprimir transparência e dar qualidade ao serviço prestado por aquela unidade. Este momento transcende qualquer capacidade administrativa, pois com os postos de atendimento fechados, lógico que lá vai ficar saturado. Eu sou solidária, neste momento, ao Doutor Leocádio e aos gestores daquela pasta. Acredito que é o momento que nós precisamos dar apoio e eu sei que a intenção dos Deputados foi de atender a população, mas acho, também, que passaram por cima da autoridade do Secretário e nós não gostaríamos que, na verdade, isso se repetisse nem que acontecesse conosco.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado, não está aqui em discussão a conduta do Secretário Leocádio. Em momento algum nós levantamos esse questionamento, o que levantamos foi a real situação em que se encontra a saúde no Estado. Estou depositando no Secretário Leocádio um voto de confiança para que venhamos a recuperar a saúde o quanto antes. Agora, esse voto de confiança não quer dizer que vamos nos omitir de fazer o nosso papel sem mencionar o que nós levantamos a instituição da Assembleia Legislativa a serviço dos Deputados, com o apoio da TV Assembleia. E mais, não autorizamos divulgação de imagem de ninguém, as pessoas que pediram para serem filmadas tiveram seus direitos respeitados. E, no tocante a questão da saúde do Município, na terça-feira eu cobrei aqui um posicionamento do Prefeito e, ontem, nos reunimos com a Secretária adjunta da Saúde e cobramos uma solução para os reclames, e ela nos falou que o que estava acontecendo era por causa da falta de repasse por parte do Governo do Estado para a Saúde do Município. Inclusive, para o do SAMU, pois são milhões que estão deixando de ser repassados. Traremos esses dados, na outra semana e me parece que existe por trás disso até uma questão pessoal. Então, traremos esses dados aqui pra informar onde o Estado está se omitindo ao dividir a responsabilidade da cidade de Boa Vista, que é uma cidade Estado, que possui uma gestão compartilhada, tanto com Município, como a União. Era o que eu tinha a dizer.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua – Muito obrigado nobres Deputados. Para concluir, Senhor Presidente, agradeço a oportunidade e quero dizer ao Deputado Joaquim Ruiz e ao Deputado Sampaio que gostaria de convidá-los para, amanhã, visitamos a corte de contas do Estado. Gostaria de convidar o Deputado Sampaio, Brito e Joaquim, porque eu li uma matéria no jornal Folha de Boa Vista dizendo que por recomendação da corte de contas do Estado de Roraima, a Prefeitura estaria demitindo 160 cargos comissionados devido a uma recomendação do Tribunal de Contas. E, eu quero uma cópia dessa recomendação. Quero que o Presidente me dê essa cópia emitida pela Prefeitura dando conta de que os servidores estariam sendo demitidos não por conta da prefeitura, mas por recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Esse filme eu já vi. Antigamente, imputavam ao Ministério Público Estadual a culpa por demitir pessoas. Geralmente demitem pessoas que possuem cargos vitalícios, que não são submetidos ao voto popular. Então, é muito bom vocês, às vezes, apontarem o dedo para as pessoas que têm o cargo vitalício. Muito obrigado pela benevolência. Agradeço a todos.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede questão de ordem – Senhor Presidente, tendo em vista não haver matéria para pauta da Ordem do dia, requeiro o horário de liderança.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Vossa Excelência tem o tempo de cinco minutos.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Senhor Presidente, é simples, houve uma celeuma muito grande em se defender e atacar o governo. Eu acho que isso não estava em jogo, nem atacar e nem defender. O que está em jogo é a harmonia dos Poderes, que são harmônicos e independentes entre si. O Secretário poderia até ter razão de não permitir as filmagens das pessoas que estivessem no seu leito doentes, mas ele jamais poderia tentar colocar os Deputados para fora, e muito menos chamá-los de irresponsáveis. Isso é uma

insurreição, no meu entendimento, contra o Poder Legislativo, seja qual for o Deputado. A independência dos Poderes é uma na sua obrigação. Se houve filmagens ilegais, eu não vi, não acredito que a assessoria de comunicação tenha feito isso. Há muita gente que entende e sabe diferenciar o que é uma imprensa sensacionalista ou não, porque vive fazendo isso. Eu tenho certeza que os servidores da Assembleia Legislativa e os Deputados que foram lá não foram com essa intenção.

Com relação à saúde do município, realmente ela também, a exemplo da do governo do Estado, está uma porcaria, e a oposição não se eximiu disso não Senhor Presidente, o Deputado Sampaio veio para a Tribuna e cobrou do Prefeito um posicionamento. Ontem, os Deputados Mecias de Jesus, Gabriel Picanço, Flamarion Portela, Brito Bezerra, Soldado Sampaio, fomos ao Tribunal de Contas, conversamos com o Conselheiro Henrique Machado, relator da matéria, e o Conselheiro nos explicou a situação. Na realidade ele não deu nenhuma determinação para demitir ninguém, essa foi uma decisão da administração de demitir, foi o que o conselheiro disse Deputado Jalser. Vossa Excelência disse que vai lá amanhã, estou adiantando que fomos ontem. Ontem, estivemos lá com o Conselheiro Henrique Machado, não estamos só fiscalizando o Governo do Estado não. Fomos ao Tribunal de Contas, estivemos reunidos com o Conselheiro relator por mais de uma hora e ele nos disse o seguinte: que, na realidade, o parecer técnico é que o município ultrapassou o limite de gasto com pessoal em mais de 6%, este é o parecer dele, o qual ele está estudando junto com os técnicos do tribunal de Contas uma forma para que o dinheiro do SUS, e isso foi um pedido nosso ao Conselheiro Henrique, não entre no limite de gasto com o pessoal, nem para a prefeitura de Boa Vista, nem para as prefeituras do interior, nem para o governo do Estado, e aí se teria uma folga de todo mundo, tanto do governo do Estado, como das prefeituras, da capital e do interior. A prefeitura está gastando 6% a mais, e isso foi detectado pelo Tribunal de Contas. Se o Tribunal de Contas encontrar uma forma legal para que esses recursos não entrem no limite de gasto com pessoal, conforme a lei 101, aí a prefeitura estará livre para fazer o que quiser, mas, claro que o Conselheiro não mandou demitir, a demissão foi uma decisão da administração do município.

Só quero adiantar as Vossas Excelências, ao Plenário, ao público aqui presente que nós já fizemos isso, já fomos lá, o que nada impede que Vossa Excelência vá também amanhã. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não há Ordem do Dia. O Projeto de Lei Complementar nº 002/93, da PROGE, que a Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11, que dá nova redação ao artigo 20 e acrescenta e altera o parágrafo do artigo 101-A da Constituição Estadual, está travando a pauta, portanto, não temos Ordem do Dia.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Quero justificar à Casa o meu atraso hoje aqui na Sessão, porque eu estava no seminário na Caixa Econômica Federal, a convite dos Municípios de Iracema e Uiramutã, sobre o Programa do Soft Livre do Governo federal, que são avanços fantásticos para as prefeituras da Amazônia por conta de toda a dificuldade que se tem em trabalhar nessa parte de convênio com o Governo Federal. É lamentável que ainda não tivesse nenhum prefeito do nosso Estado participando, não falo da capital, mas, principalmente, dos municípios do interior que são os que mais precisam Presidente. Estava lá o pessoal do ministério do planejamento. Esse é um soft livre, é acessado para todas as coisas públicas e os municípios que estão participando são Iracema e Uiramutã, com dois municípios de Minas que servem de modelo e referência para a implantação desse programa lá do sudeste aqui no norte. Por outro lado, aquilo que eu coloquei no aparte ao Deputado Jalser, agora ficou claro. O limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com recursos humanos é de 49% e foi colocado que a Prefeitura de Boa Vista extrapolou o limite, portanto, tem que demitir, mas se pegarmos 1600 pessoas que foram demitidas, referentes a 3% a 6% do custo disso aí, acho que tem alguma coisa errada. Houve a contratação maciça no período eleitoral e agora precisamos enxugar a folha por determinação do Tribunal de Contas. Concorde com o Deputado Mecias, e por último com o Presidente, em abordar a importância do programa que o governo vai está implantando amanhã em relação à saúde do homem. Por que estou colocando isso aqui? Porque sobre a saúde da mulher existem programas continuados, tanto na área do município, quanto do Estado, e sobre a saúde do homem, só há, geralmente, uma vez por ano. Portanto, o programa é importante, pois aqui no nosso Estado, e o Deputado Célio que é médico sabe, o maior indicativo de morte por câncer no

homem é o câncer de próstata. E, amanhã vai ser feito um mutirão no Coronel Mota para constatar casos desse tipo. Quero parabenizar essa ação do Governo, através da Secretaria de Saúde, onde serão feitos todos os exames bem como a Secretaria de Saúde por essa medida, visto que esses dados são fundamentais para os exames anuais. Vossa Excelência que já ultrapassou os 50 anos sabe o quanto isso é importante para nós, homens.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, queria começar dizendo que a experiência me ensinou a ler nas entrelinhas, ou seja, apreço-me que eu quis praticar um ato de prudência pela experiência, e alguns companheiros da oposição entenderam que eu estava alfinetando. Na verdade, eles sabem que não, pois em momento algum eu duvidei ou duvido da discrição, da honestidade, da firmeza de propósito dos nossos companheiros da imprensa da Assembleia Legislativa. Mas, sobre esse assunto nós temos tempo para tratar. O que eu quero trazer ao conhecimento, Senhor Presidente, desta Casa e dos meus Pares, é um fato que está acontecendo e que nós teremos que encarar. A Corregedoria quando foi criada, chamou-se de Corregedoria Geral, mas, na verdade, na prática, até pela pouca demanda, nós sempre a tratamos como Corregedoria Parlamentar, agíamos quando provocados e quase sem estrutura nenhuma dávamos conta do recado. Porém, ultimamente aumentou assustadoramente a demanda quer de Parlamentares, quer da sociedade se posicionando de um modo geral, pedindo providências. E, nós temos que fazer frente a essa demanda, Senhor Presidente, nós estamos sem estrutura, não temos sequer carro para fazer as notificações. Enfim, já tive essa conversa com Vossa Excelência, mas o clamor do público me faz solicitar que o Senhor determine com urgência uma comissão especial para tratar de inserir a Corregedoria no Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Isso vai incluir, inclusive, a Comissão de Ética para que possamos não só adequar ao nosso Regimento, como estruturá-lo convenientemente, caso contrário, não conseguirá atender às demandas. Nesse momento há mais de 20 reclamações pendentes e estamos tendo dificuldade. Então, gostaria de contar com esse apoio sempre demonstrado pela Presidência e pelos meus Pares. Nós chegamos a apresentar um projeto de reestruturação, mas ele é insuficiente para atender as necessidades. É preciso mais do que nunca institucionalizar essa Corregedoria e definir se ela será uma Corregedoria Geral ou será uma Corregedoria Parlamentar, pois uma coisa é bem diferente da outra. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, aproveitando as colocações do Deputado **Erci**, quero dizer que por ocasião dos Estudos da Reforma, o Deputado apresentou uma proposta para a estruturação da Corregedoria, necessária, coerente, e eu só posso dizer que já estamos de posse da sua proposta e que para o Presidente e demais membros da Mesa ela é muito importante, é necessária e que nós estamos trabalhando nisso. Quero enfatizar o nosso apoio ao Doutor **Leocádio**, enquanto Secretário de Saúde, pela pessoa, esforço, como o Deputado Joaquim colocou sobre os exames que teriam que ser feitos pelo município e a preocupação do Estado com relação a isso. Quanto ao mutirão de cirurgia que estão sendo realizados quero dizer apoiamos toda ação de Deputados dentro da sua função de fiscalização, só precisamos de contextualização, pois os poderes em si são independentes e harmônicos. Então, o nosso poder de polícia é igual ao de qualquer cidadão, não podemos extrapolar nossos limites e expor nossos servidores a determinadas situações de constrangimentos. No momento que ocorreu o fato, o Secretário ligou para minha casa avisando que tomaria providências, e quero dizer que somos solidários a nossa função de Deputado, mas continuo pregando uma coisa, às vezes, eu poderia ir para Tribuna todo dia denunciar, falar, mas, acho que a nossa função é ajudar as instituições a funcionarem, porque meu objetivo não é denegrir a imagem da Prefeitura e nem a do Governo, é primar para que a população tenha melhores serviços, a minha função primeira no processo de fiscalização e traçar esse objetivo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, gostaria de ser solidário aos meus Pares, Deputado **Brito** e **Sampaio**, pelo esforço que estão fazendo para que melhore a vida de nosso povo, e também ao Secretário **Leocádio**, pois o conheço há muitos anos e sei do seu compromisso por todas as pastas que já passou e hoje está na saúde. Quero ser solidário a sua pessoa e pedir em nome do Doutor **Leocádio**, desculpas aos Deputados **Brito** e **Sampaio** se ele foi deslegrado com eles.

Quero informar a Vossa Excelência que encaminhei Requerimento a esta Casa para que seja obedecido o Regimento Interno,

para que as Sessões comecem no horário previsto, visto que, por duas vezes não houve quorum para votar a matéria. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso de Explicações Pessoais para lembrar que 25 de agosto é o dia do Soldado comemorado em todo território nacional. E esse que aqui fala enquanto soldado, quer desejar a todos os camaradas, as forças armadas, os polícias militares e os bombeiros de todo o Brasil Feliz dia do Soldado. Ironicamente o dia do soldado é comemorado em homenagem a Duque de Caxias que sequer nunca foi soldado, mas pela sua exposição, compromisso para com a pátria e para com os seus comandados, comemoramos hoje o dia do soldado. Duque de Caixas ocupou autos cargos da república, foi ministro, comandante das forças armadas, Senador, Deputado Federal pelo Maranhão, exemplo de que os policiais, militares, as forças armadas estão inseridas nesse processo político como trabalhador enquanto cidadão, e exemplo a nesta Casa temos três soldados: Sargento **Damosiel** que foi soldado, Coronel **Chagas** que foi soldado e continua sendo soldado ao defender com todo afinco a segurança pública efetiva, e esse camarada que vos fala tem compromisso com o povo. Parabenizo todos os soldados do Brasil.

Quero registrar e fazer um convite a todos os Parlamentares, senhores trabalhadores do meio de comunicação, para participarem hoje, às 18:30h, no CCH da Universidade Federal, de uma grande palestra com os universitários, com a classe jornalística, a imprensa do nosso Estado, discutindo os meios de comunicação, democratização e regulamentação dos meios de comunicação, que é o pensamento do PCdoB, da União dos Diretores da Socialista, onde discutiremos reformas efetivas e urgentes para os meios de comunicação, principalmente, pela forma que estão sendo feitas as concessões nos meios de comunicação, nos quais nós sabemos que prevalecem a influência política para conseguirem essas concessões e ferramentas, onde o que é do Estado passa a ser grupo político direcionando para favorecer A ou B. O que nós queremos é discutir a democratização dos direitos de comunicação do nosso Estado. Então, queremos convidá-los para, hoje, na Universidade Federal, às 18:30, assistirem à palestra, pois está vindo um camarada de São Paulo para ministrar essa palestra, bem como o Presidente do Sindicato dos Jornalistas e toda a comunidade acadêmica.

Quero manifestar minha solidariedade aos companheiros da educação que hoje fizeram paralisação em todo o Estado reivindicando melhorias para categoria. Estiveram durante toda a manhã aqui na Assembleia, e a pouco fizeram um grande ato público em frente à Secretaria de Educação do Estado. Eles vão permanecer por vários dias nesse movimento, até que sentem à mesa de negociação com o Governo do Estado e com a Secretária de Educação para discutirem a pauta de reivindicação dos trabalhadores. Quero manifestar a minha solidariedade a esses trabalhadores do Estado, como também, aos trabalhadores da saúde do município, Agente de Edemias, Guardas Municipais que estão em paralisação, reivindicando melhores condições de trabalho junto ao poder Executivo Municipal. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, nesse momento também quero parabenizar todos os Militares das Forças Estaduais, do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar pelo transcurso do seu dia. Quando se fala em dia do soldado é para todos aqueles que são militares. Eu como militar, hoje da reserva, quero dar um abraço em todos os companheiros de farda.

Estive acompanhando todos os pronunciamentos dos colegas na Sessão Plenária de hoje, e o ponto principal do debate foi a questão noticiada no Jornal no tocante a dois colegas que foram exercer a prerrogativa de fiscalização no hospital do nosso Estado. A nossa Constituição Estadual estabelece no artigo 34, parágrafo 9º que, “no exercício do seu mandato, o Deputado terá o livre acesso as repartições públicas e órgãos da administração pública Estadual”, é uma prerrogativa que nós não devemos abrir mãos. Eu não acredito que venha haver alguma tentativa de tirar isso, entretanto, tenho que observar que o artigo 36 da mesma Constituição, no seu parágrafo 1º, diz que, “é incompatível com o de quorum Parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas”, porque digo isso Senhor Presidente, porque a linha que separa a prerrogativa de fiscalizar do abuso de poder existe há muito tempo. Eu como policial por mais de 20 anos, sei muito bem o que é isso. Nós temos que ter o cuidado extremo para, no exercício do nosso poder de fiscalizar, assim como policial no exercício do estrito cumprimento do dever legal tem, de cuidar para não extrapolar, usar do abuso de poder, ao invés dessa obrigação legal. Digo isso porque uma coisa que foi dita aqui é que o Parlamentar tem livre acesso e vai

ter sempre, mas tem que ver onde está entrando e quem pode efetivamente acompanhá-lo. Temos que ter cuidado com essa linha muito fina que separa a prerrogativa do abuso de poder.

Senhor Presidente, outro ponto que trago mais uma vez para esta Casa, e falo como Membro da Comissão de Ética, é que nós precisamos pautar a nossa conduta dentro dos princípios previstos no nosso Regimento Interno, nós não podemos de forma alguma, por estarmos investido de um cargo que nos dá imunidade, acreditar que isso nos permita atingir as honras das pessoas. Aqui no Plenário ou em qualquer lugar não podemos estar usando termos como temos observados, até mesmo nas redes sociais, atribuindo incompetência ou corrupção, porque assim agindo, não é o fulano ou cicrano, quando se fala que é um Deputado, é a Assembleia que está falando, e isso fere a honra das pessoas, isso é difamação, e a imunidade não pode cobrir isso, difamação podendo virar calúnia, até mesmo injúria real. São esses os cuidados que devemos ter para não expormos esse Parlamento. Não é a primeira vez que trago isso, temos que ter linguagem adequada, porque senão, estamos expondo esta Casa. Temos que dar exemplo de conduta, e no momento que atacamos a honra das pessoas, nós não estamos fazendo isso.

Senhor Presidente, aproveito para convocar os Membros da Comissão Especial Interna, criada para analisar e da Parecer a Proposta de Emenda a Constituição nº004, que trata da PROGE, os seguintes Deputados: **Célio Wanderley, Erci de Moraes, Gabriel Picanço e Jalsner Renier**, para após a Sessão fazermos a instalação da Comissão Especial Interna, criada através da Resolução nº030/11, para analisar e dá Parecer a Proposta de Emenda a Constituição nº005. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** - Senhor Presidente, nobres colegas.

Quero parabenizar os soldados pelo seu dia e enaltecer o seu valoroso trabalho. Estamos indo sábado, por meio da Escolégis e do CHAME ao município de Alto Alegre. Convido todos os Deputados presentes, contamos com a pareceria da Secretaria de Saúde, da Câmara Municipal, da Prefeitura, da Secretaria de Segurança e da Defensoria Pública. Estaremos oferecendo nessa Ação Cidadã, palestras, recreação, oficina de artesanato, levando cultura através do Cine/ALE. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, gostaria de enaltecer aqui nesta Casa a conduta dos profissionais da imprensa, os profissionais da comunicação desta Casa que nos acompanharam na visita ao Hospital Geral de Roraima, fato que causou tanto balburdio. Eu quero esclarecer que a ética desses profissionais foi de extrema importância para ressaltar que não houve exposição de imagem de quem quer que seja, e que não houve abuso de poder por parte dos Deputados, temos imagens tiradas pelos fotógrafos da Casa, cinegrafista, repórter, que entrevistaram e filmaram as pessoas que realmente queriam ser entrevistada. Quero agradecer a esses profissionais e enaltecer as suas atitudes e suas maneiras éticas de trabalhar. E, quero dizer a Vossa Excelência, conforme o Deputado **Chagas** falou das redes sociais, que foi uma mensagem no Twitter, no Facebook de minha autoria onde falou de corrupção e incompetência. Realmente, agora que adjetivo tenho eu para, nas redes sociais, exemplificar algumas atitudes que o Ministério Público Federal, que a Polícia Federal teve ao prender pessoas com indícios fortíssimos de corrupção, sendo que houve incompetência por parte da Secretaria Estadual de Saúde. As pessoas não sabem decifrar Deputado Chicão, eu não tenho outros adjetivos, é melhor dizer corrupção do que roubo. Não tenho outro adjetivo para falar em desvio de recurso público.

Incompetência. Qual outro adjetivo? Falta de compromisso? Falta de tato com a coisa pública? Temos que ter diretos e falar a linguagem que o povo entende.

Quero também, Deputado Chagas, que os Deputados que o Secretário de Estado chamou de irresponsáveis sejam respeitados, pois esse é um termo duro, pejorativo, que expõe a conduta desta Casa e dos Parlamentares. Irresponsável é muito mais forte. Irresponsável é um termo que não deveria ser utilizado por aquele Secretário porque não condiz com essa atitude.

E para finalizar, gostaria de parabenizar os soldados pelo seu dia e falar sobre a importância desses profissionais aos ingressarem na carreira militar. Parabéns a todos os soldados.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Primeiro, quero aqui parabenizar aos Deputados Soldado Sampaio, Coronel Chagas e Brito pelo dia 25 de agosto em que se comemora o dia do Soldado.

Segundo, Senhor Presidente, gostaria de dizer em um momento oportuno que a ESCOLEGIS está atuando de forma ilegal e irregular. A ESCOLEGIS é para dar sustentação aos funcionários do Poder Legislativo do Estado de Roraima, não é para fazer o que está fazendo não lá em Alto Alegre. Isso tem a minha anuência, nem a do Prefeito e de nenhum dos Vereadores.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu tenho um carinho, um respeito muito grande pelo Doutor Leocádio, pela sua atuação, sua dedicação de homem público, Deputado Jalsner, eu já estive dos dois lados do balcão. Vossa Excelência lembra disso. Eu apelei ao Senhor que na época era o Líder do Governo, e eu oposição. Só para que nós façamos uma reflexão sobre o porquê que é direito institucional a inviolabilidade do Parlamentar, eu pedi a Corregedoria que tivesse mais rigor na apuração dos fatos. Hoje eu estou Deputado, será que Deputado aqui vai ter que ser surdo, mudo e cego? O que eu estou pedindo aqui é que todos nós sejamos respeitados. Temos que falar em defesa da classe menos favorecida, àqueles que não tem voz, o povo. Nós falamos pelo povo e ele espera isso de nós. Todo mundo que fala em nome do povo entra em contradição, contraria interesses e quando eu digo que estou Deputado e, já saí até no tapa com Deputado aqui, se for para eu fazer valer cumprir o meu mandato de Deputado, eu vou fazer. Eu não sei se os outros colegas Parlamentares pensam dessa forma.

Então, é preciso que seja respeitada a inviolabilidade do Deputado. Não podemos permitir que todo mundo esteja dando cascudo em Deputado não. Isso é demoralizante não é para nós Deputados não, é para o Poder Legislativo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Com relação a esse incidente que aconteceu ontem, a Mesa Diretora vai conversar com os Deputados, procurar na imprensa o que ocorreu, e esperar chegar a denúncia à Corregedoria. A princípio ficamos com a seguinte posição: cabe ao Parlamentar saber até onde vai o seu limite e respeitar as pessoas para que seja respeitado. Acho que os nossos Deputados não estão errados, mas, também, temos que ver até onde isso vai. Espero que os nossos Deputados não tenham se extrapolado no exercício de suas funções.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 25, à hora regimental.

Estiveram presente os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 30/08/11

**ATA DA 2047ª SESSÃO, EM 08 DE SETEMBRO
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA
MEDEIROS
(Em exercício)**

Às nove horas do dia oito de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Coronel Chagas**) – (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discutí-la passamos para a votação que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão Anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura da Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsner Renier**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de autoria da Deputada **Ângela Ágüida**

Portella, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a disponibilidade de transporte escolar na vila do Apiaú para Capital para atender alunos dos cursos superiores residentes naquela localidade e na sede do Município de Mucajaí que estudam em Boa Vista.

-Indicação s/nº, de autoria da Deputada **Ângela Águida**

Portella, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a criação de programa de Formação da Consciência Ecológica e Ambiental no âmbito do sistema de ensino Estadual.

-Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Francisco Assis da**

Silveira, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a recuperação da estrada da Vicinal Paraense, na Colônia Vila Piedade, Alto Alegre, bem como a colocação de bueiros de 1:00 m de diâmetro, em dois pontos onde a força da água era mais intensa e arrancou os bueiros que haviam ali, que eram de pequeno diâmetro.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, servidores desta Casa, Senhoras e Senhores visitantes, bom-dia.

Senhora Presidente, informo a visita ao Parque Anauá na última sexta feira pela manhã.

Como membro da Comissão de Viação, Transportes e Obras, fui ver o andamento das obras de recuperação e revitalização do parque, acompanhado do Engenheiro e responsável pela obra, Zacarias Castelo Branco, observei todos os pontos que estão sendo recuperados e, de acordo com o Zacarias, as obras devem ser entregues no mês de novembro.

O engenheiro Zacarias, atencioso, nos deu ideia como vai ficar o parque depois da revitalização.

Porém, senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, vários pontos do parque não foram contemplados nessa reforma, e posso destacar alguns, como: as instalações de mais de 200 lixeiras, churrasqueiras, barracas, sinalização de pista na horizontal e vertical, sistema de abastecimento d'água, limpeza do canal de drenagem do lago para o igarapé que dá escoamento, o Igarapé Mirandinha, cujas águas estão tomadas pelo mato, vegetação e sujeira, lixos jogados no igarapé. Ao fazermos essas observações, concluiu-se que o Governo do Estado autorize a execução das obras complementares para que todo o parque seja revitalizado em condições de uso como área de lazer a contento e aprovação pela população. Entendemos que uma obra incompleta, não atende a toda necessidade que existe no parque, expôs a própria empresa também o próprio Governo a críticas negativas e possíveis hostilizações pela não benfeitoria das obras.

Também, Senhor Presidente, este final de semana, no sul do Estado, me deparei com a real situação em que se encontram as BR 174 e 210, onde a trafegabilidade a cada dia acarreta maiores transtornos, e até o momento não se vê máquina fazendo qualquer tipo de serviço.

Então, por que as obras estão paradas? Por que as empresas ainda não começaram os serviços? Quanto mais o tempo passa, mais prejuízo causa àquela população. Segundo informações do Governo do Estado, o dinheiro existe e as ordens de serviços foram dadas, então, que as empresas recomecem as obras enquanto é verão. Então, peço aos nossos pares, sugerirmos a o Governo do Estado uma cobrança mais rigorosa às empresas para que elas executem os serviços para os quais foram contratadas.

Ainda, no Sul do Estado, constatei que a indicação que fiz referente à reforma do Posto de Saúde do Caroebe, a obra teve início mas, conforme alguns moradores, está parada há mais de 10 dias, causando transtorno à saúde da população do Município do Caroebe com 10 mil habitantes, enquanto esse posto é o único que dá atendimento. Por falta de pronto atendimento, no final da semana passada uma menina de 15 anos veio a óbito, infelizmente não teve condições de chegar com vida em Boa Vista. É urgente que o Governo do Estado e a Secretaria de Infraestrutura cobrem dessa empresa mais agilidade para conclusão da reforma desse Posto Avançado de Saúde à população. A situação da saúde é um caso sério em todo o País, principalmente no Estado de Roraima, e aquele Município é quase quatrocentos e cinquenta quilômetros de Boa Vista, muitas vezes não tem como o povo chegar aqui em tempo para cuidar, da saúde. Então solicitamos à Presidência desta Casa pedisse a Secretaria de

Infraestrutura determinar àquela empresa executar a obra com a máxima urgência, inclusive, trabalhar nos sábados, domingos e feriados.

Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, busquemos, junto ao Governo do Estado, mais compromisso e atenção para com nosso Estado, a população está sobrecarregada com tantos problemas, principalmente na área de transporte escolar do interior, a situação é difícil, em várias vicinais que só agora os alunos estão começando a assistir aulas, passaram mais de três meses sem estudar. Então, é preciso que a gente, Deputados, prefeitos e o Governo do Estado se unam em favor da população, principalmente, a do interior menos. Queria também pedir a todos os Pares que olhassem com mais carinho principalmente para o povo que fica mais distante da capital, pois é o povo mais desassistidos em termos de favores do Governo do Estado.

Parabenizo os aniversariantes da semana, **Platão Arantes** – Fotógrafo oficial desta Casa, **Ana Rita** da Taquigrafia desta Casa e o **Raimundo Oliveira** funcionário do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa são os aniversariantes da semana, que Deus os ilumine para que eles tenham mais uma dezena de anos de vida. Deixo aqui meus agradecimentos a todos.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhoras e senhores, bom-dia. É com muita honra que subo a esta tribuna para fazer uma homenagem a várias pessoas que, em 1998, dentro desta Casa, fizeram algo de importante relevância para este Estado, principalmente para o Brasil. A Expedição que foi até o Monte Caburá comprovou, com a ajuda do IBAMA, Governo do Estado, FUNAI, Universidades Federais, Estaduais e particulares que o Monte Caburá estava a oitenta e quatro quilômetros e meio acima do rio Oiapoque. As coordenadas foram passadas ao Ministério da Educação, e o Ministro da época, Paulo Renato Souza, se comprometeu e aceitou implantar a partir do ano de 2002, com registro nos livros didáticos fornecidos pelo Governo Federal a terem a denominação correta dos pontos extremos do nosso País. Motivo de satisfação foi saber que tudo começou dentro desta Casa, que coordenou a expedição, e daqui saíram para a realização desse grande feito. Quero homenagear em especial uma pessoa que na época já era funcionário desta Casa, **Platão Arantes**, cedido para trabalhar como Secretário de Turismo do Município do Uiramutã, onde está localizado o Monte Caburá.

1. **Platão Arantes**, em seu nome eu parabenizo todos os que fizeram parte da expedição. Iríamos passar um vídeo fazendo essa homenagem. O vídeo está na internet. Vou fazer uma divulgação maior nas redes sociais. Mas, parafraseando um poeta, digo que o melhor de Roraima é o roraimense. Fico feliz de ver aqui, Platão, alunos do Colégio Lobo D'Almada que vem representar os demais alunos deste Estado. Parabéns professora, e obrigado a cada aluno aqui presente. E fico até emocionado, pois apesar de não ter nascido aqui, sempre dizia nas minhas reuniões políticas que a minha carteira de advogado veio errado, pois consta a minha naturalidade como de Boa Vista. Mas, me perguntem se eu vou lá na OAB pedir para retificar? Não vou, não, porque eu me considero filho de Roraima e fico triste por às vezes nos serem furtadas terras. Irei encaminhar, através da Mesa Diretora, às emissoras de todo país para divulgarem a denominação correta, pois me parece que só a Rede Bandeirantes divulga a denominação correta, e isso após 13 anos. E tantas coisas nos são furtadas, tantas oportunidades nos são usurpadas como foi o caso da Raposa/Serra do Sol que, talvez, devido à nossa pequena população se compara a de um grande bairro como é a Cidade Nova em Manaus. Mas, pessoas, como você e todas as pessoas que participaram, como Deputados desta Casa têm orgulho deste lugar que escolheram para morar não vão deixar que coisas significantes como essas que, para muitos, parecem banais, para nós não é o contrário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Parabenizo Vossa Excelência na Sessão de hoje, principalmente reforçando a necessidade de colocarmos para o conhecimento de todos os brasileiros que Monte Caburá é, o extremo norte, graças ao grande esforço desses companheiros que desbravaram o Caburá. E o Brasil precisa saber. É comum, nas nossas andanças, ouvir a frase: "do Oiapoque ao Chuf" demonstração viva da falta de informação. E o Governo do Estado e o Governo Federal têm o dever para com os roraimenses de confirmar que, realmente, o extremo norte fica em Roraima. É importante também porque divulga a nossa terra, haja vista, que existe confusão entre Rondônia com Roraima. Confundem o nosso Rio Branco com a capital do Acre. Acho que cabe ao Governo fazer uma campanha publicitária, envolver as agências de turismo em nível de Brasil na divulgação com mais clareza.

Deputado **Brito** e eu, estivemos recentemente com o Presidente da Associação dos Pescadores, com o Presidente do Sindicato dos Pescadores de Caracará e um grupo de pequenos empresários que desenvolvem turismo no Baixo Rio Branco, quanto às informações que estão vindo, a situação está um horror. O Baixo Rio Branco hoje, parece uma terra de dono, onde um grande empresário em Roraima, conforme que as informações que chegam, ele tem até jangunço a seu serviço no Baixo Rio Branco que chegaram até a apreender embarcação de pescadores. E, já nos chegou a informação de que até os pescadores já foram amarrados porque estavam entrando em área que o empresário entende por proibida. Durante uma audiência pública nesta Casa, os órgãos governamentais se comprometeram em criar uma base no Baixo Rio Branco para filtrar essa pesca predatória que continua vindo por parte do Amazonas. E lá, todo mundo se acha no direito de fiscalizar, todo mundo se acha no direito de dono. Então, tão importante como o Monte Caburá, também é a região sul de Roraima no Baixo Rio Branco. Considero necessário que haja uma atenção especial a essa questão, que estejam compromissados o IBAMA e a FEMACT para que se mantenha preservada aquela riqueza, e que o Estado se faça, permanentemente, presente através de uma polícia ambiental.

Portanto, ao parabenizá-lo, convido-o a se somar nessa luta. Proponho uma visita, quanto antes, ao IBAMA e a FEMACT na busca de solução imediata. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** continua- Agradeço ao Deputado **Sampaio** pelo aparte, e o aproveito para fazer uma observação, pois, às vezes, coloco as minhas opiniões nas redes sociais, como há muitos jovens aqui, não só do Lobo D'Almada, mas também do Mister e Miss Estudantil, quero colocar-lhes a importância dessas audiências públicas que realizamos. Salvo engano, Vossa Excelência faz parte dessa comissão especial, responsável pela criação de novos municípios naquela região. Então, muitas vezes, Deputado, acontecem situações desse tipo no Baixo Rio Branco porque o poder tanto estadual quanto municipal, devido à localização de difícil acesso, não se faz presente. Mas, eu não sei como essa Comissão se posicionava com relação à Santa Maria do Boaçu, se vai transformá-la em distrito de Caracará, ou seja, alguma solução está sendo tomada com relação ao fato. E gostaria me manifestar como favorável à criação de novos Municípios. Semana passada, segundo li uma reportagem em um jornal local, matéria sobre o economista que parecia estar fazendo crítica pessoal ao Governador. E esta Casa tem o dever e o poder de levar o melhor para a população, como faço parte da mesma Comissão do Deputado Gabriel jamais faremos algo para protelar ou para atrapalhar. Estamos aqui para resolver ou ajudar a resolver problemas. Então, me coloco à disposição de Vossa Excelência para cobrarmos das autoridades, me incluo porque sou a favor da emancipação, que é uma maneira do poder estar presente nessas áreas distantes do sul do Estado, principalmente no Baixo Rio Branco que por falta da presença da administração pública, acontecem vários problemas como os causados por tartarugueiros de Manaus que praticam a pesca predatória. O próprio Presidente da FEMACT, Emi Leitão, já me mostrou relatórios de várias operações em que ele participou, há registros de apreensão, juntamente com a Polícia Militar. Então, pode ter certeza que este Deputado não foge de sua obrigação, e diante de qualquer tipo de ação, Vossa Excelência pode contar comigo. Muito obrigado a todos.

O Senhor Deputado **Jean Frank** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, Deputada **Ângela**, representando as mulheres do Estado de Roraima, neste parlamento.

Tenho dois assuntos para tratar. Um é que nós somos acostumados com notícias publicadas pela revista VEJA, sobre denúncia de políticos que envolve o nosso Estado. Mas a matéria publicada na revista VEJA do dia 24 de agosto, me deixou feliz, orgulhoso por ser roraimense.

A matéria sobre um professor de matemática da escola **Luiz Ribeiro de Lima**, Professor **Lúcio Mário Santana**, de 35 anos, e de seus dois alunos **Roni** e **Valnei**, ambos campeões das olimpíadas de matemática no Brasil.

Na entrevista o professor **Lúcio** disse que, quando assumiu o posto de professor de matemática na **Escola Luiz Ribeiro de Lima**, em Boa Vista, Roraima, suava frio antes de entrar na sala de aula. A verdade é porque ficava a maior parte do tempo apartando briga dos Estudantes, munidos de soco inglês e faca. Só conseguia, de fato, se aproximar dos alunos depois de ganhar a confiança de todos. Este professor eleva o nome do Estado de Roraima, através da revista VEJA, de forma positiva destaca o relacionamento entre professores e estudantes. Isso mostra, Senhores, que precisamos investir mais nos

alunos, nos professores do nosso Estado. Esse professor é exemplo de determinação, de vontade, perseverança. É o tipo de pessoas que precisamos hoje no nosso Estado.

Parabenizo o professor **Lúcio Mário de Santana**, graças ao seu ideal de professor, destaca o Estado de Roraima, de forma positiva, através da imprensa nacional.

Senhora Presidente, na semana passada estive em visita de filiação do meu partido, PMN no município de São Luiz do Anauá e São João da Baliza fui convidado pelo Senhor **Antonio**, mais conhecido como **Dercir**, representante do projeto Sabiá, e vários colonos da vicinal 28 do Baliza, que somam mais de 300. Esses colonos sobrevivem, há 4 anos, exclusivamente da produção dos seus lotes, apenas 60 hectares cada, na região, conhecida como gleba equatorial. A área total soma aproximadamente 100 mil hectares. Mas, o que me deixou muito preocupado, é que esses colonos passam por momentos muito difíceis na região do Baliza, pela constante pressão de grileiros, de fazendeiros do Pará, do Amazonas, que andam com pistoleiros atemorizando, tirando os colonos das suas casas, de seus plantios, de onde eles tiram os sustentos das suas famílias. Já houve, inclusive, denúncias do Vereador **Gedeon**, na Folha de Boa Vista, e percebe-se que a situação se agrava cada vez, mais. Esses fatos prenunciam estar próximo de uma chacina, a ser praticada por pistoleiros e fazendeiros que vem do Amazonas e do Pará com objetivo de invadir e grilar as nossas terras. Quero pedir aqui à Senhora Presidente Aurelina, também a Polícia Civil do Estado de Roraima, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Estadual, ao INCRA e ao ITERAIMA que intercedam, verifiquem "in loco" na vicinal 28 a situação desses colonos antes que haja ali uma tragédia. Antes que tenha os pais de família que, com sacrifício, tiram dos seus lotes para garantir o sustento, morram por causa de grileiros e fazendeiros de outros Estados que vem invadindo as terras do Estado de Roraima.

Parabenizo o Secretário de Segurança **Elieser Monteiro** que iniciou agora a operação ABAFA, combate à embriaguez ao volante, hoje, uma epidemia no trânsito. Há pouco na Avenida Ville Roy, não sei a causa do acidente, talvez porque um buero se rompeu, enfim o carro do jovem bateu numa árvore, foi preciso um bombeiro tirá-lo com máquinas de serrar, pois ficou preso nas ferragens. É o jovem médico **Rogério**, recém formado filho do **Coronel Dias**.

Então, agradeço a todos pela atenção. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores da imprensa, Senhores ouvintes da rádio AM comunitária, que está transmitindo a sessão ao vivo, Senhores da galerias, os estudantes que estão acompanhando, o nosso colega Esperidião, praça da Polícia Militar que está prestigiando a nossa Sessão, em seu nome cumprimento todos os policiais militares e bombeiros, trabalhadores de segurança que estão nos ouvindo, através dos meios de comunicação do nosso Estado, ou pela TV Assembleia.

Peço desculpas por estar afônico, devido à gripe. Quero externar o sentimento dos policiais militares e bombeiros e familiares da última seção de julgamento do Tribunal de Justiça Militar que envolveu na absorção de seis coronéis, no total de sete que foram acusados, à época, de cometerem desvios dos recursos do SAS PM, serviço de assistência social, é uma entidade bancada pelo policial militar e bombeiro, que não é obrigado a se associar, mas a partir do momento em que ele requer à associação, ele paga um valor de 70 reais e conta com serviço ambulatorial, dentista que, a princípio pelo pouco valor de 70 reais, não é tão pouco assim, mas prestam um serviço de qualidade, e se houvesse a aplicação desses recursos de maneira séria, direita na saúde do policial e da sua família, teríamos um serviço de qualidade, tocante à questão do atendimento ambulatorial.

O SAS PM, hoje, atende em média 6 mil pessoas que são retiradas dos postos de saúde do município, do Estado que são atendidos pelo SAS. Em contrapartida, o governo do Estado, a Prefeitura de Boa Vista, não entra com nada financeiramente quase nada ajudam, vamos dizer assim. Se não me engano, o Estado tem um ou dois servidores cedidos aos SAS PM. Então é um serviço viável que tem capacidade de se auto sustentar. É um serviço com quase 20 anos dentro da Polícia Militar, presta serviço de qualidade aos policiais. Se não ocorresse, aí, algum desvio de recurso no decorrer da história do SAS, não haveria dúvida que apresentaria um serviço de referência de saúde à família do policial militar e bombeiro.

Mas, em virtude da situação do SAS, hoje não pode receber recursos, emenda parlamentar, nenhum tipo de recurso da União, do Estado, do Município, porque é pessoa jurídica estranha, que a gente não consegue definir. Ele tem CNPJ próprio, tem recurso próprio,

mas a gestão se dá através da indicação feito pelo comando da Polícia Militar. Então, é o comando que determina quem vai gerir os recursos do SAS. Ou seja, sequer o associado do SAS tem direito de escolher seus gestores. E aí a gente entra na questão da confiança do comandante, os gestores têm que ser: oficial superior, um major, um tenente coronel, ou um coronel o praça não tem vez de participar da gestão do SAS, haja vista que o estatuto do SAS estabelece isso. Então, é nossa luta, de muito tempo, na tentativa de independência do SAS. Buscar independência administrativa, financeiro do SAS para conseguir convênios junto aos três poderes, buscarmos emendas parlamentares. Temos nesta Casa três parlamentares que, com toda certeza, têm uma sensibilidade muito grande e que poderiam fazer uma emenda direcionada ao SAS, mas em virtude dessa questão jurídica, isso se torna inviável hoje. Mas, o diretor do SAS, **Tenente Coronel Macedo**, me garantiu que até novembro faria uma assembleia para tornar o SAS independente, onde os associados iriam escolher, independente de praça, oficial, bastando para tanto ter a qualificação técnica, os diretores. Espero que aconteça isso até novembro, que é o prazo que ele nos deu. Também quero dizer que conheço a estrutura do SAS de perto, entrei na Polícia Militar em 2001, contribuí com o SAS, inclusive, além da mensalidade, criamos uma taxa extra para construir o hospital do SAS, Juntamos

um valor grande e acredito que esse valor tenha sido desviado, pois foi desviado do SAS/PM quase um milhão e cem mil reais. E, aí, no decorrer da apuração, chegamos a um culpado de imediato, um soldado, o **Soldado Ivanilson** que era quem controlava o sistema de informação do SAS e, ele foi preso, julgado e pegou quase 12 anos de prisão, cumpriu uns quatro anos e hoje está em liberdade provisória. Estive conversando com esse soldado e ele me disse: **Sampaio**, tu achas que eu sozinho teria essa força toda para fazer isso? Agora, não posso falar porque tenho medo, receio, vou pagar um preço alto, perdi meu emprego, peguei anos de cadeia. Logo depois, dois coronéis foram presos, o **Coronel Maia** que vinha aqui nesta Tribuna denunciar que estava havendo desvio de recursos a advocacia administrativa e, o **Coronel Cocai**, que também estiveram presos, hoje estão na Casa Militar. Ficaram adiando o julgamento desses Coronéis e fomos surpreendidos com o que aconteceu recentemente, pois para a surpresa maior, o único culpado na história toda foi o soldado. Estive com o **Doutor Carlos Paixão** e ele me disse: **Sampaio**, fico triste, a Juíza pediu a condenação, o Promotor demonstrou por provas onde foi cometido o desvio de recursos, mas o júri formado por quatro oficiais, por quatro coronéis, absolveram os colegas. Que justiça Militar é essa? Quero parabenizar o **Promotor Carlos Paixão**, quero parabenizar a **Doutora Juíza Maria Aparecida Cury** pela coragem com que conduziu o julgamento, o voto dela foi pela condenação de oito anos de prisão dos Coronéis, mas foi voto vencido, visto que o júri militar era formado por quatro oficiais da reserva que receberam Auxílio Fardamento que é um direito deles, receberam diárias. E aí, a fala e o sentimento do **Promotor Carlos Paixão** foi o seguinte: **Sampaio**, o praça já entra condenado no Tribunal e tenta se safar. Em nove anos de Justiça Militar em nosso Estado, desconheço onde algum Coronel foi condenado pelo júri. Essa Justiça Militar precisa ser revista, por isso defendo a extinção da Justiça Militar, uma justiça corporativista, cara, uma justiça que não tem imparcialidade. Não estou me referindo aos Juízes de carreira, estou me referindo ao corporativismo que existe. É fato, inclusive, há emenda na Constituição tramitando no Congresso para extinguir a Justiça Militar. O Próprio Tribunal de Justiça, no Rio Grande do Sul, já pediu a extinção da Justiça Militar por entender que o que prevalece é a vontade própria, o corporativismo. Recentemente, vimos o caso de um soldado que foi acusado de tentativa de homicídio, de lesão corporal, pegou 12 anos de cadeia. Não estou dizendo que o soldado é inocente, mas o mesmo júri formado por oficiais, júri esse que a cada três meses tem que ser renovado, estava há mais de cinco meses com os mesmos oficiais, inclusive, no dia do julgamento para condenar o soldado, e olhem que temos oficiais para renovar o júri durante anos sem repeti-los. Mas, foram lá e condenaram o soldado a 12 anos, sendo que teve imperícia das armas, situações não foram comprovadas, mas o sentimento do **Promotor Carlos Paixão** faz-se verdadeiro quando diz: "O Praça já entra condenado e tenta se safar". Então, mais uma vez, quero repudiar esse corporativismo na Corregedoria da Polícia Militar. Defendo o **Coronel Chagas**, que a Corregedoria da Polícia Militar tenha a fiscalização externa, assim como também, a Justiça Militar tenha que ser extinta ou moralizada, de uma vez por todas, para que não prevaleça o corporativismo como vem acontecendo. Sei, conheço muito bem o

processo do SAS, há alguns Coronéis, no caso do **Coronel Junior, Wilson** que, talvez, não tenham muita culpa, mas há uns dois ou três que não teriam como se safar das acusações se não prevalecesse o corporativismo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Caro colega Deputado **Sampaio**, concordo quando fala que o SAS é uma entidade de personalidade difícil de se definir, é uma associação mantida por nós. Eu sou associado e sei que a diretoria é nomeada pelo Comandante da PM. Antes de eu sair do comando, deixei uma comissão formada para fazer um novo estatuto e, até hoje, não foi apresentado esse trabalho. Vossa Excelência traz informação que o Presidente do SAS está se preparando para, até o mês de novembro, concluir esse trabalho. Agora, com relação à informação do seu sentimento sobre esse julgamento dos acusados do SAS, eu acompanhei de perto todo o processo. O **Evanilson** foi preso não porque era Soldado, mas porque foi réu confesso e efetivamente realizou o desvio de quase 500 mil reais do SAS. Esses oficiais que foram denunciados, foram por causa da tentativa de um outro oficial de criar um fato para depois ser candidato, como de fato foi, e tentar fazer disso um cavalo de batalha. Lamearam o nome de pessoas íntegras com um extenso rol de serviços prestados à sociedade roraimense, até presos preventivamente alguns foram. Falavam em torno de um milhão e meio de desvio. A Justiça investigou, através de uma perícia oficial e constatou que não era isso, eram justamente, os quatrocentos e poucos mil que o **Ivanilson** confessou ter desviado. Eles foram absolvidos não porque são oficiais, mas porque não há nenhuma prova nos autos. O Promotor que Vossa Excelência citou, nem réplica fez, porque viu que não tinha como provar.

No momento em que a gente passa a questionar uma decisão da justiça, estamos atacando a autonomia dos Poderes, estamos atacando o Poder Judiciário. As pessoas que compuseram aquele conselho especial são todos oficiais da reserva, muitos com mais de dez anos de serviço. Pessoas que não têm uma mancha na sua carreira e votaram conforme as provas nos autos. Então, podem ter certeza que se tivesse alguma prova nos autos, teriam como aplicar alguma punição a esses oficiais. Querer punir alguém pela conduta de um funcionário, era a mesma coisa que se um servidor seu ou do meu gabinete passasse aqui nesta Casa a praticar algum delito como peculato e, você fosse responsabilizado e, punido por isso. Cada um é responsável pelos seus atos. Agora, se um servidor seu começa a praticar um delito, ele vai responder sozinho, a não ser que você esteja de conluio. E, nos autos desse caso não há nenhuma prova, pelo contrário, esses policiais passaram mais de seis anos com aquela pecha como de fato até hoje estão, porque tiveram seus nomes envolvidos pelos motivos que eu falei.

Então, as coisas têm que ser feitas de acordo com que há nos autos, de acordo com o que está efetivamente provado. E, ali não havia prova nenhuma. Com relação ao soldado que Vossa Excelência citou que foi condenado, li uma matéria sua no jornal dizendo que eles foram à via de fato. Só que não foi assim que se sucedeu, o oficial estava de serviço, o soldado estava bebendo num bar e a polícia foi chamada porque ele estava praticando atos que estavam incomodando as pessoas que estavam lá. Foi primeiramente uma guarnição e não resolveu e, quando foi um oficial, ele deu a ordem de prisão, a qual o soldado não acatou. Foram dominá-lo e na luta corporal aconteceu um disparo. Se houve dolo ou não, não podemos comprovar, mas houve um disparo e, em razão disso, o oficial foi parar na UTI e graças a Deus está vivo, e retornou ao serviço ativo. Então, temos que ter o cuidado para não jogar, mais uma vez, lama e denegrir a honra de pessoas que já passaram seis anos com essa pecha e, ainda hoje persistem nessa tentativa de manchar os seus nomes e as suas honras. Decisão judicial não se discute, se cumpre, e devemos respeitar os Poderes, principalmente o Poder Judiciário.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Primeiramente, Deputado **Chagas**, discordo do seu pronunciamento porque não há quem mais conheça o processo do que a própria Juíza, **Doutora Maria Aparecida Cury** que votou pela condenação. Então, a juíza também não gosta de Coronel? Onde ela viu essas provas? Então, esse é o meu ponto de vista.

E, no tocante a questão do SAS, quero parabenizá-lo, porque Vossa Excelência foi Comandante da Polícia Militar e, hoje, não responde sequer a nenhuma acusação com relação ao SAS porque o conduziu de maneira firme e cobrou explicação da gestão do SAS, acompanhou tudo de perto.

Senhoras e Senhores, quando um Cabo e um Sargento estão em uma viatura nas ruas, se o Cabo ou o Soldado cometerem alguma

transgressão e desrespeitarem algum cidadão, mesmo que o Sargento não participe, ele responde por omissão e, no mínimo, os comandantes da corporação na época desse fato são responsáveis por omissão, pois se acovardaram e deixaram ao bem querer do gestor do SAS e houve sim o desvio de recursos, ou será que a juíza **Ana Maria Aparecida Cury** tem o sentimento de praça e não gosta de coronel, de oficial. Não é não, é porque foi constatado que houve desvio, sabemos que o soldado era um mero instrumento para operacionalizar aquele desvio e, sabem muito bem com quem foi repartido. Agora, ele tem medo, é covarde por não abrir a boca e teve que assumir como réu confesso. Com relação ao soldado, perícia nenhuma foi feita na arma, foi um julgamento já de cartas marcadas. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente passamos para a Ordem do Dia. Encontra-se na pauta para votação, a **PEC nº 04/11**, mas não há quorum para votação, pois a aprovação necessita de três quintos de Deputados presentes quando se trata de emenda à Constituição, e temos apenas treze. E, se encontra também uma proposta de Moção de Pesar de autoria do Deputado **Brito**, e como se trata de matéria deliberativa, eu solicito a Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 022/11, pelo falecimento da Senhora **Márcia Carvalho da Silva**, ocorrido no dia 7 do corrente, nesta cidade.

A Senhora Primeira Secretária (**Ângela A. Portella**) – Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 022/11.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – A Senhora **Márcia** era servidora federal, cedida a esta Casa Legislativa e prestava serviço no gabinete do Deputado **Brito**, o pesar também da Assembleia Legislativa a uma pessoa que fazia parte do nosso convívio. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovada a Moção de Pesar nº 022/11. Também levamos o pesar da Assembleia Legislativa e a nossa gratidão, certamente a **Marcinha** era uma pessoa querida por todos e deu sua parcela de contribuição a este Poder.

Passamos para as Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, queria aproveitar o expediente para parabenizar o nosso fotógrafo **Platão Arantes** pelo seu aniversário, assim como, também, o **Professor João de Carvalho**, que representa muito para a nossa Casa. Ele está à disposição do Legislativo 24 horas por dia e sente amor por aquilo que faz. Presenteei o **professor João**, pois ele é paraibano, com um CD de forró pé de serra. Eu acho que ele gostou como um bom paraibano que é. Também gostaria de parabenizar a Universidade Federal de Roraima que faz hoje 22 anos, que tem dado uma contribuição imensa ao nosso Estado, formado e capacitado várias gerações de pessoas que vêm para Roraima.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, gostaria apenas de lamentar o passamento da **Márcia** e pedir a Deus que a ilumine e lhe dê a luz que precisa. Agradeço pela oportunidade que tivemos de conviver com ela, funcionária exemplar, que certamente fará falta ao gabinete do Deputado **Brito** e a esta Casa, bem como aos familiares, amigos e a Roraima. Quero também manifestar a minha alegria pelo aniversário da Universidade Federal de Roraima que tem contribuído bastante para o engrandecimento desta terra e, sem dúvida nenhuma, tem distribuído muitos conhecimentos aos nossos filhos e a nossa gente. Quero também parabenizar o **Platão** que fez aniversário ontem, e dizer que nas suas lentes mágicas, muitas vezes, a gente apareceu sorrindo. Ele fotografa e vem nos mostrar com aquele sorriso irônico, “olha aqui como você ficou”. O **Platão** é um companheiro de muitos anos e nos alegra muito com seu aniversário. O **professor João de Carvalho**, é meu mestre, nosso mestre, conselheiro, amigo, um homem exemplar para o Estado de Roraima e para esta Casa Legislativa. Eu quero dizer que uma das maiores alegrias que eu tive no Estado foi conhecer o **Professor João** e ter a oportunidade de ouvir os seus conselhos, o que faço até hoje. O **professor João**, como todos os servidores desta Casa, tem sido, para mim, um grande braço firme, um companheiro de jornada e eu quero abraçá-lo nesta data.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria primeiro de agradecer a minha amiga, irmã, colaboradora **Márcia Carvalho** que enquanto em vida prestou seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa em meu gabinete. A **Márcia** era uma profissional muito dedicada, é filha do nosso Estado de Roraima, de região do Amajari, era técnica em agropecuária, sempre teve essa preocupação com a produção, com o

homem do campo e, agora, estava cursando Direito, fazia o sétimo semestre e seu sonho era terminar o curso, prestar concurso para a Defensoria Pública e defender, principalmente, seu povo, aqueles mais necessitados, de maneira gratuita. A **Márcia** foi abençoada por Deus e tinha esse dom de servir, o dom da tranquilidade, da serenidade, sempre muito comprometida com os problemas sociais do nosso Estado e das pessoas que a rodeavam. Quero enaltecer a sua conduta como pessoa, amiga, mãe, de dois filhos, o **Farnei Vinício** e a **Flávia Virgínia**, são dois filhos excelentes, adolescentes que, com certeza, sentem muito a falta da mãe, e quero continuar próximo a eles dando força.

Quero prestar a ela toda a minha solidariedade e os meus pêsames a seus pais, o Senhor **Teles**, lá do Amajari, ao seu **Emerson**, aos seus irmãos, todos os familiares e amigos que conviviam com a **Márcia**.

Ontem, ao consolar a família, eu disse: Nós perdemos a **Márcia** para Deus, ela apenas obedeceu ao chamado e hoje está com certeza ao seu lado, orando e rezando para o bem do nosso Estado, como fazia aqui na terra.

Muito consternado, lamento a perda e ao mesmo tempo peço a Deus que ela esteja na mansão celestial contribuindo com trabalho de todos nós aqui na terra, para que possamos ter uma vida mais iluminada.

Quero parabenizar o amigo **Platão Arantes**, colaborador desta Casa, um amigo de verdade, um profissional excelente e dedicado. Parabéns, continue assim, com a sua humildade, tranquilidade, com seu profissionalismo. Você é uma pessoa muito querida.

Como, também, o **professor João de Carvalho**, que foi meu professor na Universidade Atual, e aqui continua sendo o meu mestre nas questões Jurídicas. O Professor é uma pessoa do bem, que merece o nosso respeito, o nosso carinho. Parabéns **professor João de Carvalho** e que por muitos anos esta data se repita. Obrigado Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Ângela A. Portela** - Obrigada Presidente, nobres colegas desta Casa. Quero aproveitar e parabenizar pela passagem do seu aniversário, o nosso fotógrafo **Platão Arantes**, um amigo que nos tem garantido alegria com o seu trabalho, permitindo que nossas fotos ilustrem as páginas da mídia de forma bem graciosa. Ele é mestre na fotografia no nosso Estado. Parabéns pelo seu aniversário, paz, saúde e sucesso para você juntamente com sua família.

Quero parabenizar o **professor João de Carvalho**, uma pessoa que nos dar segurança, que realmente conduz com maestria os trabalhos nesta Casa. Eu já havia lhe parabenizado pessoalmente, mas eu quero registrar as minhas felicitações. Tenha paz, saúde e sucesso.

E, com relação à Moção de Pesar que o Deputado **Brito** deu entrada hoje nesta Casa. Que a família encontre o alento, a paz e o conforto, justamente na fé. Muito Obrigada.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhora presidente, quero lamentar com pesar o falecimento da servidora **Márcia** que nos deixou, mas está lá em cima nos dando todo o seu carinho, a sua paz e felicidade.

Quero parabenizar a Universidade Federal de Roraima, que tem contribuído muito com esse Estado e que já formou várias pessoas em diversos cursos.

Gostaria de parabenizar o **professor João de Carvalho**, que é a nossa enciclopédia andante, é a nossa lei orgânica, nossa constituição, que na hora que a gente precisa, ele está de prontidão.

Professor, quero desejar ao Senhor e a sua família, que Deus lhe proteja, que tenha muitos anos de felicidade e que continue tendo muita inteligência e sabedoria para nos orientar no nosso mandato. Muito Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**- Eu já dei meu abraço no **Joãozinho** e no **Platão**. Eles são pessoas caras para a Assembleia, são servidores que estão aqui desde a fundação da Assembleia Legislativa.

O Deputado **Coronel Chagas** - Quero me juntar aos meus colegas, e parabenizar o nosso amigo **Platão Arantes**, que é profissional exemplar, conhecido em todo esse Estado e além das fronteiras desse Estado. Quando o vejo aqui me vem a lembrança os meus pais que foram fotógrafos por mais de trinta e cinco anos, pois foi com a fotografia que eles criaram a mim, aos meus irmãos e me deram estudo. O **Platão** é uma pessoa querida e simpática. A ele os nossos parabéns.

Parabéns ao **professor João de Carvalho** que também é um servidor desta Casa, que se dedica vinte e quatro horas por dia para dar o suporte aos Deputados. Foi meu contemporâneo na Universidade

Federal, fizemos Direito, ele era da segunda turma e eu da terceira turma. Estivemos juntos em muitas matérias, na mesma sala de aula. Parabéns aos dois companheiros.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada à presente Sessão. Estavam presentes os seguintes Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jean Frank, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 14/09/2011

ATA DA 2049ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.
(Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhora Presidente, não há Expediente para ser lido.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo a chamada.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Bom dia a todos, quero cumprimentar os colegas Deputados, a Mesa Diretora, a imprensa e as pessoas que nos visitam hoje aqui na Assembleia Legislativa. Acredito que muitos dos Senhores têm conhecimento de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre o mapeamento das pessoas que vivem na extrema miséria, concluído em agosto passado e, alvo de uma extensa matéria do jornal O Estado de São Paulo, do dia 10 de setembro. Trago cópia dessa matéria e gostaria que fosse parte integrante do meu pronunciamento. Em maio do ano passado, quando anunciou a existência de 16 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza no país, o Governo Federal dividiu as pessoas, entre aquelas que não possuem renda nenhuma e aquelas que tinham renda familiar per capita de 1 a 70 reais por mês. São cerca de 6 milhões de brasileiros que não possuem renda alguma em todo país e mais 11 milhões de pessoas que vivem mensalmente com uma renda que varia entre 1 e 70 reais. Os números do Censo mostram uma realidade triste e preocupante em relação à Roraima, pois segundo a pesquisa, 9% da população total é formada por pessoas que vivem em situação de extrema pobreza e não dispõem de renda própria. São famílias que sobrevivem exclusivamente de programas sociais governamentais. 9% pode até parecer um número baixo para alguns, mas corresponde a 40 mil pessoas vivendo sem ter nenhum tipo de renda própria em nosso Estado. Esse estudo é preocupante em um contexto onde nem as prefeituras municipais e nem o Governo estadual suportam mais absolver a mão de obra existente em Roraima.

Eu já falei, inclusive quando lancei a proposta para a criação da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, que o maior desafio que Roraima enfrenta é o de criar renda e dar sustento digno a quem precisa. Por isso, tenho me empenhado na construção de propostas para o fortalecimento das micros e pequenas empresas, responsáveis por 60% dos empregos gerados na iniciativa privada. Qualquer política de desenvolvimento econômico deve ter como

prioridade os empreendedores individuais e as micros e pequenas empresas. Precisamos, enquanto Parlamentares e cidadãos que vivem nesse Estado, apoiar e criar instrumentos para que os nossos empresários tenham condições de crescer e sobreviver em um mercado altamente competitivo, com uma carga tributária justa e tratamento diferenciado, e com isso, gerar os empregos que precisamos.

Eu faço esse discurso para chamar a atenção de todos os Senhores, do Governo do Estado para que seja feito algo nesse sentido. Quero aproveitar esse ensejo para pedir a todos os Deputados que assinaram o Requerimento para a criação da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, para que nós possamos nos reunir e eleger o órgão diretivo dessa Frente Parlamentar, com o intuito de elegermos uma pauta prioritária de assuntos para que possamos conduzir efetivamente os trabalhos dessa Frente Parlamentar em prol de projetos que gerem emprego em nosso Estado. Essa matéria é preocupante, são 40 mil pessoas vivendo com o que conseguem no seu dia-a-dia, e como diz o ditado, vendendo o almoço para conseguir o jantar, e isso é preocupante. Roraima hoje, não tem uma única política de geração de emprego e desenvolvimento econômico, está na hora de pararmos de brincar de fazer economia e fazermos economia de forma séria, com uma política industrial bem pensada, uma política agrícola bem executada e assim darmos dignidade à nossa população.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Eu li o Censo e hoje, por coincidência, a Rede Globo de Televisão está aqui no nosso Estado tratando do assunto Raposa/Serra do Sol. Vossa Excelência pode me perguntar o que tem haver o meu discurso com isso. Se analisarmos o Censo vamos ver que 50% dessas pessoas que não possuem nada de salário são indígenas, isso na área Raposa/Serra do Sol, contando com os irmãos da Guiana que vieram para Roraima para fazer parte do Censo são 17 mil, o que não bate com o Censo do IBGE, são quase 15 mil irmãos índios que estão nesse Censo de pessoas que não tem sequer renda de um salário mínimo. Nós já conversamos sobre como fazer uma política realmente séria, com projeções para o futuro de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento do nosso Estado, contudo, é necessário que a União pague a parcela da dívida que tem com Roraima, porque esse Censo mostra que o pior Estado do Brasil com relação à taxa de pobreza é o nosso. Entretanto, esse Censo mostra também a forma como a União não aceita e não admite cumprir as regras da nossa Constituição, do pacto federativo, e Roraima está pagando essa conta. Amanhã seremos de novo matéria em nível nacional, porque a Rede Globo está lá na Raposa/Serra do Sol e deve estar vendo, também, nas nossas periferias os jovens índios que vieram para cá, alguns se prostituindo pela falta de perspectiva por causa da retirada dos brancos que viviam lá naquela Reserva. Grande parte dessa população que não recebe sequer um salário mínimo são das áreas indígenas e outra grande parte estão nos nossos municípios do interior, exatamente dentro do que Vossa Excelência está colocando por falta de um projeto de desenvolvimento efetivo para o nosso Estado de Roraima.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá continua – Eu quero fazer um apelo a esta Casa e esse não é um discurso retórico, não estou aqui falando por falar, estou falando porque sei que é o nosso compromisso, o compromisso de cada um dos Deputados que aqui estão é com a efetiva geração de emprego e renda e precisamos demonstrar esse compromisso. Tenho certeza que, em breve receberemos aqui na Assembleia Legislativa o Plano Plurianual de 2012 a 2015 do Estado. Esse plano será entregue na Comissão de Orçamento onde o Presidente é o Deputado Célio Wanderley, é muito provavelmente o Relator seja o Deputado Marcelo Cabral, e eu espero que esse PPA deixe muito claro quais são as prioridades do Governo para os próximos quatro anos, que venha esclarecer os rumos que a política roraimense vai tomar. Eu espero que esse PPA mostre que o Governo prioriza o seu investimento na iniciativa privada, que o Governo está priorizando o desenvolvimento econômico e a geração de renda. Essa Assembleia Legislativa vem debatendo assuntos extremamente relevantes, a segurança no trânsito, a saúde, mas não há assunto mais importante do que o sustento das famílias, porque sem o sustento, sem renda a família não tem o que comer, não pode comprar o remédio, adoecer, não tem qualidade de vida, não consegue melhorar sua habitação, e toda essa bola de neve parte do princípio de que uma pessoa não tenha condições de se sustentar. Precisamos, efetivamente, encarar esse debate, esse problema e fazer com que as coisas realmente aconteçam. Eu quero pedir a ajuda dos Deputados, especialmente dos que têm uma afinidade maior com o Governo, como o nosso Presidente Chico Guerra,

Deputada Aurelina Medeiros, Deputado Jalser Renier, Célio Wanderley, Marcelo Cabral, Gabriel, enfim, todos vocês que aqui estão e tem acesso cotidiano ao Governador. Eu quero dizer que o Conselho Nacional de Administração Fazendária se prepara para instituir um convênio que vai regulamentar, sacramentar, oficializar os mecanismos que foram criados na chamada guerra fiscal, ou seja, cada Estado brasileiro criou a sua política de incentivo fiscal e industrial, isso tudo à margem da legislação tributária brasileira. Estuda-se no CONFAZ fazer valer todas essas normas, leis criadas para o incentivo. Bahia recebeu a fábrica de carros, Goiás recebeu a fábrica de carros, medicamentos, Santa Catarina tem uma política industrial agressiva, isso tudo vai ser convalidado pelo CONFAZ, vai ser feito com o nome de convalidação do benefício fiscal, e o único Estado do Brasil que não tem uma norma para ser convalidada nesse convênio é o Estado de Roraima, é o único que não tem uma política de incentivo e atração de investimento, com isenção de impostos, com uma política agressiva. Esse é o momento para que possamos dar aquelas vantagens que entendemos ser importantes para atrair empresas e investimentos para o nosso Estado, porque a partir disso, o CONFAZ vai estar convalidando essas normas e elas não serão mais contestadas. Não podemos perder o bonde, Roraima está passando por um momento difícil, eu tenho certeza que aqui as pessoas que nos assistem, várias delas estão lutando por uma condição melhor, e fora daqui existem pessoas que estão batalhando por uma condição de vida mais confortável.

Aparte concedido a Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Ontem, a Assembleia Legislativa foi convidada a participar de um seminário do Governo Federal sobre projetos de desenvolvimento nas fronteiras, considerando que moramos em um Estado rodeado de fronteiras internacionais. Eu quero ver um milagre do Governo Federal. Roraima tem características específicas. Eu pedi ontem, na reunião, que o Governo Federal mandasse demarcar novamente as fronteiras do Brasil, porque não sabemos onde começam e terminam e duvido que um programa do Governo Federal que vale para todos os Estados possa ser aplicado ao Estado de Roraima. Com relação às fronteiras, a gente não consegue nem entrar, quanto mais criar um projeto para agricultura em uma região que é totalmente destinada às terras indígenas e outra parte as fronteiras internacionais. Do mesmo jeito que Vossa Excelência está falando, das políticas do Governo Federal, de todas essas políticas do CONFAZ e outras Roraima está de fora, sempre Roraima não participa. Por que? É um Estado novo, seu comando ainda é feito pelo Governo Federal, aqui ainda se faz o que ele quer, a gente ainda vive em um Estado onde os políticos estão brigando por outros Estados. Nós estamos querendo criar municípios aqui e há políticos querendo criar o Estado do Pará. São assuntos que nós da Assembleia Legislativa vivemos de discursos apenas, porque os nossos políticos da ala federal precisam ter consciência de que esse Estado precisa crescer, mas há exceções. Nós não podemos mais dizer: eu vou de pires na mão conseguir uma migalha e outro dizendo que quem está lá não presta para nada. Roraima ainda é isso, por isso estamos sempre fora de todos os benefícios que possam vir do Governo Federal. Primeiro, porque as características do Estado de Roraima são diferentes de todos os outros Estados, aqui a gente não manda em nada e, segundo os nossos Deputados Federais, faço exceção ao Senador Romero Jucá, que está sempre envolvido com essas coisas e alguns Deputados Federais, precisamos nos voltar não só para trazer recursos, mas para essas questões da geração de emprego, fazermos entenderem que Roraima é diferente e está excluída de quase todos os projetos de desenvolvimento. Somente as duras penas é que conseguimos recursos para arrumar uma estrada, e ainda há um monte de projetos que colocam uma pedra no meio para não acontecer. É preciso essa consciência, todos os Deputados Estaduais sabem o que precisa ser feito. Ontem, eu estava vendo a matéria do Jornal Nacional sobre a área Raposa/Serra do Sol, há uma equipe que está trabalhando. Eu acho que isso é fruto do que a gente fez aqui que chegou à Brasília, dos nossos produtores e da Assembleia Legislativa. A sua preocupação é a dos Deputados Estaduais, mas somos mutilados, não conseguimos chegar lá para fazer ver que Roraima é um Estado e que precisa que essas políticas que trazem benefícios também cheguem até aqui.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Primeiro, quero parabenizá-lo pelo nível do discurso, pela preocupação com o futuro do nosso Estado. Eu acho que não poderia ser diferente o posicionamento de Vossa Excelência, um político promissor no nosso Estado, jovem, e me sinto também jovem e compromissado em buscar o melhor para o nosso Estado. Reconheço essa preocupação de

Vossa Excelência, pois sabemos, também, da dependência do Governo Federal no tocante à questão orçamentária do nosso Estado, também entendemos que passamos por uma crise mundial. O Brasil, com certeza, sofrerá danos na sua economia e por tabela Roraima também sofrerá esse dano. Ontem, ao ouvir o discurso do Deputado Joaquim, fiquei preocupado, pois quando se começa a discutir PPA e Orçamento, começam a aparecer crises e o servidor do Estado fica angustiado. Estávamos discutindo a questão da reposição salarial, reajustes para o ano que vem. Por causa dessa discussão recebi vários telefonemas e precisamos deixar isso muito claro para os servidores, para não sermos mal interpretados. Uma boa notícia é que conseguimos ontem, confirmar a presença de um assessor do Senado para dar uma palestra sobre Orçamento Público, e a da Deputada Ângela para discutirmos junto com a ESCOLEGIS. Precisamos, o quanto antes, desenvolver uma política econômica para o nosso Estado, para a geração de emprego e renda. O Governo do Estado tem orgulho de programas assistencialistas, programas de inclusão social, mas estamos sempre um passo atrás. O Governo, hoje, se vangloria e nós cobramos bastante a questão do crédito social, ele tem que pagar, mas isso não pode ser bandeira de Governo nem carro chefe, o que precisamos ter a frente do Governo do Estado e das prefeituras é um carro chefe de programas de incentivo ao emprego. Vossa Excelência sabe e eu também não acredito que a saída de imediato para resolver o problema do desemprego será a questão da industrialização de Roraima. Sabemos que não é por aí. Temos que partir para a questão do pequeno e médio empresário, da agricultura familiar, pois em Roraima, hoje, a gente sequer consegue produzir polpa de cupuaçu, de caju, maracujá. Se o Governo do Estado começasse, através da CODESAIMA, a incentivar programas nesse sentido, e abraçar, encher a cidade de outdoor de geração de emprego, apoio técnico a essas pessoas que querem trabalhar, nosso futuro seria outro. Entendo a importância do crédito social, mas isso não pode ser carro chefe de político nenhum, principalmente de nós políticos jovens que queremos mudar o futuro do nosso Estado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputada Aurelina Medeiros, antes de concluir, permita-me discordar de Vossa Excelência. Vossa Excelência é uma Deputada atuante, uma das mais competentes que temos em Roraima, experiente, mas existem coisas que podemos fazer aqui sem o Governo Federal e cabe a nós fazermos pelo menos a nossa parte. Se o Governo Federal não faz a parte dele, temos que fazer a nossa, existe muito ainda para que possamos avançar, por isso, afirmo que podemos fazer a nossa parte. Eu quero fazer um anúncio importante, o mesmo CONFAZ aprovou em reunião no dia oito de julho desse ano, o convênio nº 71, que entrou em vigor no dia primeiro de setembro, e eu quero pedir a atenção dos empresários para esse convênio. Desde o dia primeiro de setembro desse ano, os empresários de Roraima ganharam mais uma vantagem em relação à Área de Livre Comércio, o que nos aproximou da realidade da Zona Franca de Manaus. Quem é empresário sabe que de toda compra feita fora do Estado até os dias recentes nós não conseguíamos aproveitar os créditos do ICMS já pagos nos outros Estados. A Zona Franca de Manaus sim fazia isso, quando um empresário de lá comprava um produto em São Paulo ou em qualquer outro Estado, esse produto chegava em Manaus e o ICMS já pago na cadeia era aproveitado como crédito de ICMS. Em Roraima, mesmo tendo a ALC, isso não acontecia. É menos impostos a serem pagos pelos nossos empresários, é uma condição melhor para que eles possam manter suas empresas e gerar emprego. Quero ressaltar a importância da articulação feita para a aprovação desse convênio pelo Governador do Estado e pelo Senador Romero Jucá, que pessoalmente negociaram com os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que eram os dois Estados que se opunham a matéria, pois todos sabem que no CONFAZ a matéria precisa ser aprovada por unanimidade e o Governador e o Senador conseguiram a aprovação desse convênio. Obrigado.

O Senhor Deputado Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos da imprensa aqui presentes, vim aqui, hoje, para falar de um assunto que vem me incomodando ultimamente, os Deputados mais antigos, como diz o meu amigo Joaquim Ruiz, os primos ricos que têm um acesso privilegiado com o Governador. Às vezes, chega aqui na Assembleia criação de uma nova Secretaria que a gente não sabe nem para o que é, um Projeto da Defensoria Pública e chega o primo rico aqui, bate nas costas da maioria dos Deputados e diz: “Isso aqui é de urgência urgentíssima”. Na verdade, a gente vai ver com o Governador depois, nem sempre é assim. Eu não sou contra o Projeto dos Procuradores, pelo contrário, eu acho que eles têm todo o direito de estarem aqui reivindicando seus

direitos, como também, não sou contra o Governador, eu faço parte da base aliada e estou aqui para somar. Mas, o Governo do Estado, não sei o porquê, resolveu que não precisa ter líder nesta Casa. E aí, um Deputado desta Casa resolveu apadrinhar determinados projetos, coloca-os debaixo do braço, foi lá com o Secretário interessado, lá com a autarquia interessada no assunto e disse: “deixa comigo que eu resolvo”. Depois, vem dar um tapinha nas costas dos colegas e pede para votarmos. Eu sou parceiro, estou aqui para ajudar, mas só quero dizer que daqui para frente eu quero a compreensão dos primos ricos, dos colegas mais antigos para que na hora que a gente precisar resolver um problema, eles possam colaborar. Pois, por exemplo, fomos em várias campanhas no Município de Rorainópolis, e, prometemos concluir o Hospital de lá, juntamente com o Governador e até agora nada. E, a empresa BLOCOS que tem oitenta milhões de contratos com o Governo e a obra do Hospital de Rorainópolis é de quatro milhões, está lá há um determinado tempo e não faz o serviço, apesar de ter ordem de serviço. Eu queria a parceria dos colegas mais antigos para que junto com o Governador a gente resolvesse esse problema. Foi prometido também em campanha construir o prédio do Corpo de Bombeiros daquele Município. O Governador também firmou o compromisso de construir o parque aquático, o IML. E, às vezes, eu peço ajuda dos colegas e não encontro a facilidade.

Eu só quero dizer o seguinte: “Na hora da eleição, quando se vai pedir voto, não é com tapinha nas costas que a gente consegue”. Temos que mostrar trabalho. Então, se não houver prestação de serviços, não adianta ir com tapinha nas costas porque o eleitor não está esperando tapinha nas costas. Rorainópolis hoje vive uma situação difícilíssima, a cidade está toda esburacada. Nós precisamos resolver o problema do Hospital de Rorainópolis, do IML, do Corpo de Bombeiros, do Parque Aquático, como também, da quadra da escola do Jundiá. Uma firma ganhou a construção da quadra de esporte do Jundiá com ordem de serviço, com empenho, com tudo direitinho, e simplesmente parou a obra pela metade. Então, eu quero dizer de público o seguinte se eu puder contar com os meus colegas para que a gente possa ir juntos ao Governador para buscar uma solução para os problemas que afligem a nossa base, pode vir com tapinha nas costas e conte comigo.

Quase todos os pedidos que a gente faz para os colegas buscarem com o Governador, eles voltam de mãos abanando e não resolvem. Outra coisa, a Mesa Diretora é composta por 10 membros, não é a única vez que um Membro da Mesa Diretora diz: olha a Mesa Diretora vai tomar essa decisão e, na verdade, não discute com a Mesa Diretora. Se discutir comigo tem meu apoio, se não discutir comigo, não tem o meu apoio e vou tornar isso público daqui para frente, porque acho que é uma mão dupla, precisamos trabalhar em conjunto, buscar soluções para os problemas que afligem a sociedade de modo geral.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado, Vossa Excelência está colocando no seu discurso alguns pontos com relação à nossa Casa primordial. Primeiro nós votamos o Projeto da Defensoria e Vossa Excelência deve se lembrar que uma hora era votação fechada, daqui a pouco não era, depois era de urgência, logo após não era mais urgência. Eu também sou favorável ao Projeto da Procuradoria, agora o que não pode aqui na Casa é dois ou três Deputados antigos, com mais de dois mandatos, acharem que podem tudo. Isso acaba prejudicando projetos importantes como esse, que já era para ter sido votado e aprovado nesta Casa. O governo deve estar definindo agora essa semana o líder do Governo nesta Casa, se não tiver uma colaboração desses antigos que Vossa Excelência está falando, o líder do governo de novo vai ter problema como eu tive, interferências, negociação no bom sentido. Às vezes, o colega quer falar com o governador, e quando o líder vai, o colega já foi por trás. Líder é o pai do colega Rodrigo que vai atrás e consegue as coisas para Roraima, negocia com os Estados fortes, como por exemplo São Paulo e Rio Grande do Sul, porque ele tem o apoio dos seus liderados. Agora, se colocarmos um líder aqui, e dois ou três ficarem indo por trás resolvendo os problemas sem passar pela liderança, o líder de novo vai passar por maus lençóis como passei. Quero parabenizá-lo pela colocação que está fazendo aqui no Plenário.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portella – Senhora Presidente, nobre colegas, Deputado Remídio, quero parabenizá-lo pela sua atitude corajosa de estar levando uma situação que vinha sendo comentada pelos bastidores e que, realmente, o Senhor teve coragem de dar voz. Acho que há de se tomar uma posição a respeito. Com relação a Rorainópolis, realmente é um município grande que tem tudo para se desenvolver, que tem em média de 30 mil habitantes e que hoje padece de falta de estrutura

básica para garantir os direitos fundamentais das pessoas que lá vivem. A questão do IML é uma questão que já não pode mais esperar, que já vem vitimando e fazendo com que várias pessoas sofram quando alguém de sua família tem passamento, pois ficam lá aguardando que um médico-legista vá daqui para resolver a questão e nem sempre ele vai, ainda mais agora que as estradas não estão boas. Isso se torna angustiante, pois além da morte do ente querido, a pessoa espera, e falta dignidade no momento que a pessoa precisa ter um mínimo de conforto. Outra questão, é sobre o hospital que já está construído e que precisa ser ativado. Temos que ter um olhar especial para isso. Com relação à questão das obras que estão em conclusão, os órgãos de controle servem para fiscalizar o governo, eles têm que fazer também essa fiscalização nas empresas que estão em débito com o contrato. Precisamos que os órgãos de controle fiscalizem essa situação. Quero ser solidária a essa causa e dizer que o Senhor pode contar comigo, o apoio para que possamos buscar soluções para essas situações do Sul do Estado. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Remídio, só para contribuir com o seu pronunciamento, quero também ser solidária a Vossa Excelência com referência à BR-174, a 210, ao hospital do Caroebe e a Vicinal 26, que foram promessas de campanha do Senhor Governador. Ele não pode esquecer que na época da campanha tinha maquinário lá, e hoje não se encontra um sequer nem para cavar uma sepultura. Acho que o Governo do Estado tem que ter responsabilidade, pois ele é a nossa maior autoridade e o povo acredita nele. O hospital de Rorainópolis não está em funcionamento, o de Caroebe está paralisado. Foi dito num comício que havia 15 milhões para fazer a ponte de concreto do Rio Caroebe e sábado ela estava interditada, as pessoas estavam fazendo remendo para que o ô nibus pudesse passar. Então, gostaria de pedir da Mesa Diretora, do nosso Presidente Chico Guerra, que cobrasse do Governador que desse andamento a essas obras. A Vicinal 26 que dá acesso à Vila Colina está há mais de 90 dias interditada por causa de 10 metros de ponte quebrados. Acredito que deva ter uma ação mais energética para que se possa desobstruir esse tráfego da Vicinal 26 que dá cesso à Vila Colina. Era essa a minha contribuição e parabéns pela sua atitude. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Remídio, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que não me sinto incluído entre esses Deputados que Vossa Excelência citou. Na realidade, eu sou um dos mais antigos e não me sinto atingido pelo que Vossa Excelência está falando, até porque não faço parte, não sou o primo rico e muito menos o pobre. Com relação às questões que Vossa Excelência coloca, já que o Senhor é aliado do Governo. Acho que as informações deveriam ser obtidas nas próprias secretarias. A secretária de infraestrutura poderia dar informação porque o hospital está parado, porque as estradas estão paradas. Na questão da liderança, acho que aqui a gente sempre deu apoio ao líder do Governo. Eu entendo que a liderança do governo aqui é para tratar das questões de encaminhamento de projetos que vêm do executivo, e com relação a isso, até me proponho a ajudar, mas com relação a marcar audiência com o Governador, tratar de assuntos de Deputados, acho que nós somos um grupo de apoio ao Governo, assim como há o grupo de oposição e acho que cada um tem que resolver seus problemas particulares com o governo do Estado. Todos os líderes que têm passado por aqui, têm tido dificuldade exatamente por causa disso, porque, na realidade, a função dele não impede de ajudar, ou ir com Vossa Excelência ou qualquer outro, solicitar junto ao governador no sentido que a gente possa resolver esses problemas.

Com relação às questões que estão acontecendo aqui, eu digo para Vossa Excelência, o que precisamos é nos reunir com todos os Deputados e colocarmos as dificuldades que cada um tem e está tendo, no sentido de que possamos, efetivamente, resolver esses problemas. Não basta só colocarmos culpa na Mesa, ou nesse, naquele, mas acima de tudo, sentarmos para resolver. Nós temos essa oportunidade, até porque o Presidente é nosso colega, assim como os demais membros da Mesa. Eu só gostaria de pedir ao Deputado Chico Guerra que reunisse a Mesa e todos os Deputados para que a gente pudesse tornar essas questões mais transparentes para os Deputados, para que a Assembleia possa funcionar melhor.

Em relação à questão do Projeto de Lei da Procuradoria que Vossa Excelência colocou, é a mesma coisa que eu sinto. Esse Projeto já deveria ter sido votado aqui. Ele está trancando a pauta, há mais de seis sessões que estamos com esse Projeto trancando a pauta, fica sempre no disse me disse, um diz que fez e não fez e, na

realidade, ninguém assume a responsabilidade. Eu acho que o Projeto está pronto para ser votado e deveria ser votado. Na realidade, se ele não foi votado foi por culpa dos 24 Deputados e não só de um ou dois como a grande maioria afirma lá fora. Então, gostaria que déssemos solução a esses problemas para que a nossa Casa pudesse ter a harmonia que sempre teve entre os colegas Deputados, no sentido de pudéssemos produzir mais aqui.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Remídio Monai, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento porque ele é oportuno e traz à baila uma questão importante. Em qualquer organização, seja ela privada ou pública, a figura da liderança é importante, quando a liderança não age, se omite e abre espaço para que outros mais oportunistas avancem isso é natural em qualquer organização. Por isso, acho que já fizemos a nossa parte na segunda-feira quando a base aliada levou esse problema ao Governador pedindo a ele que definisse um Líder. Discordo do Deputado Célio quanto a necessidade ou não de uma Liderança. Acho extremamente necessária. É impossível que entre 16 Deputados da base não tenha um que possa representar o Governador e fazer essa interlocução, porque isso nos traz prejuízos e nos coloca não só a nós Deputados, mas a essa Casa numa posição até certo ponto delicada ou constrangedora, ficamos trancando a pauta com um Projeto que é relevante, mas que é evidente que não poderia ser votado sem que chegássemos a um consenso, não só com a base, mas junto com o Governador, o que me parece que já aconteceu. O que precisa é votarmos. Então, os assuntos que Vossa Excelência colocou trazem uma necessidade de reflexão entre nós. Eu não diria que são os primos ricos ou os mais antigos, acho que essa atitude pode ser tomada até por um Deputado de primeiro mandato, que vendo o vago da liderança toma a iniciativa e tenta resolver o problema. A intenção pode ser boa, mas o resultado é sempre negativo. Então, precisamos cumprir a hierarquia, até porque, não há um corpo sem cabeça. Se não tiver a liderança para fazer a interlocução com o Governo, fica muito difícil. E, a base está aqui para garantir que os projetos que sejam de interesse do Governo sejam aproveitados. Mas, repito que o pronunciamento de Vossa Excelência é oportuno, pois levanta uma questão que nós estamos vivendo e temos que encarar. E, vamos ver se nosso Governador resolve o mais rápido possível designar um líder.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – No tocante a essa questão de ter líder ou não ter, se Deputados mais antigos têm mais privilégios com o Governo, eu estaria metendo minha mão na cumbuca alheia, pois não faço parte da base governista. Mas, isso prejudica esta Casa, porque é uma Casa de maioria e, às vezes, queremos cobrar enquanto oposição e até mesmo contribuir junto ao Governo e não sabemos a quem nos remeter. Então, faz sim diferença, e é preciso que o Governo defina um líder o quanto antes para esta Casa, para que possamos nos remeter a esse colega. Agora, o que nos preocupa é que precisamos ampliar a discussão em torno dos projetos, pois o Tribunal de Justiça, a Defensoria e, agora, a PROGE têm mandado para esta Casa Projetos em regime de urgência urgentíssima, precisamos montar uma Comissão Geral e não há uma discussão. E, quando se tem entendimento, faz-se uma Comissão Geral e aprova, mas quando não se tem, o projeto fica igual ao da PROGE e não é falta de entendimento da oposição, e sim, da base governista entender se vota ou não vota, pois fica uma Proposta de Emenda à Constituição trancando a pauta durante cinco ou seis sessões. Então, é preciso que a gente tenha essa referência como bem falou os Deputados Célio e Erci. Mas, é necessário que esta Casa se imponha para que possamos discutir esses projetos do Governo que estão sendo colocados em grande parte em regime de urgência urgentíssima, nos furtando de uma discussão mais ampla. Isso é essencial para que assumamos a nossa meia culpa, enquanto Parlamentar a frente das comissões, em não discutir esses projetos. Então, parabéns pelo seu discurso que é oportuna para o momento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Deputado Remídio, agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me concede. Quero, concomitante com o Deputado Célio Wanderley, dizer também que não me sinto incluído nesta lista. Estou nesta Casa há algum tempo e sempre tive uma boa relação com todos os Deputados, sempre procurei ter um entendimento comum, respeitando o direito de cada um, mesmo quando estava na liderança do Governo. E, entendo que a boa relação e o respeito entre os colegas é o que se exige num Parlamento. Nós temos que ter a ombridade e a humildade de respeitar o direito de cada um. A Assembleia Legislativa é um Poder democrático, mas o que ocorre em algumas vezes é a situação

de aproveitamento. Cansei de me deparar com algumas situações aqui, onde Deputados novos, aliados do Governo que votam contra uma determinada indicação do próprio Governador chegarem por trás dizendo que votaram a favor, tendo explicitamente votado contra. Recentemente, aconteceu o fato com o próprio professor Hamilton Gondim, quando Parlamentares da própria base, se dizendo aliados do Governador, acabaram fazendo um papel que não é nobre, porque nobre é o Parlamentar chegar aqui e dizer: eu voto contra ou eu voto a favor. Eu acho que é exatamente esse conceito que esta Casa precisa ter. E, Vossa Excelência que é um parlamentar antigo desta Casa, pois já tem dois mandatos e certamente vai caminhar para o terceiro, entende que temos que fazer política com respeito as pessoas. É muito difícil um Parlamentar chegar, conversar, falar que concorda com Vossa Excelência e quando está frente ao Governador, ao invés de alguns pedidos serem coletivos, pairam os pedidos individuais. Então, isso é que não pode acontecer. Eu entendo que a política, Deputado Remídio, tem que ser conspirada de maneira positiva e não negativa. O Parlamento tem segmentos e algumas sociedades procuram os seus segmentos. A classe trabalhadora procura aqui um Deputado X. Esses dias, nós estávamos aqui, diante de uma posição política, porque o Deputado Brito trouxe um segmento, um determinado número de pessoas da saúde que não conseguiram passar no seletivo e, imediatamente, o Secretário de Saúde esteve aqui, através de quem? Através de um segmento da sociedade que procurou um Parlamentar. O Parlamentar não tem culpa, pois, Vossa Excelência não tem culpa de estar no seu gabinete e chegar uma Comissão de Transporte o procurando para resolver a questão das estradas. Por que? Porque Vossa Excelência se identifica com isso. Então, cada Deputado tem um segmento e nós temos que respeitar isso. O que não pode é alguns quererem ser o dono da situação, e aí, eu concordo com Vossa Excelência que esta Assembleia não tem dono, esta instituição não tem dono, tem pessoas que zelam e respeitam o seu trabalho, bem como, a sua condição. Então, eu quero aqui deixar claro que eu não me incluo nessa lista que Vossa Excelência apresenta. E, se me incluo, gostaria que Vossa Excelência falasse porque eu tenho um conceito de Vossa Excelência como o de uma pessoa que tem uma palavra única nesta Casa. Muito obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado Remídio Monai continua – Deputado Jalser, eu quero dizer para Vossa Excelência que não me incluo nessa relação da UERR. Não sei como o Senhor sabe o que é secreto. Então, Senhor Presidente, para concluir, quero dizer aos Procuradores que voto a favor da PEC, se colocarem hoje, eu estou de acordo sem nenhum problema. Está dado o meu recado e acho que não foi tão difícil eu ser compreendido. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Informo aos Senhores Deputados que a Mesa foi um tanto quanto criticada com relação a isso. Semana passada precisei fazer uma reunião com os Deputados, com todos os Deputados presentes, e acredito que foi uma reunião muito boa, mas a gente faz outra mais tarde, não há problema em fazer reunião. Eu só entendo o seguinte: aqui é um Parlamento e as coisas têm que ser discutidas, nós temos Deputados iguais, não há Deputados de primeira, segunda e terceira categoria. Eu sempre digo que os Deputados novos de hoje são os velhos de amanhã, portanto, aqui todo mundo tem de minha parte tratamento igualitário e, eu desafio qualquer um Deputado a dizer que eu tenha tratado de modo diferenciado os novos Deputados, muito pelo contrário, procuro beneficiar mais ainda os novos em alguns aspectos, para que eles possam melhor desempenhar suas funções. Eu tenho procurado fazer isso durante todo esse tempo que estamos aqui. Agora, há Deputado que no Privado, toma uma decisão, e quando chega na plateia toma uma posição diferente. Nós não podemos controlar esse tipo de ação, o Deputado toma uma decisão em reuniões fechadas e depois quando chega no Plenário muda de ideia. E, como o Deputado Jalser Renier falou, ninguém tem culpa se chega um segmento organizado da sociedade e pede apoio para um Deputado que é mais afinado com eles, como o exemplo que o Deputado Jalser nos deu, e o Deputado tenta resolver a situação agora com o apoio de todos. Esta Casa é a Casa do povo e nós somos representantes do povo, nós recebemos o nosso salário para defender os interesses do povo. E, eu acho que quando um Deputado põe um processo debaixo do braço e sai na frente, ele está fazendo o trabalho dele também, porque está defendendo o segmento que o apoiou e que o apoia, é isso que é o Parlamento. Portanto, fica aqui a nossa reflexão. Como falou o Deputado Erci que tem que ter um cabeça, tem que ter um líder, o líder vai colocar os projetos debaixo do braço e levá-los ao Governador, mas os projetos de interesse da

sociedade, não os projetos de interesses de um ou de outro Deputado, ou seja, os projetos de interesse do povo. Esse é o papel do líder, o papel do líder é tratar dos interesses da sociedade e do Poder Legislativo junto com o presidente, esse é o papel do líder que, muitas vezes, chega a ser incompreendido e cobrado por coisas que não são de sua alçada. Eu tenho acesso ao Governador, qualquer Deputado desta Casa tem acesso ao Governador, porque então, que o líder tem que levar problemas que muitas vezes são de interesse regional de um Deputado. Ele que leve. Lá em Caracaraí estamos com problemas de racionamento de energia, está havendo racionamento todo dia, já fui quatro ou cinco vezes na CER para resolver, se tivesse um líder, eu até que chamaria ele para ir comigo, pois já seríamos dois tentando resolver o problema. Então, esse é o papel do líder, esse é o entendimento que temos que ter. Acho também, que se estamos caminhando nesse sentido, é porque as coisas desandam de lá pra cá, mas a gente chega lá. Temos atravessado algumas turbulências esse ano com cassações, mudanças no nosso próprio quadro, mas as coisas vão fluir, vão caminhar e, com certeza, vão voltar para o eixo. Vamos andar com tranquilidade e é bom não esquecer que nós estávamos aqui há dezesseis anos sem ter oposição, e hoje, nós temos oposição. É diferente você administrar uma Casa onde todo mundo toca pra um lado só, agora não, é no meio, e você têm que ser o juiz disso, tem que ser justo quando vai tomar as decisões. Eu vou abrir uma exceção ao Deputado Joaquim Ruiz para que ele possa se pronunciar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Presidente, gostaria só de pedir uma informação ao Primeiro Secretário. Temos dezoito Deputados presentes, será que poderemos destrancar a pauta e votarmos duas matérias importantes que estão na pauta de hoje? Gostaria de saber se está na pauta dessa Sessão, pois cheguei atrasado, estava com um oficial de justiça no meu gabinete e só pude vir agora. Então, só gostaria de saber se a PEC está na pauta para votarmos hoje.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Passaremos, então, para a Ordem do Dia. Discussão e Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2011, que dá nova redação ao artigo 20-D, acrescenta e Altera Parágrafos do Art. 101-A da Constituição Estadual, e dá outras providências, de autoria Governamental; Discussão e votação, em turno único, do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Informamos que a Proposta de Emenda à Constituição foi lida na Sessão de ontem, sendo assim dispensada a leitura nesta Sessão. Portanto, vamos retomar a Discussão da matéria. Coloco em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2011, com suas emendas.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Pede Questão de Ordem – Sou favorável a dispensa da Leitura da Proposta, pois já foi lida na Sessão de ontem, mas, gostaria de saber se houve alguma alteração no que foi lido de ontem para hoje?

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Não, Senhor Deputado, não houve nenhuma alteração de ontem para hoje no conteúdo da Proposta.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Pede Questão de Ordem – Gostaria de saber de Vossa Excelência se a discussão vai ser feita emenda por emenda, ou de forma global?

O Senhor Deputado Jânio Xingu pede Questão de Ordem – Primeiro, gostaria de classificar essa PEC como PEC do ciúme, porque nós já estamos há vários dias discutindo essa tese, esse processo e bateu uma ciúmeira que eu nunca tinha visto antes na minha vida. Eu não sabia que Procurador tinha tanto valor assim, porque é ciúme demais. Mas, olhe bem, ontem eu estive com o Governador Anchieta e uma das coisas que nós discutimos foi sobre essa PEC dos Procuradores do Estado. Eu acho que o Procurador exerce um papel muito importante, pois defende o Estado e quando ele defende o Estado, defende o povo, porque o povo é o Estado. Portanto, é um cargo de relevância, é um cargo nobre, e essa questão que estamos aqui discutindo, que é o exercício da advocacia para os Procuradores do Estado, já está acontecendo, eles já estão advogando e isso não inflacionou o mercado da advocacia no Estado. Logo, acho que isso não vai alterar o processo, não vai inviabilizar a advocacia no Estado de Roraima, porque nem todos os Procuradores advogam, há aqueles Procuradores que não querem advogar e há aqueles que têm aptidão para a advocacia, que advogam e já estão fazendo isso. Então, queria nesse momento pedir aos colegas, aos Deputados que estão aqui, pois temos quórum suficiente para

votarmos essa PEC hoje, para nós a aprovarmos e darmos esse assunto por encerrado. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Com a palavra o Senhor Deputado Célio Wanderley, Relator da matéria.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, gostaria de dizer apenas que na Sessão de Ontem foram apresentadas as quatro emendas da Comissão e como ficou determinado que elas só seriam aprovadas com o voto da maioria dos Deputados. Nós estabelecemos que as duas primeiras emendas, onde uma proíbe a prática da advocacia particular e a outra faz a equiparação salarial, seriam rejeitadas em Plenário para ficar o texto original, e as outras duas emendas permaneceriam conforme o combinado, uma seria transformada em Lei Complementar e a outra ficaria só “advocacia do Estado e não das autarquias e fundação”, como já foi preestabelecido que fizéssemos essas mudanças e as encaminhásemos ao Plenário para votação. Gostaria de pedir a Vossa Excelência que fosse votada emenda por emenda e depois o texto completo.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Como se trata de matéria constitucional, faremos a votação nominal. E, apesar da solicitação do Senhor Relator da PEC 004/2011, Deputado Célio Wanderley, nós faremos a votação das emendas de acordo com o que foi combinado anteriormente. Serão votadas juntas as emendas de nº 001 e 002, que conforme o combinado serão rejeitadas e, em seguida, votaremos as emendas nº 003 e 004/2011. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Emenda Modificativa nº 001/11, e da Emenda Modificativa nº 002/11 e, logo em seguida, que faça a chamada para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem.

Senhor Presidente, não há sombra de dúvida que essa PEC é importante. Acho que a Assembleia está perdendo uma oportunidade única de regularizar, de uma vez por todas, a situação funcional dos nossos Procuradores. Defendo o teto máximo de subsídio para eles, defendo a redução para 30 anos de idade a idade mínima de candidato a Procurador, defendo também a redução de 13 para 10 anos o tempo de OAB para poderem assumir a Procuradoria Geral, mas parece mais uma coisa clausulística, pois não vejo nenhum problema com essa redução, inclusive, parece que o atual Procurador em exercício não tem 13 anos de OAB para assumir a função de Procurador Geral, entretanto, o conheço, e não serão esses três anos que farão diferença no cargo. É claro que temos que aprovar a Emenda que apoia os dez anos de experiência, pois dez anos é muito tempo de experiência sim, agora, acho que esta Casa não poderia se furtar de tratar da questão da dedicação exclusiva dos Procuradores. Hoje, os Procuradores do Estado estão advogando, exercendo atividades de advogado particular graças a uma Resolução emitida pela Procuradoria Geral na pessoa do Dr. Chagas Batista, que permite que eles exerçam a função de advogado. A Constituição não trata, desse assunto, a Lei Complementar deles também não trata eles se referem simplesmente a esta Resolução interna da Procuradoria Geral e ao Estatuto da Ordem. Alega-se, inclusive, que os Procuradores da Prefeitura podem advogar particularmente e os Procuradores da União não tem regulamentação para isso. Estou aqui com quase seiscentas assinaturas vindo por parte da Associação dos Advogados, solicitando e declarando apoio para que os Procuradores tenham dedicação exclusiva. Acredito que se não votarmos agora só estaremos adiando o problema. Andei consultando muitas pessoas e elas acham que devemos votar logo e dar ou não aos Procuradores o direito de advogarem, o que não podemos permitir é que eles continuem a fazer isso através de Resolução. Temos muitos motivos para isso, pois um Procurador vai ganhar vinte e quatro mil reais, terá direito a sucumbência tanto das autarquias, da PROGE e das Indiretas como um todo, que achamos que fossem para um fundo da PROGE ou das autarquias e fundações, para que essa sucumbência fosse direcionada a qualificação dos servidores daquele órgão, tanto para os Procuradores, Assessores Jurídicos como para os demais servidores, e aí sim, a coisa seria tratada da melhor forma possível. Temos informações de que essa sucumbência gera em torno de mais de 100 mil reais por ano para cada advogado. Então, vamos colocar aí vinte e quatro mil de salário e dez mil de sucumbência de um mês para outro, e já vai para trinta e quatro mil, e os Procuradores ainda vão exercer atividade particular, ministrar aula. No entanto, quero saber como vão conciliar esta questão. Imaginem Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, o Procurador vai tirar o seu expediente no órgão Público que é de dois turnos, aí ele tem uma ação, uma causa no Tribunal de Justiça, e vai deixar a cadeira dele de Procurador, vestir a Beca de advogado e vai lá para o Tribunal de Justiça defender seu cliente, ou

então ele está lá defendendo uma causa em favor do Governo, e terá que se retirar e ir fazer a defesa do seu cliente. Não quero nem entrar em detalhes sobre as informações privilegiadas. Eu citei o exemplo do Ministro Palocci que foi afastado da Casa Civil por tráfico de influência, mas temos que nos preocupar com isso também. Deputado Jalser, se Vossa Excelência tiver um tempinho, faça uma visita na Fazenda Pública e veja a quantidade de Processos que perderam o prazo. Eu mesmo ganhei uma ação do Governo do Estado porque a PROGE perdeu o prazo, e lá há muitos processos perdendo o prazo também. E, digo mais uma vez, isso é resultado da mistura entre o público e o privado. Então, meu posicionamento sempre foi e sempre será defender qualquer trabalhador, qualquer servidor do nosso Estado, lutando por melhores condições de trabalho. Eu defendo salário digno. O Estado tem como pagar sim carga horária, promoção por qualificação pela antiguidade e não como acontece hoje até na nossa corporação, onde muitas vezes a promoção é por indicação política, por apadrinhamento, e até por merecimento também para quem desenvolveu o melhor papel durante a campanha política. Está na mídia denúncias de promoções irregulares na corporação militar para aqueles que se saíram bem na campanha do Governador. Isso é fato, basta olhar quem foi promovido, e lá no serviço civil também não é diferente. Então, precisamos discutir sobre isso o quanto antes. Eu estive no Ministério Público e eles são contra a permissão dos Procuradores para advogarem, e disseram que onde passa um boi, passa uma boiada, e eles vão querer ser beneficiadas também. O Defensor Geral vai baixar uma resolução autorizando os defensores a advogar em atividades particulares, não tenham dúvidas disso, e eu ouvi de um Procurador que, no primeiro concurso que tiver para PROGE, vai abrir mão de ser Procurador do Ministério Público e vai ser procurador da PROGE, porque vale a pena. E, não quero me referir aos colegas que estão nos bancos das faculdades pagando seus estudos com sacrifício para cursar uma faculdade de direito, para vir para o mercado de trabalho disputar cliente com um segmento de doutores que já têm um escritório, um bom salário, trânsito livre junto ao Governo, ao judiciário, pois é uma concorrência desleal Deputado Marcelo.

Então, esse é o meu posicionamento. Sei que o entendimento hoje, da base governista, é não discutir isso, mas quero que nós tenhamos esse compromisso de discutir o quanto antes essa questão dos servidores, senão, daqui uns dias, vamos ver lá defensor de um lado defendendo cliente particular e procurador de outro defendendo o particular também, e o Ministério Público numa situação delicada querendo arrumar um terceiro cliente para exercer a advocacia também. Não podemos banalizar essa questão.

Com todo respeito aos Procuradores, tem muito procurador magoado comigo. Se o Procurador não está satisfeito com seu salário, eu acho que é possível, que peça afastamento, licença, vá tentar por dois anos atividade particular, e se der certo, que ele abra mão do cargo. Há muitos procuradores qualificados, conheço Procuradores excelentes que prestam bons serviços ao governo e que, com certeza, vão ter sucesso no mercado de trabalho.

Agora, criar essa concorrência desleal e misturar o público com o privado, eu não concordo. Era isso Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu entendo que quando se chega depois de um longo e árduo período de discussão, debates, enfim, recuo, se chega a um consenso na base do governo. Nós devemos honrar os compromissos assumidos, principalmente nós Deputados que fazemos parte da base. Embora entenda o direito do Deputado Soldado Sampaio de fazer as suas colocações, nós já chegamos a esse consenso de que o assunto é realmente polêmico, não é ponto pacífico, e seria remetido a uma Lei Complementar, inclusive, isso foi comunicado aos representantes dos Senhores Procuradores.

Então, faço um apelo aqui para cumprirmos o que foi pactuado. Vamos aproveitar que há quorum suficiente e liquidemos, de uma vez por todas, essa polêmica, liberando com isso a pauta para outras votações que precisamos. É claro que no momento oportuno os pleitos dos Senhores Procuradores serão debatidos convenientemente, mas no momento esse foi o consenso a que chegamos, é isso que deve ser levado em conta. Eu apelo nesse sentido para que votemos por aquilo que foi definido no consenso.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, eu não sei qual a implicância do Deputado Sampaio com a procuradoria, não sei se foi por conta de uma consulta que o Deputado fez, endereçada ao Comando da Polícia Militar na época, ele fez uma consulta na procuradoria, cuja Procuradora do Estado era a Senhora Rosirene

Aparecida Ribeiro, porque o Deputado, ao sair do Poder Legislativo, já queria sair promovido. E, aí, essa posição da PROGE foi contrária à consulta que Vossa Excelência fez. Não sei se Vossa Excelência lembra disso. Entrou a cópia a Vossa Excelência imediatamente.

Outra coisa, o Deputado Sampaio fala também do possível tráfico de influência realizado pelos membros da PROGE, não há dentro....

O Senhor Deputado Marcelo Natanael Pede questão de Ordem – Deputado Jalser, eu acho que a matéria que está em discussão, aqui, é de suma importância. Nós precisamos destrancar essa pauta. Quero dizer, também, que aqui não é um tribunal de juri para ser apresentado ou constranger um colega, mas acho que devemos ter o respeito e colocar em discussão. Então, peço a Vossa Excelência para seguirmos o que está em discussão aqui, e não somente apresentar documentos. Vamos ter um pouco de bom senso.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Pede questão de Ordem – Só gostaria que os Deputados aqui fossem respeitados. Estão vindo documentos de um órgão para cá, para serem lidos. O que está sendo votada aqui é a PEC, esse documento....

Eu quero dizer sobre a questão, isso aqui é um documento...

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Deputado, se atenha a discussão da matéria.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Agora, eu quero fazer uma colocação simples, se se proíbe os advogados da PROGE de advogarem em nível privado, então, é muito simples Senhor Presidente, vamos estender os benefícios a todos os advogados que fazem parte também disso. Por exemplo, para os advogados da nossa Casa, que trabalham na Assembleia Legislativa, que têm escritório particular, vamos acrescentar na PEC uma emenda fazendo com que os advogados que trabalham no Governo, na Prefeitura, em qualquer órgão deixem de exercer as suas advocacias privadas também, é muito simples, pois com isso você também norteia as coisas. Agora, o que não pode acontecer é você dizer o seguinte sobre a questão do possível tráfico de influência: não há dentro da PROGE nenhum Procurador que está sendo acusado de tráfico de influência, isso é uma posição pessoal, isso é uma opinião Parlamentar que eu respeito. Agora, eu devo dizer a Vossa Excelência que esse projeto já foi levantado aqui pela Assembleia, e ela votou contra...

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz - Vossa Excelência está confundido cargo comissionado com funcionário do governo...

O Senhor Deputado Jalser Renier continua. - Na época o Governador era o Deputado Flamarion Portela. Deputada Aurelina, gostaria que Vossa Excelência deixasse eu concluir.

Respeito todos os Deputados e fico calado quando eles estão concluindo, e eu gostaria que Vossa Excelência também me respeitasse.

O Deputado tem o direito de votar do jeito que quiser. Eu estou defendendo um ponto de vista, e esse tem que ser respeitado como qualquer outro ponto de vista de qualquer parlamentar desta Casa.

Deputado Flamarion Portela, à época em que o Senhor era governador a Assembleia Legislativa votou contra e o Senhor vetou e depois a Assembleia derrubou o veto. Só quero fazer referência a um passado que também é de conhecimento público.

Isso aqui é uma questão individual dos colegas. Então, quero apresentar aqui a vocês o meu ponto de vista que simplesmente não vai afetar ninguém e nem destruir, porque se fosse por isso, a OAB não teria emitido um documento dizendo que nada consta ao direito de advogar. Agora, se o documento é falso, ou errado, que o Parlamentar vá lá na Ordem, no Ministério Público e faça uma denúncia.

São essas as minhas colocações em relação à minha posição ao projeto. Sou favorável que se derrube as duas emendas.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, como o Deputado citou meu nome e mostrou um documento, gostaria de ter cópia desse documento...

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Estamos discutindo a matéria. Vossa Excelência pode usar o Expediente de Explicações Pessoais, ou depois da discussão da matéria, senão vamos ficar nisso e ninguém vai a lugar nenhum.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Eu acho que nós estamos perdendo o foco da matéria. Na verdade, há um acordo na Casa para que a matéria seja votada e essa discussão está contaminando o acordo no meu entendimento. O clima agora era o melhor possível para votar essa matéria, pois acredito que não haveria nenhuma rejeição, e de repente a gente ver essa matéria se contaminar por embates políticos. Eu acho que não é isso que estamos buscando aqui. Os

procuradores vieram assistir à votação da matéria, o acordo não diz nada a respeito de poder ou não advogar, vocês sabem disso, não estamos aqui para discutir isso agora. Então, quero pedir a Vossa Excelência que passe de imediato à votação da matéria, para que não promovamos o embate entre Deputados, entre essa questão de ser oposição ou situação. Não é isso que está sendo ventilado aqui. Eu acho que nesse momento não existe esse debate aqui na Assembleia. Parece-me que nós construímos, amadurecemos a proposta e hoje todos os 24 Deputados parecem ter a mesma posição, inclusive o Deputado Sampaio. Então, quero pedir a Vossa Excelência para votarmos logo, e a todos os Deputados, oposição e situação, para que a gente possa votar logo esse projeto, para que a gente não alimente nenhuma descórdia, nenhuma briga para não estragarmos um acordo que está feito e que vem aí há não sei quantos meses, esperando que essa matéria seja votada. É o apelo que eu faço a todos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Concordo com o que Vossa Excelência disse, mas não posso cercear o direito do Deputado de discutir a matéria.

Portanto, com a palavra o Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, venho para me juntar ao posicionamento do Deputado Erci e, também, a manifestação feita pelo Deputado Rodrigo. Há um entendimento para a votação dessa matéria hoje. Esse prolongamento do debate, da discussão que adiou a votação por meses tem prejudicado sensivelmente e exposto uma categoria de servidores que defende o Estado, que dá o norte para os gestores do nosso Estado tomarem as decisões certas quanto a legalidade de atos, tanto no campo administrativo, como na defesa junto ao judiciário, que prestam relevantes serviços ao Estado de Roraima.

Há um entendimento para a votação. A emenda que trata da advocacia não é matéria para ser regulada pela nossa Carta constitucional, pois ela é matéria de Lei Complementar, isso é claro e notório, e quem trabalha nisso sabe que esse é o entendimento. E, eu tenho certeza que há diversos pontos da carreira dos servidores da Procuradoria Geral do Estado que precisam ser regulamentados ainda e que deve ser matéria a ser disciplinada por lei complementar.

Então, a nossa manifestação é para que a gente vote, e com o sentimento do dever de reconhecer o trabalho que essa categoria presta à sociedade roraimense. Era só isso.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, fico feliz, até porque os ânimos já estão mais tranquilos, mas quero, no mesmo tom, parabenizar o Deputado Marcelo Natanael que em boa hora e bom tom, usando o conhecimento jurídico e a sabedoria, interrompeu o discurso feito pelo nosso colega Deputado Jalser. Na realidade, foi imputar ao Deputado Sampaio, inclusive, mencionou a implicância dele com a procuradoria, é que ele teria feito um pedido, mas a procuradoria teria negado. De fato pareceu um tribunal de júri, e o Deputado Marcelo Natanael, como advogado, tem toda razão e seria bom que se apurasse, e o Deputado pudesse dizer quem forneceu a cópia desse documento e a informação. Será que foi a procuradoria que forneceu? Será que foram os procuradores que tiveram interesse de manchar o nome do Deputado para poder aprovar a PEC deles? Eu vim para o Plenário, Senhor Presidente, a pedido de Vossa Excelência, a pedido da Deputada Aurelina, do próprio Deputado Jalser, do procurador Venilson e do procurador Edival Braga no intuito de ajudar na matéria, mas estou aqui, neste momento, com a minha intenção. Sei que não vai fazer falta nenhuma o meu voto, mas a minha intenção é de votar contra a matéria pelo o que aconteceu aqui no momento. Não entendi nada, não havia necessidade de toda essa discussão.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Daqui até lá Vossa Excelência terá tempo para pensar e mudar de posição. É o apelo que eu faço a Vossa Excelência.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, quero também pedir para votarmos a matéria. O nosso posicionamento já é consenso, todos nós sabemos que houve consenso anterior em reunião nossa, que votaríamos a PEC como ela veio, apenas com as emendas, pois a questão da advocacia privada não é matéria constitucional, e nós votamos depois em uma Lei Complementar.

Quero dizer ao Deputado Sampaio que a sua posição sempre foi essa, independente de qualquer coisa, nesse caso e em outros. Quero ser solidária ao Senhor e dizer ao Deputado Mecias que sei do seu compromisso. Quando pedimos que o Senhor viesse votar, o Senhor prontamente se prontificou em nos ajudar nessa matéria. Acho que é uma matéria que não precisa ser polêmica. Nós temos que aprovar a PEC, pois ainda temos uma Lei Complementar que regulamenta esse

teto salarial dos Procuradores, como a gente fez com os Defensores. Então, quero pedir, Deputado Mecias, que reveja, continue com a gente, releve essas questões Deputado Sampaio. E, peço ainda, ao nosso Presidente que coloque a matéria em votação.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Em votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio Pede questão de Ordem – Presidente, agora há pouco, eu e o Deputado Jalser conversamos e sem querer apimentar a discussão, mas, é uma questão de deixar claro, eu acho que o momento é esse Senhor Presidente. Quero esclarecer que documento é esse que o Deputado Jalser citou, contudo, eu não quero nem saber a origem, como ele conseguiu, até porque é um documento público.

Senhor Presidente, quando saí candidato a Deputado Estadual eu era policial militar, tinha 09 anos e oito meses de efetivos serviços prestados à polícia militar. Antes de eu sair candidato, fiz uma pesquisa nos tribunais. Não sou formado em direito, mas sou muito curioso e tinha conhecimento, Deputado Jalser, do entendimento do TSE de que o militar, com menos de 10 anos de serviço, é afastado da unidade, e a interpretação pelo TSE que a PROGE se manifestou é que esse afastamento é definitivo. Então, eu requeri ao comando da polícia militar o meu afastamento e o comando, também em dúvida, encaminhou um documento à PROGE e a PROGE simplesmente foi lá no entendimento do TSE, e se manifestou pelo afastamento definitivo. Isso eu tinha clareza.

Então, Vossa Excelência vem me dizer que eu tenho alguma questão contra os Procuradores. Meu posicionamento nessa questão é em relação a esse documento. Há um completo engano, primeiro que não consta nem a minha assinatura nele, foi uma consulta feita pela assessoria da polícia militar na época para saber qual o posicionamento, assim como o Deputado Chagas também pediu afastamento e a PROGE deve ter se manifestado.

Então, esse é meu posicionamento, o meu voto, defendo a dedicação exclusiva, e não tenho mágoa nenhuma, tenho respeito e consideração pelos Procuradores e sei a importância deles ao defenderem o Estado e, podem ter certeza que estou votando convicto, até porque conversei com várias pessoas, estive no Ministério Público, na Defensoria, com a Associação dos Advogados, nas faculdades conversando com alguns acadêmicos de Direito, na Vara da Fazenda Pública pesquisando como andam os trabalhos dos Procuradores. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura das emendas nº 001 e 002.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Lida as emendas.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Como a matéria já foi discutida à exaustão e é fruto de acordo, coloco-a em votação. Foi acordado que essas duas emendas seriam rejeitadas, então, votando “sim”, os Deputados estarão aprovando as duas emendas e, votando “não”, estarão rejeitando-as.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Pede Questão de Ordem.

Senhor Presidente, serão colocadas as duas emendas em votação ou de uma em uma? Até porque, elas tratam de assuntos diferentes, uma proibe a dedicação exclusiva e a outra diz que a dedicação exclusiva será até a equiparação.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Deputado, as duas emendas já foram discutidas à exaustão e as duas vão ser rejeitadas, não há porque não votá-las em bloco.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, porque não fazemos a votação no painel eletrônico?

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao operador do painel que faça os devidos ajustes para que a votação seja feita no painel eletrônico.

Em votação a emenda nº 001.

Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que as emendas precisam de dois quintos para a votação. Como é Emenda Constitucional, serão necessários 15 votos a favor para podermos aprová-las ou rejeitá-las.

Encerrada a votação. Dou por rejeitada a Emenda Modificativa nº 001 à Proposta de Emenda Constitucional nº 004/2011, por dezesseis votos contrários e um favorável. Portanto, está rejeitada a Emenda nº 001.

Em votação a emenda nº 002. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a emenda e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Justificativa de Voto – Em primeiro lugar, quero dizer que votarei favorável a essa Emenda. Acho que estaremos valorizando os assessores das autarquias, as indiretas, cuja proposta original diz que somente o Procurador do Estado poderia, extra-judicialmente, impetrar ações cobrando as dívidas ativas das pessoas. Acho que temos que valorizar os assessores das autarquias, fundações, pois eles fazem todo o trabalho pesado, ganham bem menos que os Procuradores e, com certeza, eles devem buscar melhores condições de trabalho, até porque essas autarquias têm CNPJ próprio, mesmo sendo do Governo. Defendo o voto sim, mas acho que essa Emenda é supressiva, não sei se podemos corrigir essa questão, pois ela está aqui como modificativa e a gente está suprimindo, retirando da proposta original esse poder para entrar com ações de cobrança da dívida ativa por parte do Estado, sendo que hoje ela continuará sendo feita com essa emenda aprovada pelos assessores das indiretas.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Dou por aprovada por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, a Emenda Constitucional nº 04/11.

Coloco em votação a Proposta de Emenda Constitucional nº 04/11, que dá nova redação ao artigo 20 D, acrescenta e altera o parágrafo do artigo 101 A da Constituição Estadual, e dá outras providências, de autoria governamental, com suas emendas.

Comunico que nos termos do parágrafo 2º, da Constituição Federal, e do parágrafo 2º da Constituição do Estado, a emenda será aprovada se obtiver 3/5 dos votos favoráveis dos membros desta Casa, portanto, 15 votos para a sua provação. Coloco em votação a Emenda Constitucional nº 04/11, com suas emendas. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a PEC com suas emendas e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 04/11, que “dá nova redação ao artigo 20 D, acrescenta e altera o parágrafo do artigo 101 A da Constituição Estadual, e dá outras providências”, de autoria governamental, com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Comunico aos Senhores Deputados que amanhã a matéria será votada em segundo turno, juntamente com a discussão e votação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 011.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhor Presidente, só para acrescentar a razão do meu voto, queria, como advogado, igualmente a outros Deputados, parabenizar os dois segmentos que hoje estão aqui, os advogados e os procuradores, sendo que os Procuradores estão aqui correndo atrás da aprovação do projeto deles, convencendo a cada Deputado. Antes, porém, vou fazer uma crítica a OAB, não a esses advogados da associação, a OAB por não ter se manifestado nunca. Então, é mérito deles a aprovação de vir aqui nos convencer, tudo bem, os advogados tentaram se mobilizar, estão em número menor, mas os Procuradores fizeram a parte deles. Então, esta Casa está de portas abertas e muitos segmentos não aparecem para se justificar, porque o interesse era dos advogados e dos Procuradores. Então, votei a favor, mas acho que a presidência da OAB ficou devendo uma satisfação maior por não ter entrado nessa discussão, e como ficou adiado parte do problema para depois, espero que os advogados não fiquem esperando pela inércia da presidência da OAB e se manifestem em outra oportunidade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, primeiro, quero deixar bem claro meu posicionamento, pois registrei minha posição e continuo acreditando. Concordo com a fala do Deputado Marcelo quando se referiu a ausência dos advogados em vir a esta Casa. Eu não me sinto pressionado com os Procuradores, sou um dos fomentadores junto à sociedade civil a vir para esta Casa, porque aqui é a Casa do povo e se é a casa do povo, todos serão bem-vindos, mas de maneira organizada. Então, estão de parabéns os Procuradores pela articulação e lamento a ausência de boa parte dos advogados da OAB, a qual ficou em cima do muro, dizia uma e outra coisa. Entretanto, os advogados têm a sua associação para que possam resolver isso o mais rápido possível. Afinal, queremos simplesmente reduzir de 35 para 30 anos a idade para ser Procurador, aumentar de 10 para 13 a experiência em carteira da OAB para ser Procurador

Geral e remetermos para a Lei Complementar o subsídio dos Procuradores. Quero cobrar isso o quanto antes para que o Governo mande a esta Casa para que possamos regulamentar esse subsídio e, também, tratamos dessa questão da dedicação exclusiva. Af, quero fazer uma cobrança aos advogados, a menos que eles entendam que não é desleal a concorrência e que vão aceitar, mas é evidente que eles deverão se manifestar. Nós defendemos de maneira clara que os Procuradores têm que advogar, quem não defende, tem que vir assumir e dar a cara a tapa ou assumir a bandeira. Temos que ter respeito, esta Casa é da maioria, tenho ciência disso, mas, também, acho que nos furtamos de enfrentar esses impasses. Nós teremos, com certeza, após quase 60 dias com essa PEC aqui, que discutirmos ela o suficiente para decidirmos essa questão do subsídio e da dedicação exclusiva. Mas, a maioria entendeu que vai adiar essa discussão e temos que respeitar. Acredito que daqui até lá eles possam convencer alguns Parlamentares e alguns advogados a vir a esta Casa regulamentar essa questão da dedicação exclusiva e, também, apoiar os Defensores na lei de remuneração e subsídios. Era isso, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, quero até corrigir a fala do Deputado Rodrigo quando ele disse: “eu discordo”, até porque vai ficar registrado em Ata como se tivesse dito assim: “nós não trabalhamos muito”. Eu disse o contrário: essa Casa debate, trabalha, corre atrás, vai para a Câmara Federal, discute lá dentro, mas existem matérias de autoria do governo Federal que fogem da nossa competência. E aí, quis chamar a atenção dos nossos Parlamentares Federais para nos ajudarem naquilo que toca o Governo Federal, mas não desconhecendo o nosso trabalho, pois aqui discutimos várias coisas e saem sem conclusão aquelas que sabemos que é difícil para nós conseguirmos pela competência da ALE. Mas, sempre coloco os Deputados Estaduais como os guerreiros. Por exemplo, ontem, a matéria do Jornal Nacional foi resultado do trabalho da Assembleia Legislativa. Portanto, só queria discutir esse desentendimento.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Eu quero convocar a CCJ para fazermos a reunião da Comissão, composta pelos Deputados: Jalsner Renier, Aurelina Medeiros e Coronel Chagas. E, dizer para a Deputada Aurelina Medeiros que sempre nos entendemos, não haverá problemas referentes à desentendimentos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Quero, também, comunicar com pesar o falecimento do Senhor Pedro de Oliveira Filho, mais conhecido como Brasa, patriarca de uma família tradicional deste Estado que faleceu por problemas cardíacos nesta manhã. Ele deixou sua esposa Lindalva Pinheiro e todos os seus filhos e netos enlutados e, por isso, quero transmitir o nosso sentimento de pesar. Que Nosso Senhor o receba com muita luz e muita paz. Esse Senhor foi garimpeiro e soldado da borracha, trabalhador e contribuiu para o crescimento deste Estado.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 15, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jalsner Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanel, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Romero Jucá e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 15/09/2011

**ATA DA 2056ª SESSÃO, EM 04 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia quatro de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad doc.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Ionilson Sampaio) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em

discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 030/11, de 28/09/11, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 29/09/11;

Memo nº 042/11, de 28/09/11, do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 30 e 31/08/11, e 01/09/11;

Memo nº 043/11, de 28/09/11, do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 04, 11 e 12/10/11;

Memo nº 021/2011, de 29/09/11, da Deputada Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 29/09/11;

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, ao Governador do Estado, solicitando “criação do Programa de Mecanização Agrícola para atender a agricultura familiar”;

Projeto de Lei s/nº, do Deputado Brito Bezerra, instituindo o Programa Estadual de Alimentação Saudável no Estado de Roraima e dá outras providências;

Requerimento s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficialmente solicitado a titular da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima, para que apresente a esta Casa, cópia do Processo nº 17001.04791/10-20.

EXTERNOS:

Mensagem Governamental nº 44, de 03/10/11, submetendo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Altera dispositivos das Leis Complementares nº 030 de 30/06/1999, nº 054 de 31/12/2001 e nº 079 de 10/10/2004 e revoga a Lei Complementar nº 181 de 08/07/2011, sobre a Estrutura Organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”;

Mensagem Governamental nº 45, de 03/10/11, submetendo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”;

Ofício Circular nº 020/11, de 20/09/11, DO Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TCERR;

Ofício Circular nº 021/2011-DIPLE/TCERR, de 23/09/11, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TCERR;

Ofício nº 169/11, de 03/10/11, do Tribunal de Contas de Roraima, solicitando a devolução do Projeto de Lei nº 024, de 11/03/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários;

Ofício nº 078/2011, de 21/09/11, da Secretaria Estadual de Saúde, informando que foi decidido que as Contas do Fundo Estadual de Saúde do 1º, 2º, 3º e 4º Trimestre e o Anual de 2010 devem ser analisadas por esse Legislativo dando encaminhamento devido;

Ofício Circular nº 025/11, de 23/09/11, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, convidando todos os servidores para participarem das atividades de comemoração da III Semana do Servidor, que se realizarão de 24 a 29/10/11;

Ofício nº 475/11, de 27/09/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, informando que o Presidente do IPER obteve o certificado profissional (CPA-10);

Ofício nº 3439/11, de 28/09/11, da Casa Civil, informando que a Lei nº 817, de 01/08/11, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências”, foi republicada no D.O.E nº 1635, de 23/09/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores que se encontram aqui presente.

Começo colocando a ansiedade dos funcionários públicos de carreira do Estado para encontrar uma solução sobre a situação dos projetos que estão em andamento aqui na Casa. Hoje, se fazem presentes os funcionários da polícia civil, DETRAN. Quando se fala em trabalhador, é evidente que é prioridade do Estado a mão de obra,

pois não existe na história de uma nação nada mais rico do que o ser humano, o profissional que serve o seu povo, seja em qualquer seguimento da área pública ou privada de um país e de uma nação. Começo esse discurso falando exatamente das pessoas que estão aqui presentes, porque amanhã é feriado estadual, dia do nosso Estado, e ninguém representa mais o Estado de Roraima do que os funcionários públicos e da iniciativa privada. Quando falo em funcionários públicos, falo das três esferas, com as instalações das instituições públicas federais em nosso Estado, do Estado em si, municípios, justiça e da nossa Casa. Essas são as pessoas que mais representam a nossa história, porque eles fazem a própria história do nosso Estado.

Em 1985, talvez muitos que aqui estejam nem eram nascidos, começou o trabalho, Deputado Flamarion, forte de transformar o Território em Estado. Eu me recordo que naquela época grande parte da população do Território de Roraima era contra a transformação para Estado. Havia o medo da transformação, de como ficariam os funcionários federais, o medo do novo, do diferente, porque a grande maioria que aqui vivia não conhecia a realidade de um Estado pujante, e aqueles que vieram para cá no início do processo migratório do nordeste, vieram de regiões muito pobres, cuja presença do Estado era ausente. Em 1988, através da Nova Constituição, criou-se, então, o Estado de Roraima. Qual a importância do Estado? Se não existisse o Estado, hoje, com certeza, vocês não estavam aqui presente, defendendo os interesses de cada classe trabalhadora do nosso Estado. Se o Estado não fosse criado, não haveriam as instituições. Vou falar da área que é mais importante que é a educação. Nós não teríamos, aqui, Universidade Federal, Universidade Estadual e nem as outras instituições públicas, as faculdades privadas não se estabeleceriam aqui, porque no território não haveria as oportunidades que foram criadas com o advento do Estado. E, com o Estado, se criou os cargos de Senadores, que são iguais aos dos Estados mais ricos da federação como: São Paulo, Paraná. Com isso, passamos a ser iguais, vieram os investimentos públicos através das Emendas Parlamentares, porque dinheiro do Governo Federal para um Estado como Roraima não viria nunca se não fosse através das Emendas Parlamentares. Vieram infraestruturas, sistema de abastecimento de água, rede de esgoto, não só na capital, mas em vários municípios de Roraima, e a criação de mais municípios que muitos criticam que geram despesas, mas despesa para servir a comunidade, o povo que mora no interior de Roraima. Contudo, criticar é cidadania, é criar oportunidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas que escolheram o nosso Estado para viver. E quero, neste discurso, falar sobre a criação do nosso Estado, colocar alguns órgãos que fazem parte dessa história. Geralmente só elogiamos as autoridades, esquecemos de colocar por exemplo, a área da imprensa. Por isso, faço essa homenagem para o Jornal mais antigo que resistiu a todas as intempéries de crises, que é o grupo “Folha de Boa Vista”, que acreditou no Estado, investiu e qualificou seus profissionais, e hoje é um dos baluartes da imprensa livre e soberana que contribui para que possamos levar esse Estado rumo ao desenvolvimento. A crítica é construtiva, porque quando parte da imprensa, do bloco de oposição, seja em qualquer Parlamento, faz com possamos corrigir os erros que estamos cometendo. Quero falar aqui, também, da ampliação do sistema S, SESC, SESI, SENAI. Na preparação da transformação do território em Estado, eu ajudei a contribuir, como primeiro secretário do trabalho, para que nós instalássemos o sistema S, na época incompreendido por vários segmentos que formavam a secretaria do trabalho, que fizeram abaixo assinado contrário as atitudes que tomamos para que não trouxéssemos o sistema “S” Por exemplo, o SESC funciona até hoje onde era a secretaria do trabalho, o centro comunitário da Mecejana, que foi onde primeiro se instalou o SESI e, na época, houve um movimento contrário para que não pudéssemos instalar essas instituições que iam gerar emprego e profissionalizar as pessoas naquela época, visando preparar o futuro das outras gerações. Quero parabenizar essas instituições da área da comunicação, do Sistema “S”, o Grupo Kimak, que gera mais de 150 empregos no nosso Estado na área do entretenimento, do lazer com a rede de cinemas, Ácua Mak. Esses empresários empreendedores acreditaram no Estado possível. O empresário Airton Dias, que dirige o Sistema S do comércio, criou o Eco Park que gera centenas de empregos, investiu no turismo no nosso Estado, na Indústria de Refrigerantes Monte Roraima. Comecei esse discurso citando os funcionários que compõem a nossa história e encerro falando sobre a iniciativa privada que acreditou e investiu, e que faz parte da nossa história, Deputada Ângela, e se formos rever, os madeireiros que se estabeleceram no início da década de 80 em

Caracará, Mucajá, muitos deles seus parentes, seu pai, seu tio, ajudaram também a desenvolver esses municípios e contribuíram para formar um quadro profissional na área de madeira, e hoje, exportamos para a Venezuela, porque naquela década começaram a construir o nosso presente. Todos eles, independente dos mais fortes, do menor, contribuíram com Roraima. Hoje somos um Estado com uma das melhores qualidades de vida do nosso país, mais ainda há muito por fazer, ainda há muitas conquistas a serem realizadas, ainda se busca a industrialização do Estado, a ampliação do agronegócio, do mercado de trabalho, de qualificação profissional, mas avançamos muito. E se hoje, instalássemos o curso de Medicina na Universidade Estadual, já começaríamos o curso com sete doutores, porque semana passada acabaram de passar mais dois doutores, com pós-graduação na área de fisiologia pela USP de São Paulo, que poderão compor o quadro de professores de medicina da Universidade Estadual. Se já existe todas essas pessoas contratadas, porque não criamos o nosso curso de medicina dando oportunidade de 50% das vagas serem para os alunos da rede pública de Roraima. Em dez anos acabaríamos com a falta de médicos em nossos municípios. Nós não temos mais problemas de enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem, porque hoje houve um investimento maciço nessas áreas, ao abrir cursos para que as pessoas, nossos jovens, pudessem ter essa formação e buscar mercado de trabalho, que existe, e por que não o curso de medicina? Por que abrir um curso numa escola privada, se temos toda a oportunidade de criar o curso numa escola pública, e direcionar como Estado do Amazonas direcionou o curso de medicina para interiorizar o formando para beneficiar as populações, principalmente, as que moram no interior de Roraima? Encerro esse discurso falando sobre a coisa mais nobre, que é um curso que forma as pessoas para salvar vidas, e parabeno todas as pessoas que nasceram em Roraima e aquelas que escolheram esse querido Estado para viver. Parabéns Roraima.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, colegas da Mesa, servidores desta Casa, amigos que visitam as dependências desta Casa Legislativa, imprensa.

Quero apenas informar a esta Casa sobre a reunião que ocorreu no último dia 29, no Senado Federal do Parlamento Amazônico, onde eu estava presente, juntamente com o Presidente da UNALE. Tenho a honra de ter sido eleito Presidente do Parlamento Amazônico composto pelos 9 Estados da Amazônia. E, na última quinta-feira, por sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti a quem eu quero de público agradecer o seu empenho e sua dedicação, foi convidado o presidente de todas as Assembleias da Amazônia para discutir o Código Federal que está prestes a ser votado, bem como discutir as demais questões amazônicas. Reuniram-se lá três comissões: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo Senador Acir Gurgacz, de Rondônia; Comissão de Defesa da Amazônia, Presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcante e a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Hollemberg. Nesta reunião sete Estados estavam representados e nos reunimos das 8:30 às 12:30. A reunião foi transmitida ao vivo pela TV Senado. Estiveram presentes também o Deputado Luís Tchê, Presidente Nacional dos Legislativos Estaduais; o Senador Luis Henrique, um dos relatores do Código Florestal; a Senadora Ana Amélia; o Senador Cassol; o Senador Blairo Maggi. E, graças a Deus, por uma sugestão nossa, o Senador Acir Gurgacz está apresentando uma emenda ao Código Florestal que, se for aprovada, irá resolver de uma vez por todas a questão das terras em Roraima. E, a emenda diz o seguinte: “Os Estados que tiverem 50% das suas terras como área de preservação ambiental ou área indígena, o restante será definido livremente pelo próprio Estado”. Como Roraima já tem 70% de suas terras destinadas à reserva ambiental e indígena, o restante nós definiríamos aqui, a forma de produção, o quanto poderia ser desmatado. O importante é que essa emenda já recebeu várias assinaturas de Senadores da República, inclusive, do Senador Mozarildo Cavalcante e, se for aprovada, nós estaremos livres para produzir. Hoje, nenhum produtor rural pode desmatar mais de 20% de sua propriedade, mesmo o Estado já tendo 70% da nossa área comprometida, e tendo sobrado apenas 8% das terras para produção no Estado, pouco mais do que seis milhões de hectares. E, a emenda apresentada pelo Senador Acir Gurgacz, a quem de público eu agradeço em nome dos Estados da Amazônia no debate transmitido ao vivo pela TV Senado, se for aprovada, irá acabar, de uma vez por todas, com os problemas do nosso Estado, pois as pessoas vão poder produzir, criar, plantar, gerar empregos e isso virá, sem dúvida nenhuma, a consolidar o sonho da nossa população.

Fiquei feliz quando a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, se pronunciou dizendo que acabava de ver uma proposta correta, descente e que salvaria a economia dos Estados da Amazônia e, naquele momento, ela manifestou apoio integral a emenda. Concedo aparte ao Senhor Deputado Erci de Moraes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Mecias, eu quero, em nome de Vossa Excelência, cumprimentá-lo pelo Pacto Amazônico, por ter saído de lá com essa bela e oportuna iniciativa. Se esse projeto tramitar no Senado e na Câmara dos Deputados, e resultar na aprovação, ainda que venha alguma emenda com modificação que limite a certa liberdade maior para o desmatamento, só o fato de colocar-se um freio nas continuadas demarcações de novas reservas, vai nos trazer, em especial para o Estado de Roraima, paz e tranquilidade para aqueles que habitam o pouco que nos restam. Então, queria cumprimentar a decisão tomada no Pacto Amazônico e torcer, pedir a Deus até que ela tenha uma tramitação rápida e tranquila no Congresso Nacional, e resulte, efetivamente, no mecanismo que nos permita preservar o pouco que ainda nos resta no Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhores Deputados, eu venho, veementemente em cima desse tema tão importante para enaltecer na tribuna a iniciativa de Vossa Excelência. O mais importante de qualquer parlamento, inclusive no Congresso Nacional, é nós enxergarmos o todo, não apenas a árvore, mas a floresta inteira, simbolicamente. Quando se faz uma emenda dessa magnitude, está se olhando os demais Estados, porque muitas vezes surgiram novas propostas que olhavam só, e somente só, para Roraima, e quando a gente quer construir adesão, quer construir aliança, a gente quer chamar a atenção para a nossa ideia colaboradora. Por isso afirmo que nós temos que olhar o todo, pelo menos regionalmente falando. Então, essa emenda traz esse enfoque no sentido de olhar o Norte, que é a região mais almejada em termo de demarcação, em termo de reserva, em termos, enfim, de áreas já preservadas pelo fato de já serem reservas, que seriam até intocáveis. Logo, acho que essa emenda é bem feita, bem elaborada, e tem tudo para prosperar, tanto é que Vossa Excelência já destaca a Senadora Ana Amélia, lá do Rio Grande do Sul, lá do extremo sul do país, que vê a clareza e o bom propósito da emenda e já se coloca à disposição para ajudar. Então, nós ficamos na torcida. Esperamos que esse tema que é complexo, que não é fácil, porque existem correntes que pensam de um jeito, outras de outro, tenha amadurecimento no Senado, com o envolvimento do Senador Luiz Henrique, que é uma pessoa madura, foi Deputado Federal durante muitos anos, foi Deputado Constituinte, Governador de Santa Catarina durante muitos anos, do agora Senador Jorge Viana, que se destaca na Comissão de Meio Ambiente, uma pessoa que é Engenheiro Florestal, bem como de outros. Vejo que com isso, com esse conjunto de Senadores, esse amadurecimento que a nação está a exigir, todos eles incorporados esse sentimento que, com certeza, haverão de construir boas propostas para a aprovação desse tema tão delicado que é o Código Florestal. E, depois, se tiver que retornar à Câmara, que já avançou, que já debateu muito, que está pronta para votar, nós vamos equacionar, definitivamente, para o bem do Brasil, para que este País continental, tenha uma proposta que seja boa para o desenvolvimento e para o progresso da nação brasileira. Louvo a iniciativa de Vossa excelência.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua – Quero encerrar, Senhor Presidente, usando uma frase que nós usamos no Senado para encerrar o debate, a nossa participação: A Amazônia quer paz, quer paz fundiária, paz no campo. A Amazônia quer paz para produção. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação do Requerimento nº 052/11, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 11/10/11, às 10:30h em Comissão Geral, momento em que será homenageada a classe de Engenheiros Agrônomos do Estado e agraciados dois representantes da categoria com a Comenda “Orgulho de Roraima”, de autoria de vários Deputados; Requerimento nº 050/11, que “cria a Frente Parlamentar de Combate a corrupção”, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Dhiego Coelho e Brito Bezerra; Requerimento nº 010/11, solicitando da Secretária de Educação do Estado, Lenir Veras Rodrigues, que apresente cópia a esta Casa Legislativa do processo nº 17001.04791/10-20, cujo contratante é o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, tendo como contratada a empresa Forte Norte do Brasil Comércio de Artigos de Papelaria

LTDA; Requerimento de Pedido de Informação nº 002/11, que “dispõe sobre a indicação do nome do Senhor Venilson Batista da Mata, para o cargo de Procurador Geral do Estado; Projeto de Resolução Legislativa nº 027/11, que “dispõe sobre o Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Escola da Assembleia legislativa de Roraima, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 029/11, que “dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito da Assembleia Legislativa de Roraima; Projeto de Resolução nº 028/11, que “Acresce dispositivos normativos à Resolução nº 009/11, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências, publicada no Diário Oficial da ALE/RR no dia 26/07/11”; Projeto de Decreto Legislativo nº 039/11, que “Aprova a Indicação para ocupar o Cargo de Defensor Público Geral, o nome do Senhor Stélio Denner de Sousa Cruz, de autoria da Comissão Especial Externa”. Projeto de Decreto Legislativo nº 009/11, que aprova a Indicação do nome do Senhor Venilson Batista da Mata para o cargo de Presidente da Agência de Fomento do Estado de Roraima, de autoria da Comissão Especial Externa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 052/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento nº 052/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Era exatamente para informar que o Requerimento foi subscrito pelo Deputado Erci de Moraes e pelos demais Deputados, inclusive, eu. Apoiamos e assinamos juntos o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 050/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento nº 050/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 010/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento nº 010/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução nº 027/11, bem como do Parecer da Mesa Diretora.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Resolução nº 027/11 e o Parecer da Mesa Diretora.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Coloco em discussão o Projeto de Resolução nº 027/11. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução nº 029/11, bem como do Parecer da Mesa Diretora.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Resolução nº 029/11 e do Parecer da Mesa Diretora.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Coloco em discussão o Projeto de Resolução nº 029/11. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Suspendo a Sessão para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa se reunir para emitir parecer ao Projeto de Resolução nº 028/11.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por reaberta a

presente Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 039/11, bem como do Parecer da Comissão Especial e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 039/11, bem como o Parecer da Comissão Especial e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 039/11.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero apenas dizer que a escolha do Chefe do Poder Executivo foi a mais acertada. O Doutor Stélio Denner, além de ter sido o mais votado da listas tríplice, também é um profissional que tem se dedicado a Defensoria Pública. Conheço ele há mais de 20 anos. Fomos contemporâneos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima e sei do seu caráter e do seu compromisso com este Estado. Quero dizer que, com a mais absoluta certeza, o Doutor Stélio Denner vai realizar um grande trabalho à frente da Defensoria Pública, pois demonstrou conhecimento da situação do atual quadro de servidores e dos objetivos que a Defensoria precisa alcançar por ocasião da sua sabatina na Comissão, da qual eu fiz parte. Era apenas isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, tenho a mesma opinião do Deputado Chagas. Quero dizer que a Defensoria Pública definiu quem queria de fato como Defensor Geral e cabe a esta Casa aprovar o nome, e depois, submeter a apreciação do Senhor Governador. Portanto, nós também queremos manifestar o nosso apoio e a certeza de que a Defensoria Pública estará bem cuidada nas mãos do Doutor Stélio Denner.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir o projeto, coloco-o em votação. A Votação será secreta/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão o projeto e, votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 039/11, por 16 votos favoráveis, 02 contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/11, bem como do Parecer da Comissão Especial e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/11, bem como o Parecer da Comissão Especial e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/11.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, conheço o Mota há muitos anos e sei do compromisso, da competência e da vontade dele em ver este Estado crescer. Portanto, tenho certeza que a Agência de Fomento já passou por boas mãos, mas não esteve em mãos melhores do que vai estar agora. O Senhor Mota é uma pessoa séria, comprometida com nosso Estado, honrado e competente. Portanto, queremos manifestar, também, a intenção de que a Agência de Fomento estará muito bem administrada pelo Senhor Mota.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir o projeto, coloco-o em votação. A Votação será secreta/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão o projeto e, votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/11, por 15 votos favoráveis, 03 contrários e nenhuma abstenção.

Comunico aos Senhores Deputados que o Projeto de Resolução nº 028/11, fica transferido para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria tomar a liberdade e em nome do Doutor Stélio Denner e do Doutor Mota, registrar nosso agradecimento pela compreensão de cada um dos colegas Deputados, não só pelo fato da indicação ser do Governador, mas por pessoas competentes, por pessoas técnicas estarem à linha de frente desses órgãos e dessas instituições tão importantes. A Defensoria Pública tem um social que faz a diferença em qualquer governo, e nós

precisamos da Agência de Fomento para que possamos impulsionar o crescimento e o desenvolvimento deste Estado. Então, eu queria aqui deixar registrado nossos sinceros e profundos agradecimentos a todos os colegas Deputados.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Faço uso desse Expediente, primeiramente, para registrar que amanhã é o aniversário do nosso Estado e falar sobre os avanços que tivemos quando passamos de Território a Estado. O Deputado Joaquim Ruiz hoje usou a Tribuna e falou muito bem ao dizer que a democracia prevalece e que podemos, como homens públicos, dar ainda mais a nossa parcela de contribuição para engrandecer, cada vez mais, o nosso Estado, estando a favor, principalmente, dos projetos que vão atender as necessidades do nosso povo no segmento de saúde, de educação, de segurança, valorizando o servidor público. Quero, também, Senhor Presidente, cobrar aqui da Mesa Diretora e fazer um registro, para sabermos a conclusão daquele encontro que tivemos aqui para discutirmos sobre os desintrusados da Raposa/Serra do Sol, porque a carta, ainda hoje, conforme conversas com produtores, não saiu desta Casa. Foi dado ensejo a Carta, foram tratados de assuntos relevantes para a classe política deste Estado, principalmente para a classe dos produtores que foram desintrusados e a Carta, segundo o produtor, não saiu da Casa ainda. Se não saiu, que possamos encaminhá-la para quem é de direito, para que possam tomar as providências necessárias e cabíveis para a resolução. Essa carta deve sair da Casa e ser encaminhada. É um registro que faço em nome dos produtores que tem me cobrado essa providência.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor presidente, estou numa Comissão Especial para analisar os Projetos de Lei do Tribunal de Contas. O prazo da Comissão venceu e um dos projetos se encontra a Pedido de Vistas da Deputada Aurelina e do Deputado Joaquim, que é o Plano de Cargos e Salários. Bem como outro Projeto também. Encaminhamos a Mesa Pedido de Prorrogação de Prazo, tendo em vista que o Presidente da Comissão não se encontra aqui, que é o Deputado Remídio. E, eu gostaria, porque como o Projeto da Lei Orgânica ainda está comigo, como relator, e nós temos mais de 30 emendas no Projeto que é bastante polêmico, que Vossa Excelência convidasse todos os Deputados para uma reunião na nossa sala de reuniões, para que eu pudesse apresentar a todos os Deputados as Emendas, para que a gente pudesse discuti-las, justificando o porquê de cada uma, para que os Deputados decidissem se vão para o Plenário ou não. Quero dizer que o projeto está pronto, fica a disposição de Vossa Excelência para analisá-lo, pois são mais de 30 emendas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Quero comunicar a Vossa Excelência que chegou uma correspondência do Tribunal de Contas, que foi lida agora há pouco, solicitando a retirada de todos os projetos em Comissão. Portanto, em relação à reunião, ela será marcada para sexta-feira pela parte da manhã.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa que a 1ª Secretária recebeu, através do comando desta Presidência, a peça orçamentária do Estado de Roraima que foi apresentada no prazo certo e que nós vamos, consequentemente, discutir primeiro na Comissão de Finanças e, em seguida, no Plenário desta Casa de Leis. Quero comunicar, também, que nós estamos preparando uma Emenda que, sem dúvida alguma, terá o apoio da maioria dos Deputados desta Casa, pois trata-se de uma Emenda que fortalecerá a democracia deste Estado, a democracia dessa Instituição, dando oportunidade de condições iguais aos menos favorecidos. A Assembleia Legislativa em um momento único e oportuno, após a análise da peça orçamentária e da Emenda que nós estamos preparando, entrará, sem dúvida alguma, para a história de muitas Assembleias espalhadas pelo resto do País. Temos a certeza de contar com a maioria dos Senhores Deputados, Deputados comprometidos com o social, com a responsabilidade de gerenciar, operar e administrar os rumos sociais e gerenciais deste Estado. Então, quero agradecer e antecipar de antemão aos meus colegas, que haverão de dar esse apoio, para semana que vem colhermos algumas assinaturas de acordo com a liberação do comando da Presidência da Comissão que, em seguida, vamos distribuir aos órgãos de imprensa que terá papel importante na construção dessa democracia.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Primeiro, gostaria de convocar os membros que compõem a Comissão de Educação para nos reunirmos. Esse já é meu terceiro apelo, temos três projetos importantes para deliberar, então, logo que termine a sessão, vamos nos reunir na Comissão de Educação para deliberarmos sobre os projetos pendentes. Segundo, quero parabenizar a oposição, sobre a liderança

do Deputado Mecias, que em alguns momentos critica o Governador do Estado mas, isso é uma prova eloquente de que o Governador está no rumo certo, pois desde o início deste mandato legislativo os nomes que o Governador tem mandado para Assembleia para votação, temos aprovado com larga maioria absoluta, grande parte, inclusive, da oposição voto a favor dos nomes indicados pelo Governador Anchieta. Então, gostaria de parabenizar a liderança da oposição pela consciência e pela responsabilidade, provando que esses nomes são os melhores que estão sendo apresentados e, parabenizar o Governador pela escolha que fez de todos os nomes que foram indicados aqui até o presente momento.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os colegas Deputados pela aprovação da Indicação dos nomes do Dr. Stélio Denner e do Dr. Mota, um para a Defensoria Pública e outro para a Agência de Fomento, respectivamente. Queria, também, comunicar aos Senhores membros da Comissão e dar conhecimento aos Senhores Deputados que nós, como Presidente da Comissão de orçamento, demos entrada hoje na LOA e no PPA e que nós estaremos encaminhando para cada gabinete uma cópia, para que vocês possam analisar com antecedência, pois posteriormente vamos solicitar das Comissões que indiquem seus membros para que possamos discutir e analisar as propostas que vieram, para que quando chegar em dezembro, lá pelo dia 20, já termos votado o orçamento. Nós gostaríamos também de convidar os membros da Comissão de Finanças e Orçamento para nos reunirmos, e de convidar o Deputado Marcelo Cabral e o Deputado Brito Bezerra para que nós pudessemos nos reunir, porque existe projeto para ser deliberado e já é a terceira ou a quarta convocação e não conseguimos nos reunir.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, gostaria de me solidarizar aos trabalhadores da iniciativa privada e de algumas instituições públicas do setor bancário que entraram em greve hoje buscando melhores condições de trabalho, buscando uma política efetiva dentro das agências bancárias para combater o assédio moral que é uma das pautas da categoria, bem como a perda salarial. Então, quero prestar a minha solidariedade aos bancários e me solidarizar, também, com os Oficiais de Justiça que se encontram em greve há vários dias reivindicando melhores condições de trabalho e aumento do efetivo, para que possam cumprir realmente com sua missão. E, queria aproveitar para me contrapor ao Deputado Joaquim Ruiz, visto que a oposição tem votado em bloco e não com o Governo, pelo contrário, nós temos apenas feito nosso papel com relação à fiscalização e acompanhar as ações do Governo. Contudo, o Governo tem acertado e encaminhado alguns nomes que realmente merecem o apoio e um crédito de confiança da oposição, como por exemplo o Dr. Stélio Denner, pela sua história e pelo seu compromisso, bem como, também, o Dr. Mota que teve e terá o nosso apoio enquanto técnico, enquanto homem comprometido com a Agência de Fomento do nosso Estado, mesmo os Deputados da base governista recorrendo a oposição para votarem contra, nós entendemos o que é melhor para o Estado. Em momento algum estamos aprovando o Governo Anchieta Júnior, pelo contrário, temos trazido a esta Casa denúncias, propostas, requerimentos tentando melhorar. Agora, quando o Governo acerta, indica um nome competente, é um dever nosso, enquanto parlamentares comprometidos com o Estado, aprovar.

A Senhora Deputada Ângela Águida Portella – Senhor Presidente, gostaria de me solidarizar também com a greve dos bancários que estão lutando por qualidade no trabalho e contratação de novos funcionários, para que eles tenham condições de dar melhor atendimento às pessoas e um atendimento de melhor qualidade. E, com relação ao nome tanto do Defensor Stélio quanto do Senhor Mota, as escolhas também foram felizes e eles têm conhecimento e compromisso para estarem à frente da pasta que estão ocupando. Obrigada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de aproveitar este expediente de explicações pessoais para me congratular com o vigésimo terceiro aniversário do nosso querido Estado de Roraima. Este Estado, que desde o início vem passando por dificuldade, é um Estado em formação, onde as pessoas vão se aprimorando, quer seja nas suas ações políticas, no aprendizado da administração, no judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas. Então, é um Estado muito novo que vive aprendendo, mas aprendendo de forma veloz, frequente e, acredito que caminhamos para sermos um Estado pungente, um Estado forte. E, quero dizer para a sociedade de Roraima que continuem acreditando, continuem sendo felizes porque esse é um Estado que oferece

oportunidade para todas as pessoas. Só quero me congratular com a passagem do aniversário desse querido Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, venho me somar aos pronunciamentos feitos pelos Deputados que me antecederam no tocante ao vigésimo terceiro aniversário do nosso Estado. Cheguei aqui na fase da implantação do Estado que tinha pouco mais de 160, 170 mil habitantes. Decorridos 23 anos nós presenciamos, testemunhamos um crescimento vertiginoso do Estado com a instalação dos poderes, a criação de novos municípios. Temos, hoje, em torno de 400, 450 mil habitantes e o Estado está seguindo seu rumo para o crescimento e desenvolvimento. Então, a todos os roraimenses de nascimento e os roraimados, aqueles que escolheram esta terra para viver, os nossos cumprimentos e mais sinceros votos de que o nosso Estado continue, cada vez mais, buscando e dando uma qualidade de vida melhor para todos os roraimenses.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar em explicações pessoais, dou por encerrada a sessão e convido os Senhores Deputados para a sessão de quinta-feira, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela A. Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 06/10/2011

ATA DA 2057ª SESSÃO, EM 06 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia seis de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad doc.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Ionilson Sampaio) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS

- Memo nº 042/2011, de 03/10/11, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 04, 06 e 11/10/11.

- Gab. Memo nº 099, de 03/10/11, do Deputado Brito Bezerra, solicitando que seja incluído na Ordem do Dia 04/10/11 o Requerimento nº 050/2011 de 26/09/11, que solicita a criação da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção.

- Memo nº 044/11, de 04/10/11, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 04 a 07/10/11.

- Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial Externa Criada, Através da Resolução nº029/11, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão, que analisa Projeto de Lei Complementar nº 016/11, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, e dá outras providências.”

TRIBUNAL DE CONTAS

-Ofício nº 170/2011/PRESI/TCERR, de 03/10/11, encaminhando o Relatório da Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2011, para efeito de acompanhamento junto ao SIAFEM.

EXTERNOS

-Ofício Convite Circular nº 041/2011-DC, de 22/09/11, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, convidando para

Audiência Pública no dia 11/10/11, para discutir os problemas no serviço prestado pelas Operadoras de Telefonia, móvel e fixo.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado (**Erci de Moraes**) – Senhora Presidente senhoras e senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, Assistência que nos prestigia nesta manhã, depois de alguns dias de ausência desta tribuna volto com alguns assuntos que entendo oportunos serem relembrados e colocados nesta Casa para discussão. Ontem, comemoramos os 23 anos da existência ou da elevação do Estado de Roraima à condição de Estado membro da federação brasileira, houver algumas comemorações, houver registros pelos órgãos de imprensa, formadores de opinião pública. Uns, entendendo que houver avanços, outros alegando que nada havia para comemorar. Isto, claro, nos traz uma reflexão, é certo que problemas, dificuldades, barreiras ocorreram nesses 23 anos nosso Estado porque não conseguiu evidentemente atender a tudo aquilo que era nossa expectativa quando da sua passagem à condição de Estado. Problemas que muitas vezes independem da nossa vontade e da vontade de quem naquele momento dirigia os destinos do nosso Estado. Problemas que estavam acima da nossa capacidade, enquanto sociedade local, resolvê-los, como foi o problema enfrentado durante esses 23 anos de forma consecutiva, pertinaz e insidiosa até da demarcação incontrolável de novas áreas esterilizando mais de 50% da área do nosso Estado. É importante registrar que todos os governantes que passaram à frente do Estado de Roraima tiveram essa preocupação e lutaram à sua maneira, tentaram resolver o problema, que as bancadas no Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado, tenham também procurado contribuir para a resolução do problema, esta Casa também nunca se omitiu, fez a sua parte, lutamos, a sociedade se mobilizou quando necessário. Mas, é preciso confessar a nossa frustração em não conseguir sensibilizar aqueles que de fato tinham a chave do poder da decisão para que resolvêsemos de uma maneira que atendesse aos anseios da sociedade. Porem, nem tudo está perdido, nosso Estado hoje começa a demonstrar a sua condição de Estado membro da federação, alcançando algumas conquistas ainda que parciais e, diria, talvez, com otimismo que muito julgaram demasiado, que apesar das mutilações territoriais que ocorreram no Estado de Roraima, o pouco que se conseguiu reverter, por enquanto, apenas 25% da área total do território, é o suficiente para que, irmanados: governantes, autoridades, sociedade roraimense, consigamos deslanchar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Roraima a aspiração maior da sociedade. Eu não tenho dúvida que nossa vocação natural continua sendo a atividade primária, ou seja, a partir da terra conseguirmos projetar o Estado de Roraima como um Estado economicamente fortalecido, basta que implementemos a cada dia de forma persistente uma política voltada para as prioridades do Estado. Algumas coisas começam acontecer de uma forma que considero positiva, contudo, ainda, é preciso mais, refiro-me às ações de transferências das terras fazendo com que elas cheguem finalmente à mão daqueles que merecem, a do agricultor. Não importa aqui que seja pequeno, médio ou ao grande, ou até mesmo alguém que não o seja. Fatalmente, essa terra, sendo um título privado, ela chegará ao destino quem lida com agricultura, mais cedo ou mais tarde. A nossa malha viária que era aquela de responsabilidade do Governo Federal, que era aquela de responsabilidade do Governo Estadual, embora se encontrem em condições ainda que precárias em consequência de um inverno anormal e rigoroso que houve, mas a maioria delas está com processos de recuperação licitados e devem acontecer porque os recursos estão alocados tanto no plano federal quanto no plano estadual. E esta Casa soube dar a sua contribuição avaliando, aprovando os empréstimos junto ao BNDES, necessários à recuperação da malha viária estadual, naquilo que diz respeito ao Governo Estadual.

Então, senhores, a energia elétrica antes um sonho distante para os nossos interioranos, hoje começa a chegar aos mais distantes rincões do nosso Estado, existem outras atividades de responsabilidade federal e estadual que são basilares para que nesse contexto, nesse conjunto, o Estado possa realmente avançar. Refiro-me a duas delas que estão um tanto paralisadas mas que é preciso despertar nesta Casa para saber o estado em que se encontram essas atividades. Quanto às áreas de livre comércio, de Boa Vista e Bonfim, falou-se, falou-se, parecia que estava tudo por acontecer, mas, de repente, um silêncio.

Nos últimos três meses não se ouve uma vírgula nos meios de comunicação, nenhuma manifestação das autoridades, quer sejam elas federais ou estaduais. É preciso que nós, desta Casa, retomemos esse assunto em nome da sociedade que representamos, para cobrar dos responsáveis a agilização delas. As ZPES que teriam em Rorainópolis, em Boa Vista, tanto falou-se que estão aprovadas mas, ações para sua implementação ainda não se ouve falar. Então quero fazer esse registro para que possamos dirigir nossos debates, nossos energias, enquanto parlamentares, para cobrar dos responsáveis isso, af. Então, falando dos 23 anos de Roraima, continuo otimista. O nosso Estado vai se consolidar, se Deus quiser. Agora, é preciso que cada um de nós que tenha nascido aqui ou não, mas, que adotou esta terra como sua, que somemos esforços para vencer as dificuldades, barreiras, intransigências, e possamos avançar. Eu até me atreveria a fazer aqui um desafio aos meios de comunicação. Se em nada avançamos, por que esses meios, com facilidade de fazer consulta de opinião pública, não consultam ao roraimense se ele quer continuar Estado ou se ele quer retroagir à situação anterior de território. Seria um dado importante já que se traz tantas estatísticas tantas pesquisas nesse sentido, seria interessante colher a opinião do cidadão roraimense. É o que queria dizer a respeito do nosso Estado. Continuo acreditando no seu desenvolvimento se nós fizermos a nossa parte, continuarmos firmes no nosso papel, as autoridades federais sensibilizadas, e o governo estadual persistir nos intentos de fazer com que nosso Estado deslanche, atingiremos o objetivo. Faço um lembrete: em breve pretendo convocar uma reunião dos colegas envolvidos, mas no fundo quase todos fazem parte da Bancada Rural ou Frente Parlamentar Rural já oficializada nesta Casa. Precisamos, porém nos reunir, e como fui autor da proposição com apoio desta Casa, convoco os colegas para discutir formas de ação organizadas, quem sabe já constituiremos suas lideranças, seus dirigentes. E a partir daí traçamos formas de trabalho que possa contribuir, conforme queremos, para o desenvolvimento do nosso Estado. Ainda, um apelo veemente aos integrantes da Comissão Especial que analisa uma PEC de nossa autoria que propõe a adequação do nosso período de trabalho legislativo ao mesmo praticado já pelo Congresso Nacional. Quero fazer um apelo veemente ao Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas e ao Relator Rodrigo Jucá para que agilizem a tramitação desta PEC uma vez que já faz aproximadamente 60 dias que tramita, é uma proposta que independe de consulta jurídica, pois, trata-se de uma mera adequação àquilo que já está na carta magna. Essas providências preliminares, para, no próximo ano, iniciar as atividades no dia 01 de fevereiro, aumentando trinta dias de ação legislativa o que irá nos dar mais condições de trabalhar e de nos empenharmos mais.

Faço um apelo aos Deputados presentes para apreciar uma proposição de nossa autoria com a assinatura de vários Deputados aqui presentes, com intenção de, na próxima terça-feira, dia 11, prestar uma justa e merecida homenagem à categoria dos engenheiros agrônomos, através da associação que os representa. Concedendo, inclusive, homenagem a dois representantes da categoria. Era, Senhora Presidente, o que gostaríamos de manifestar nesta manhã. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhoras e Senhores presentes na Sessão Deputado Brito, Vossa Excelência ontem, me convidou para assinar, como membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. E eu disse a Vossa Excelência que eu não podia assinar porque eu sou corrupto. Vou lhe explicar por que sou corrupto: em 1997, quando eu era Prefeito de Iracema construí casas, redes de esgotos, construí aterro sanitário, fui fiscalizado, Deputado Flamarion. Na época, fiz 555 casas, Vossa Excelência conhece o projeto. Eu não dava casa por dar, exigia que se a mãe e o pai fossem analfabetos teriam que ir para a escola se alfabetizar, tinham que ir para o médico de três e três meses, tinham que ir para o dentista de seis em seis meses. Pois bem, esse Projeto era o "Habitar Brasil" agora está com outro nome. Toda vez que troca de Presidente, mudam o nome dos Programas, pois hoje esse programa se chama "Minha Casa, Minha Vida". Terminadas as casas, fui fiscalizado pela Caixa Econômica, mais de 10 fiscais passaram por lá, porque toda vez que se pagava uma fatura, o fiscal vai ver se a obra está sendo executada e, libera a fatura. As casas estão lá, Deputado Flamarion, Vossa Excelência que é engenheiro, essas casas têm em média 28, 29 metros quadrados, uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro. Estão lá desde aquela época, e foram também fiscalizadas pela Controladoria Geral da União, um simples perito da Polícia Federal, quando estava aquele círculo no Brasil, na época do Ministro Márcio Thomas Bastos, persona non grata aqui em Roraima, que criou todos os mecanismos para demarcar

a área Raposa/Serra do Sol. Veio um perito do Rio Grande do Sul e disse que havia um superfaturamento, preste atenção, numa casa na média de 29 metros quadrados, uma casa construída com 6.900 reais, um metro quadro chegava a 200 reais, podem pegar o SINAPE e ver o preço, que havia um superfaturamento. O que aconteceu, ele pegou um custo básico da obra colou o DDI em cima, no lugar de ele pegar o básico, ele pegou o custo da construção que nós tínhamos feito, e a casa foi para 7 e pouco, mil. Ele pegou a diferença do preço, que nós construímos a casa, ao DDI que ele encontrou. E daí foi a diferença do superfaturamento. Isso deu um escândalo aqui em Roraima. Meu nome estava em todos os veículos de comunicação como: televisão, jornal, formação de quadrilha, ladrão, tudo que tinha direito de ruim. Está na justiça, na época o superintendente da Polícia Federal pediu a prisão da gente, estava montada a estratégia para prender 08 prefeitos. A justiça é sábia, disse que não estava convicta, o juiz federal, aqui, disse que não tinha provas nem convicção de fazer uma operação naquela magnitude. Quanto custa isso para Nação? Até hoje, está rolando esse processo na justiça. Mas eu fui fiscalizado pela Caixa Econômica, pela CGU, e aí outro questionamento, "não porque Vossa Excelência era para colocar uma caixa de PVC de 3 mil litros de água, mas colocou uma caixa de ferro para atender o centro comercial", e aí eles descobriram que a caixa era de 3 mil litros, e a caixa só tinha 2.898 litros. Assim como eu, qualquer um que está aqui que vai a uma loja e compra uma caixa de 700 litros, eu duvido que uma mãe ou um pai vai medir litro por litro, porque ele acredita naquilo que está sendo vendido para ele. Então, eles descobriram que não dava 3 mil litros, eu sou o ladrão, estou desviando recursos públicos. Fiz isso para mostrar quanto custa isso para o Brasil, quantas pessoas inocentes estão com seus nomes expostos à opinião pública nacional. Porque é mais fácil você criticar o político, está exposto o gestor público. Quantos Prefeitos do interior, em nível nacional, estão penalizados, na maioria das vezes, são erros formais. Tenho um exemplo aqui. Ontem foi feriado, recebi uma notificação, tenho que devolver dinheiro de uma obra. Construiu em Iracema um aterro sanitário, eu fazia lixo reciclado na época em que era prefeito, o aterro foi inaugurado em 2003, o projeto foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente na época. Quando eles vieram fiscalizar já era 2005, já não era mais prefeito, eles querem que eu devolva o valor que era de 296 mil, eles querem que eu devolva 1.921.000,00 reais, mesmo que eu venda o que eu tenho, venda meus filhos, minha mulher tudo o que eu tenho, nem que daqui a vinte anos eu esteja morto lá no céu, eu não tenho como pagar isso aqui.

Agora, prestem bem atenção, o porquê de eu estar sendo penalizado. Vou ler: a ocorrência de qualquer fato do qual resulte prejuízo ao erário federal, a ausência de atestado de desativação do lixão e a licença ambiental de operação do aterro sanitário de Iracema. Prestem bem atenção, eu tinha duas alternativas na época, uma licença ambiental em Roraima para quem mexe com agronegócio, com investimento na área da indústria, quem vai construir ponte de madeira no interior, não tira uma licença ambiental por menos de seis meses. Imagine uma licença ambiental para um aterro sanitário, eu tinha duas alternativas, eu estava terminando o meu mandato, ou eu coloco o aterro para funcionar sem a licença e posso ser penalizado pelo Ministério Público Estadual, ou eu não coloco o aterro sanitário para funcionar e o aterro não está servindo à população, e eu vou ser penalizado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas da União. "Se ficar o bicho pega, se correr a gente morre". Pois bem, ao fazer a minha defesa já em dois mil e oito, em anexo, estou apresentando os trabalhos realizados no meu mandato, que terminou em dois mil e quatro. Se eu mandar uma cópia do que eu fiz na época, plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, tendo como responsáveis os técnicos Flávia Furtado Alves, zootecnista, hoje concursada da FEMACT: Jairo André Ribeiro, economista. Plano controle ambiental de aterro sanitário feito pelo consultor Felipe Alexandre Riso, engenheiro florestal, coloco ainda na minha defesa, a prova incontestável de que o aterro sanitário funcionava normalmente e corretamente durante a minha gestão, período 2000 e 2004, as fotografias realizadas em 2002, que demonstram de forma inequívoca, o bom funcionamento do aterro alcançando os seus objetivos.

Como é que vou ser penalizado por uma administração caótica posterior a minha, que foi inclusive cassado pela justiça, em outubro de 2008, como forma de restabelecer o funcionamento da estrutura pública municipal, que se encontrava em total abandono em todos os setores: saúde, educação, meio ambiente e salários atrasados.

Qual foi a resposta que eu recebi em 2010? Tudo está muito bonito na minha defesa, mas eles mantêm aquilo que eles viram em

2005, que, realmente, em 2005, estava um lixo.

O que acontece em 2011? A prefeitura entra na fundação do meio ambiente para tirar a licença ambiental, todas as regras, todas as leis, que eram de 2000 a 2004, mudaram, o mundo mudou. Para vocês terem uma ideia, em 2000, eu não tinha computador lá em Iracema, veja o avanço da tecnologia! Então, o que acontece? Hoje, a prefeitura só pode tirar uma licença ambiental para um lixo.

A nova lei, hoje, considera que foi feito lá atrás um lixo legal, com compactação. Então, não é um lixo a céu aberto. Eles aprovam a licença ambiental para um lixo.

O Ministério do Meio Ambiente não aceita a aprovação dessa exigência, porque eles querem que seja uma licença ambiental de um aterro sanitário. O que era um aterro sanitário em 2003, não é um aterro sanitário em 2011.

Prestem bem atenção, o imbróglie em que se envolve um gestor público, você passa três anos para ser fiscalizado e quando você é fiscalizado você já não é mais prefeito.

O caso da rodoviária de Iracema, quem andou nessa estrada de 2004 a 2010, percebeu que a rodoviária funcionava plenamente, depois de três aos a rodoviária foi fiscalizada, detectou-se que faltava o corrimão de deficiente, só de um lado, como se prefeitura fosse comprar só um lado do corrimão e não o par. Eu não acredito que alguém tenha roubado. Foi algum deficiente pesado, que com tanto movimento acabou arrancando, está lá á prova de que foi arrancado.

Eu tenho que devolver 980 mil reais, a obra está aprovada, foi fiscalizada, mas por causa do corrimão, seis anos depois, eu tenho que devolver 980 mil reais. Quanto ao Eco Park, o Deputado Flamarion era Governador, o Deputado Chico Guerra algumas vezes teve a oportunidade de ir almoçar lá no Eco Park de Iracema, a depois de onze anos, Deputado, a prestação de contas aprovada, conclusa, aprovada, arquivada, como está abandonada agora, a partir desse exercício, eu tenho que devolver o recurso da União.

Quer dizer Deputado, para você não ser penalizado neste País, é você não fazer nenhum convênio com o Governo Federal, porque você não faz nada, não faz rede de esgoto, não faz rodoviária, você não melhora a qualidade de vida das pessoas. E agora, Deputado Brito, além da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, criaram aqui em Roraima o FOCUS, juntando todos os órgãos de fiscalização. Parabéns, eu aprovo, eu acho corretíssimo juntar os órgãos de fiscalizações tanto da área estadual quanto da área federal. Mas, Deputado Flamarion, o direito elementar do cidadão é provar que ele é honesto, não tem uma corregedoria, então, o objetivo é punir, é cassar. Hoje dá ibope, a nível de Brasil, todos nós sermos corruptos. E isso me indigna, de quem tem uma vida como eu tenho. Entrei no Blog para pegar a minha história de vida. Foi uma vergonha a minha prestação de contas. No tribunal de contas do Estado de 99,2000, 2001 está no blog, transparência brasil, como se elas não fossem aprovadas e as prestações foram todas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, o julgamento do Tribunal de Contas da União que eu perdi na primeira, recorri e na segunda ganhei por unanimidade. Está lá, mas não está que eu ganhei. Está a que eu perdi na primeira oportunidade, porque eu não tinha os documentos em mãos, os documentos do ano 2000, e que eu tinha que provar em 2010, dez anos depois. E pasmem, os Senhores, como é feita a correção no TCU, eles têm uns instrumentos ainda do tempo da inflação, duas Kombis do transporte escolar em relação às quais eu tinha sido condenado. Teria que devolver 180 mil reais. Eu comprava 04 Kombis com esse dinheiro, mas eu ganhei, porque provei legalmente depois que o prefeito, que era meu opositor, não me dava o direito de ter acesso à documentação na prefeitura. Eu consegui provar, que as Kombis tinham sido compradas legalmente, por unanimidade no Tribunal de Contas da União. Mas Deputado **Ionilson Sampaio** sabe o que está no programa Transparência Brasil? Que eu fui condenado no Tribunal de Contas da União? Tenho a certidão do Tribunal de que eu não tenho nenhum processo, vou começar a ter, agora, tudo que eu fiz. Imagino o seu irmão daqui a 10 anos ser condenado pelo que ele fez depois de aprovado pelo Tribunal, fiscalizado pela Controladoria, pela Caixa Econômica, e para um perito, está tudo errado. É assim que está acontecendo no nosso país. Criaram FOCUS, um órgão que vai unir todos os órgãos fiscalizadores aqui do Estado, tanto da área federal, quanto do Estado, mas não criaram uma Ouvidoria para dar o direito à ampla defesa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Realmente, esse é um problema muito sério. Acho que, a grande maioria dos municípios do Brasil, chegou a ponto de promover uma macha de prefeitos em Brasília há dois meses atrás.. Eles pediam atenção a essa questão da fiscalização, não o afrouxamento dessa fiscalização, mas que

sejam revistos os critérios de fiscalização, exatamente porque isso tem condenado quase todos os ex-prefeito, inclusive, os atuais. Esse procedimento, também, não é diferente em relação aos presidentes das Câmaras de vereadores. Os Presidentes das Câmaras de vereadores, pelo menos, que eu me lembre, todos eles estão condenados, e muitas vezes são erros formais, erros processuais, não uma coisa intencional, não se trata a desvio em si. Sabe-se também, que há muitos prefeitos mal intencionados, pessoas que tentam se locupletar do erário. Mas, referente à fiscalização do acompanhamento, seja do CGU, Caixa Econômica, principalmente nas obras de convênios têm melhorado bastante a questão da gestão, e parece que nem assim os gestores estão conseguindo atender todas as determinações do CGU, do TCU, da própria Caixa Econômica através de convênios federais. É uma coisa muito complicada. Entendo o posicionamento de Vossa Excelência, existe, hoje, essa preocupação. Para reverter esse aspecto, é preciso que os nossos legisladores, em nível de Brasília, Deputado e Senadores tenham de uma maneira ou de outra encaminhar melhor a questão desse entendimento, desse arcabouço legal que está cada vez mais difícil ser gestor neste País.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputado Joaquim, também quero corroborar com o seu pronunciamento, dando um exemplo do meu município, ainda, durante a gestão do Prefeito Portela, há mais de 20 anos, quando a rede de esgoto, eles quebraram toda uma rua e o pior, tinham acabado de colocar o asfalto, cavaram 18 ou 19 furos na rua da cidade, em uma outra rua mais de 50 metros, para achar um ponto, para poder mostrar para o cidadão de uma dessas aglomeradas instituições que vai fazer a fiscalização.

Também o Prefeito Pereira Peão tem que mostrar onde estão 06 canoas de madeiras, e ele antecedeu a gestão do Portela, e prestar contas de onde estão, hoje, as 06 canoas de madeira. Isso é uma loucura. Deve haver uma Corregedoria para evitar esse tipo de abuso.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Eu não me surpreenderei quando fiscalizarem o Palácio Senador Hélio Campos para verificar se houve algum problema durante a construção do prédio. Já não há mais ninguém para contar a história, quem construiu já morreu, o Governador da época também já morreu. Agora, pasmem, os Senhores, no quinto sorteio de fiscalização da Controladoria da União no Município, quando eu era Prefeito, chegou um aparato que assustava a população, parecia que iam prender o Prefeito, começaram a falar em superfaturamento numa tomada de preço. Trata-se de uma tomada que custava dois reais enquanto lá estavam oito reais. Aí, você não considera tomada, e sim ponto. O custo da tomada é uma coisa e do ponto é outra. Na época, eu pedi para conversar com o engenheiro civil que faz parte da equipe de fiscalização. Porém, não havia nenhum, havia apenas contador e administrador. Como é que você vai analisar uma obra de engenharia civil se não dispõe de um especialista na área? E eles dão um prazo de apenas cinco dias para apresentar a defesa. Feita a defesa, seu nome é exposto em nível nacional, associado a falcaturas e um monte de irregularidades. Passam-se cinco anos para provar que é inocente, mas seu nome é exposto. A mídia não dá o mesmo destaque quando você prova a sua inocência.

Em 2005, um juiz de 1ª instância cassou meus direitos políticos, também, está na transparência civil por compra de votos. E cassou o Prefeito que tinha sido eleito, mandou que a Polícia Federal apurasse as ilicitudes. Três Delegados da Polícia Federal foram apurar as denúncias, cujo Relatório individual era que aquilo foi uma grande fraude. Mas passaram cinco anos para provarmos a nossa inocência. O Prefeito que tinha sido cassado foi embora, e os meus direitos políticos durante quatro anos foram suspensos. E a própria perícia da Polícia Federal provou que nós éramos inocentes. Mas, isso não foi destaque na imprensa.

Eu acho que quando você, como gestor, faz obras para a sua comunidade e os indicativos sociais da minha gestão estão em nível de Ministério da Saúde para mostrar os avanços que nós promovemos lá. Eu não tenho medo de vir aqui colocar, como estou colocando, porque não aguento mais. Ainda mais um absurdo desse por causa de uma licença ambiental, deste ano, eu tenho que devolver um milhão e novecentos reais. Agora, vem do Ecopark que já está aqui no Ministério Público Federal para eu devolver o dinheiro. As minhas prestações de contas foram todas aprovadas, a fiscalização da Controladoria da União do órgão que liberou, da Caixa Econômica de tudo que tinha direito. Então, o que eu vejo? Você ser Prefeito no interior do Brasil é como um casamento, não acaba nunca. Aqui não houve desvio de recursos, não houve superfaturamento. Mas, por causa de uma licença ambiental, Deputado Célio, eu tenho que devolver um milhão e novecentos mil. E, não posso assinar a frente Parlamentar porque eu sou corrupto perante a opinião pública. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faço uso da Tribuna hoje, para falar da merenda escolar do nosso Estado. Deputado Soldado Sampaio, eu apresentei nesta Casa um Projeto denominado Programa de Regionalização da Merenda Escolar. Eu apresentei outro Projeto de Lei que institui o Programa Estadual da Alimentação Saudável, ou seja, são projetos que visam atender a rede estadual de educação com alimentação saudável e com programas que busquem incentivar e aprimorar as pessoas que manipulam alimentos nas escolas, ter a devida observância quanto à higiene da merenda que é consumida pelos estudantes.

Eu pude observar que uma escola recebeu uma merenda com tapuru, ou seja, além da merenda escolar não supre a necessidade dos estudantes e, ainda, é servida de maneira imprópria. Pois, os tapurus só estão presentes em comidas apodrecidas. É o cúmulo do absurdo o descaso com a merenda escolar.

Nós precisamos respeitar os nossos jovens, respeitar aqueles que hoje estão nos bancos das escolas, porque são essas pessoas que vão comandar este Estado, precisam ser respeitadas agora. É uma obrigação de toda a sociedade, sobretudo do homem público respeitar e atender as necessidades principalmente da classe estudantil.

O Deputado Flamarion, em maio de 2011, denunciou que havia em andamento uma licitação fraudulenta no valor de 33 milhões de reais destinados à merenda escolar. Essa licitação está sub judice, está aí para ser resolvida, para ver se vai ou não fornecer esses alimentos para merenda escolar do Estado, para o sistema prisional, para uma junção chegaram ao valor de trinta e três milhões de reais. Essa empresa é a Megaclin.

Há denúncias que essas empresas estão ligadas sobretudo, essa Megaclin, a pessoas que têm cargo eletivo neste Estado, pessoas públicas e, vejam bem, não fica por aí.

Aparte concedido ao Senhor **Jalser Renier** - O Senhor deveria falar o nome das pessoas que estão envolvidas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Eu não falo o nome das pessoas, pois não sei o nome.

Existem as especulações e as denúncias, mais foi aprovado aqui nesta Casa e Vossa Excelência esteve junto à frente parlamentar contra a corrupção e podemos apurar juntos para chegarmos ao nome.

A denúncia está chegando aos gabinetes dos Deputados por baixo da porta, que o Senhor Deputado Soldado Sampaio denunciou aqui na tribuna que houve superfaturamento na compra de livros para a Secretaria Estadual de Educação. Livros que custam 27 reais da editora ática, que foi comparado e pago pelo Governo do Estado a 72 reais. Existem denúncias na Secretaria do Estado de Educação, o que me incomoda é que indícios são encontrados mas nada se resolve. A gente não vê providências concretas, nada acontece, o dinheiro público é desviado, surrupiado, e a partir daí o nosso povo fica sem ser assistido, atendido.

Deputado Jalser Renier, é obrigação nossa, como legislativo, fiscalizar e prestar esclarecimento à sociedade. As pessoas que vêm aqui assistir, elas querem saber elas vão comentar, a sociedade que paga os impostos. O dinheiro é nosso, nós precisamos prestar esses esclarecimentos, pois a questão é saúde. Eu quero da Secretaria Estadual de Educação, além de pedir o empenho de todos os Deputados no sentido dessa frente parlamentar anticorrupção, agora instalada, para apurarmos esses indícios e denunciar para as autoridades competentes.

Eu peço que agilize as votações dos projetos, que visam matar esse mal pela raiz, os Projetos que incentivam o programa de regionalização da merenda escolar, pois o aluno vai ser suprido com a sua necessidade orgânica. Portanto, o seu alimento deverá ser condizente com suas necessidades físicas e psicológicas, como também a agricultura familiar.

Nós temos que trabalhar Projetos que atendam a necessidade do nosso povo, e não ficar somente denunciando sem nada apurar.

Cobre que nós Deputados façamos a nossa parte na fiscalização e na cobrança da apuração desses fatos, e com resultados concretos para a sociedade. Aqui se aprova um Requerimento, pedindo que o Secretário do Estado venha para esta Casa prestar esclarecimento. Ele não vem, não nos dá retorno. Se a sociedade fosse mais atenta iria cobrar como eu estou cobrando aqui. Aprova – se o Requerimento, e por isso fica, porque o Governo é blindado, é forte, porque tem Maioria na Casa.

Ontem, foi o aniversário do Estado, completou 23 anos, eu acredito que poderíamos ter avançado muito mais. Houve algum avanço? Houve, mas poderíamos ter avançado muito mais. Mas não se dirige olhando pelo retrovisor, precisa olhar para frente. O Governo do Estado fez um mega evento, não convidou nenhum Deputado, formalmente, pelo menos os de oposição, que eu consultei, nenhum foi consultado para participar do evento que o Governo do Estado

promoveu para comemorar o aniversário do nosso Estado. Nós somos Deputados eleitos e legitimados pelo povo, deveríamos participar. Ele achou bonito e bom convidar Tasso de Jereissati, ex-senador da república, e deve ter feito muito por Roraima. A medalha da ordem do mérito do forte São Joaquim é a maior distinção atribuída pelo Estado de Roraima, que é concedida a pessoas físicas, jurídicas e estrangeiras que se destacaram pelos méritos ou pelo relevantes serviços prestados ao Estado de Roraima. Diga-me, o que o Senhor Tasso de Jereissati, lá do Estado do Ceará, que é membro do PSDB do partido do Governador, fez pelo Estado de Roraima? O que fez, aqui, o ex-Senador Artur Virgílio do Amazonas por Roraima, também não foi eleito no Estado do Amazonas. O ex-Senador Sérgio Guerra, hoje, Deputado Federal. Presidente Nacional da juventude do PSDB; o Senhor Marcelo Richa. Pois bem, essas pessoas receberam essas medalhas, sem sequer, muitos deles, saber onde fica o Estado de Roraima. Tenho certeza, exceto o ex-Senador Artur Virgílio e o Tasso Jereissati, este convidado uma vez para vir aqui. Não sei nem se ele veio e voltou no jatinho do Governo.

Diante da necessidade de fazer um traslado de um paciente da Secretária que está à beira da morte, não tem dinheiro para liberar um acompanhante, que recebe entre 40 e 50 reais para acompanhar um paciente, que é uma miséria.

Senhoras e Senhores Deputados, causa indignação saber, que nós temos um orçamento vultoso neste Estado, não se pode reclamar de arrecadação, o dinheiro existe, o pagamento de imposto é pago neste Estado, como em todo o Brasil. Temos a maior carga tributária do mundo, mas o Poder Público não está conseguindo, não sei se de maneira proposital ou incompetente, não está conseguindo suprir a necessidade do nosso povo, sobretudo dos direitos fundamentais: saúde, educação e segurança.

Ontem, um empresário foi assaltado e levaram cem mil reais. Dizem que eu só defendo empresário, que eu sou o Deputado dos ricos. Isso não existe, o empresário gera emprego, renda, ele é a mola propulsora do desenvolvimento deste Estado, quanto mais empresário tiver, mais emprego haverá.

A riqueza, na minha concepção, só não se justifica, se for ilícita com dinheiro do povo, a segunda é a riqueza pessoal, não se justifica, mas riqueza empresarial é necessária para gerar emprego e renda. Para alguém expandir seus negócios, é preciso que a empresa esteja bem economicamente e financeiramente, porque vai empregar pessoas. A empresa, que é rica, tem muitas vezes duzentas famílias que dependem daquela empresa. Se aquela empresa quebrar são duzentos pais de famílias nas ruas, multiplicadas por quatro, serão 800 pessoas que vão deixar de ter acesso ao mínimo para sua subsistência, a renda para a alimentação. Num Estado em que quase noventa e nove por cento das pessoas dependem do Poder Público, pois não temos outra matriz econômica. Então, é necessário fortalecer a classe empresarial, é necessário oferecer segurança ao cidadão Roraimense para que possa trabalhar e gerar emprego e renda. É necessário que, como parlamentares busquemos providências no sentido de coibir esses desmandos.

Quanto à merenda escolar apodrecida, que está sendo fornecida para os nossos filhos, para os jovens, futuros cidadãos que vão ser mandatários deste Estado, pessoas que merecem o nosso respeito, cujos pais pagam imposto todos os dias. Portanto, é momento para aprovarmos Projetos, conforme falei aqui sobre a merenda, o prêmio da regionalização, da alimentação saudável na escola para dar o mínimo de dignidade aos nossos jovens.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente Deputado Brito, obrigado pelo espaço. Só para complementar o seu Pronunciamento, acho que o Governo do Estado está investindo muito em propaganda, suas propagandas são maiores que as suas ações. Eu conheço o Estado mais do que ele umas cem vezes. Ele anda falando na televisão que têm estradas em vicinais asfaltadas, a 26 do Baliza foi asfaltada antes das eleições, já está interdita há mais de 90 dias, por causa de uma ponte quebrada. Então ele está fazendo propaganda enganosa, está dizendo que está gerando emprego, não se sabe onde, não existe nenhuma construção do Governo de grande vulto no Estado de Roraima.

Pergunta-se: como os seus secretários vão trabalhar se seus prédios estão caindo, as delegacias, as escolas? Como os professores vão dar aulas com os ventiladores caindo em suas cabeças? Como fazer uma boa administração numa delegacia, onde não há viatura, não tem gasolina e nem gente para trabalhar?

Eu acho que ele está no lugar errado, na hora, infelizmente, errada, ele não deveria ser Governador do Estado com esse tipo de capacidade, muito boa de fazer propaganda, mas na hora de fazer a sua execução, é ineficiente.

Um Deputado falou que 60 mil vales estavam para serem distribuídos, mas no interior ninguém ainda recebeu o vale. Desconheço o que está acontecendo, se estão querendo enganar o povo mais uma vez. As eleições se aproximam, então, daqui um ano, começam a surgir esses favorecimentos.

Só para reforçar, a merenda escolar tem que ser de boa qualidade porque o dinheiro está garantido, é da UNIÃO e do Estado para esse fim, alimentar os nossos filhos e filhos dos nossos amigos para que possam aprender e assistir as aulas com mais energia e alegria. Muito Obrigado

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Obrigado, Deputado Brito, quero me somar à vossa fala, a sua coragem ao exercer o papel de Parlamentar.

Precisamos, enquanto representantes do povo, de maneira efetiva, exercer nosso papel de fiscalizador. Observo vossa preocupação e força de vontade em exercer seu papel de parlamentar no tocante a propor medidas, alternativas.

Acredito que o Senhor é o Deputado, que tem Projetos tramitando nesta Casa, assim como eu que tenho vários tramitando nesta Casa. Nós não só criticamos, também propomos, propondo, indo in loco, discutindo, fomos ao Hospital três vezes juntos, sem televisão, colocamos para esta Casa a realidade do Hospital Geral. Ninguém acreditava, mas tivemos que levar a imprensa para constatar. O fato causou confusão, creio que tenha até processo tramitando na Casa ou na Justiça. Então esse é o papel do Parlamentar. Senhor Presidente, Senhores Deputados, na quinta feira passada, denunciei aqui o indício de superfaturamento nas compras de livros, porém, antes houve um trabalho de investigação, ouvi as pessoas envolvidas nesse processo, ouvi a empresa de Manaus, fui até Manaus onde peguei a compra de livros feito por aquela secretaria, fiz a comparação e trouxe para cá. Estou aguardando o documento chegar com toda a cópia do processo. Fui à Secretária, falei com a Secretária Lenir, pedi cópia, mas foi negado, inventaram uma desculpa de que não estava lá, mas na SEFAZ, fui até à SEFAZ, me disseram que estava no arquivo, e que não sabiam onde era esse arquivo. Tentei mas não consegui. Então, eu aprovei aqui nesta Casa um Requerimento, pedindo cópia para eu saber realmente quem são os envolvidos, e vi um documento sendo distribuído na cidade. Esse procedimento não faz parte da minha personalidade. Quando denuncio aqui, assino em baixo. Fiz assim enquanto cidadão, policial, enfrentei um alto escalão da Polícia Militar com coragem. E, hoje, como Deputado, qualquer documento ou denúncia que faço eu assino em baixo, Senhor Presidente. Não tenham dúvida que não tenho receio nenhum em dizer no meu ponto de vista, estão fazendo injustiça com o Deputado Jean Padilha. Eu o acompanhei, conversei com ele e com o representante da empresa de Manaus. Em nenhum momento, o Deputado Jean teve envolvimento, nem o Deputado Jalsler, não vi seu nome relacionado. Sei que o Alessandro da Forte Norte é seu amigo. Mas, às vezes, temos amigos que fazem irregularidades. No momento em que eu constatar que existe um elo entre pessoas com qualquer Deputado desta Casa, vou denunciar ao Ministério Público e à Corregedoria. Neste momento, não sei de quem foi a autoria nem qual foi a intenção. Se houver prejuízo material para várias pessoas, para os Deputados de oposição, para a imprensa, vou encaminhar aos órgãos competentes na hora certa. Estou aguardando a chegada do processo, me comprometi com a Comissão de Educação junto ao Deputado Joaquim para pedir ação efetiva da Comissão de Educação para apurar se houve mesmo irregularidade nessa compra de livros. Esse é o meu perfil. Sou assim e vou continuar sendo. Quero dizer que as informações que eu tenho até agora, não tem envolvimento do Deputados Jean Frank. Desconheço de quem foi a intenção e o objetivo. Mas estou solidário com Vossa Excelência.

É preciso apresentarmos Projetos para este Estado se desenvolver, não dá mais. Parece-me que está contaminado pela corrupção. As contas da saúde foram reprovadas pelo Conselho de Saúde, o Ministério Público denunciou o desvio de 30 milhões de reais, existe indícios de ilicitude na compra de merenda escolar, de alimentação para preso, agora é a dos livros.

Deputado, quero me somar a Vossa Excelência par acompanhar a compra do calçário por parte do Governo do Estado. Vamos acompanhar essa situação de perto e saber o que está acontecendo. A gente fica desconfiando, Deputado Brito, em virtude do que se deu em Roraima, foram milhões gastos em campanha eleitoral, esse dinheiro veio de algum lugar. Então, Deputado, parabéns pela sua atitude, conte comigo no trabalho de fiscalizar, precisamos cautela, paciência, ter o devido cuidado, para não envolver o nome de pessoas inocentes nessas investigações. Esse é o nosso papel, ganhamos um bom salário para isso.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua- Principalmente, quanto à Secretaria Estadual de Educação, a grande maioria dessas

denúncias, quero frisar, não é irregularidade da gestão da atual Secretária, Lenir Veras, pessoa desse Estado, competente, com legitimidade para dirigir a secretaria, é pessoa da nossa confiança. Uma das denúncias de irregularidade praticada no ano passado, quando alimentos destinados à merenda escolar foram transformados em cestas básicas na Região da Confiança. Serviram como moeda de troca na compra de votos. Isso é gravíssimo. Publicado aqui no jornal, não estou criando, estou relatando, não estou fazendo juízo de valores, só estou relatando o que está escrito. Diante de todas essas demandas o Poder Legislativo fica engessado no sentido de elaborar Projetos, debater, aprovar e recusar. Existe uma chuva de denúncias que precisamos apurar, denunciar, averiguar se autoridades competentes estão tomando providências.

Nós poderíamos está votando o Projeto do DETRAN, o pessoal do DETRAN está todo aqui, buscando que seu Projeto seja votado, que se tome providência quanto à liberação desse Projeto. Especulações, Deputado Jalsler, existem de maneira demasiada, que vão criar no Estado Roraima uma fábrica de multas, as quais já estamos apurando, vamos denunciar em plenário.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**- Deputado Brito, em relação à educação, Vossa Excelência fala que estão cobrando desta Assembleia as decisões tomadas. Estamos convidando a secretária de Educação para vir aqui na Comissão, Vossa Excelência vai ser convidado no dia em que a secretária vier, estamos convidando também o reitor da Universidade Estadual, para se posicionar sobre o problema do concurso levantado aqui. Quero colocar um aspecto sobre o que o jornal está dizendo, Deputado Brito. Esse jornal é da oposição, não é jornal de grande circulação como a Folha de Boa Vista e o Roraima Hoje. Então é preciso também considerar a credibilidade desse jornal. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede uma Questão de Ordem.

Senhora Presidente, com a anuência de Vossa Excelência, preciso me retirar para uma audiência pública junto à Receita Federal, mas, com a devida vênua, aproveito este momento, oportuno mesmo, não cabendo esta Questão de Ordem, cumprimento todos os oficiais de justiça, em nome do Luis Cláudio, dizer que somos solidários às reivindicações que as considero uma das mais justas. Eles não estão pedindo salários. A paralisação deles é tão somente para chamar a atenção do Poder Judiciário para contratar mais 2 oficiais de justiça, visando, agilizar e dinamizar o trabalho. Veja bem, no mínimo, em todos os Estados da federação brasileira, são dois oficiais de justiça para cada juiz. Aqui, nós não temos um oficial de justiça para cada juiz. Por isso, considero esta reivindicação justa. Gostaria de registrar minha solidariedade aos oficiais de justiça do nosso Estado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos agora para a Ordem do Dia.

Encontram-se na Mesa dois Projetos de Decreto Legislativo nºs 024 e 025/2011. Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação final possa analisar e dar parecer aos Projetos de Decreto Legislativo.

Declaro por reaberta a presente Sessão. Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 048/2011 que declara de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, a Associação Nipo-brasileira de Roraima, de autoria governamental. Projeto de Decreto Legislativo nº 024/2011 que concede a comenda “Orgulho de Roraima” aos senhores Ozimar de Lima Coutinho e Daniel Gian Luppi, de autoria do Deputado Erci de Moraes e outros Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2011 que concede a comenda “Orgulho de Roraima” ao General de Brigada Frankemberg Ribeiro de Freitas, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e ao Coronel José Arnaud dos Santos Guerra, Comandante do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, e dá outras providências, de autoria do Deputado Sargento Damosiel.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário Jalsler Renier proceder à leitura do Projeto de Lei nº 048/2011 e do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Lido o Projeto de lei nº 048/2011.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a matéria, não havendo nenhum Deputado que queira discutí-la, colocou-a em votação. A votação será eletrônica e nominal. Votando sim os senhores Deputados estarão declarando de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, a Associação Nipo-brasileira de Roraima de autoria governamental. Votando não, estarão rejeitando a matéria. Solicito ao técnico proceder a abertura do painel para votação. Em Votação. Dou por aprovado, em turno único o Projeto de Lei nº 048/2011, que declara de utilidade pública, nos termos da legislação vigente

a Associação Nipo-brasileira de Roraima por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier proceder a leitura do Projeto de decreto Legislativo nº 024/2011 e do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 024/2011.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria, não havendo nenhum Deputado que queira discutí-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim os senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando não, estarão rejeitando a matéria. Em Votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 024/2011, que concede a comenda “Orgulho de Roraima” aos senhores Ozimar de Lima Coutinho e Daniel Gianluppi de autoria do Deputado Erci de Moraes e outros Deputados, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier proceder a leitura do Projeto de decreto Legislativo nº 025/2011 e do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2011.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria, não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria sumeto-a à votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim os senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando não, estarão rejeitando a matéria. Em Votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2011, que concede a comenda “Orgulho de Roraima” ao General de Brigada Frankemberg Ribeiro de Freitas, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, e ao Coronel José Arnaud dos Santos Guerra, Comandante do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, e dá outras providências, de autoria do Deputado Sargento Damosiel, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia passaremos para Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, motivo de preocupação nesta Casa é em relação a certas posturas do Legislativo. Ainda há pouco ouvia pronunciamentos, não sei se é porque eu aprendi e também a legislação brasileira diz, que não é correto nem o direito de acusar alguém sem que se tenha a certeza da verdade dos fatos. Há pouco ouvi também alguém falar sobre matéria veiculada em um jornal da oposição, que cabe tudo, e que se coloca nesta Casa como verdades. Tenho conhecimento de matéria tramitando que denigre a imagem do Deputado Jalser e do Deputado Jean Frank, ditas como verdadeiras. Depois escuto pessoas dizerem que depois vão apurar as denúncias sobre a veracidade. Ouvi coisas aqui tipo TFD e as diárias do SUS sendo atribuídas ao Estado sem que as pessoas digam que SUS e TFD são recursos do Governo Federal. Ouvi pessoas dizerem que existe muito dinheiro no Estado, o povo é que paga imposto, não é o empresário, a OAB, não. O que povo compra que já vem com o imposto embutido na mercadoria. Todo mundo paga imposto. Mas ainda não ouvi ninguém dizer quanto o Estado gasta com cada uma das suas atribuições. Eu me preocupo muito com esse posicionamento do Legislativo porque a função do legislador, de oposição ou de situação, não dizer o que pensa sobre qualquer instituição ou qualquer pessoa, ainda há punição para quem denigre a imagem dos outros, para quem diz algo que não seja verdadeiro. Há alguns dias pedi vista a um projeto do Tribunal de Contas, e ontem, alguém do Tribunal de Contas me procurou dizendo que a Assembleia Legislativa e os Deputados estavam, contra o projeto do Tribunal de Contas, dito por alguém desta Casa. Eu nem devolvi o Projeto para as Comissões ainda, nós nunca deixamos de aprovar matéria que fosse coerente. Então, hoje me preocupo muito com o posicionamento da Assembleia, pois daqui não podem sair coisas duvidosas. O Legislativo é um Poder, e deve ter credibilidade naquilo que fala, não pode falar hoje e amanhã dizer que se enganou. Então, as coisas têm que serem ditas quando a pessoa realmente tem certeza da verdade. Queria fazer uma ressalva com relação ao dia de ontem, e dizer que ao longo desses 23 anos de Estado, cada Governador homenageia pessoas que, no curso do seu trabalho em favor de Estado, o ajudaram a construir este Estado de alguma forma e, com certeza, pelo fato de o Governador Anchieta ser PSDB, o trabalho que se desenvolve num Estado com poucos recursos, certamente, em Brasília, é o seu partido que o ajuda. Daí, a gente achar justo e estar solidário com o Governador Anchieta por homenagear pessoas de fora e deste do Estado, como por exemplo, Jorge Neves; Victor Perin; Raimundo, esposo da D. Lourdinha; e tantos outros que ajudaram a construir este Estado. Obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela Portela** – Senhor Presidente,

nobres colegas, quero parabenizar pela conquista da Associação Nipo-brasileira que tem contribuído não só na cultura como em outras áreas. Informo, pois muitas pessoas não sabem, mas, é através do consulado, a Associação está climatizando o hospital geral de Roraima. Obrigado

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Em explicações pessoais, convoco a Deputada Aurelina, Deputada Ângela, Deputado Damosiel, Deputado Ionilson Sampaio e Deputado Coronel Chagas, para, logo após esta Sessão, reunião da Comissão de Ética. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, queria aproveitar este momento para estender o convite aos senhores Deputados e Deputadas para participarem dia 1º de outubro da 1ª Marcha das Flores em prol da valorização feminina, defesa dos direitos das mulheres de Roraima. A concentração será na Praça Velia Coutinho, a partir da oito horas. Grande parte das mulheres de Roraima está sentindo, de alguma forma, desvalorizada em relação à saúde, na questão da violência contra as mulheres, também reivindicar os mesmos direitos ao do homem quanto a salários e funções que a mulher desempenha enquanto os homens recebem salários maiores. É uma realidade no Brasil todo e em Roraima não é diferente. Então, a Marcha visa apoiar as mulheres, portanto estendo esse convite a todos os Parlamentares com apoio de todos, pois entrarei com um Requerimento solicitando a transformação da Sessão, nesse dia da marcha, em audiência pública para ouvirmos os reclames das mulheres, em favor das quais podemos contribuir de forma significativa com políticas voltadas para as mulheres do nosso Estado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, quero me solidarizar com os dois colegas atingidos aqui nesta Casa, com um dossiê fajuto que saíram distribuindo por baixo das portas dos gabinetes. Peço, pois, a Vossa Excelência que a Assembleia coíba este tipo de ação, até porque envolve o nome de representantes desta Casa. Deputado Jalser e Deputado Jean atingidos de uma forma que considero a mais vil possível. Tenho insistido em dizer que precisamos nos unir para apurar esse fato, também quando houver alguma irregularidade é dever denunciar aos órgãos competentes, o Ministério Público, à polícia Federal e outros, e não tentar denegrir a imagem de colegas Deputados, através de dossiês anônimos, isso também é crime. Então gostaria que Vossa Excelência tomasse as providências para que tal fato não se repita. Nós tivemos um episódio aqui que teve um rapaz que foi preso, inclusive, com um dossiê contra o Deputado Mecias. Ato que todos nós repudiamos. Da mesma forma declaro meu repúdio diante dessa ação que denigre a imagem não só dos colegas, mas a imagem do Poder Legislativo. Parabenizo o Estado pela passagem do aniversário, sei que ainda enfrentamos grandes dificuldades mas, este Estado apresenta perspectivas para se tornar punjante, promissor e com certeza daqui a alguns anos oferecerá melhor condição de vida aos nossos filhos e nossos netos. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, convido os membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo para uma reunião, após esta Sessão, para deliberar sobre alguns projetos. Deputado Jalser Renier – DEM; Deputado Erci de Moraes – PPS; Deputado Gabriel Picanço – PSB; Deputado Rodrigo Jucá – PMDB. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, gostaria de lembrar aos membros da Comissão de Meio Ambiente que temos dois projetos para deliberar na Comissão, por isso, pedimos aos Deputados Marcelo Cabral, Sargento Damosiel, Erci de Moraes e Soldado Sampaio permanecerem em Plenário, após o término da sessão.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência pois sei de sua sensibilidade com o homem do interior, para que a Comissão de Educação e Saúde, em virtude de várias colocações de vários parlamentares, possa visitar todos os Municípios e ouví-los pela parte da manhã sobre a saúde dos Municípios e do Estado e pela parte da tarde sobre a educação municipal e do Estado também, para que possamos apresentar um relatório a Vossa Excelência e assim podermos chamar a secretária de Educação para juntos elaborarmos um orçamento justo para esta secretaria para o próximo exercício. Então, estou comunicando a todos os membros da Comissão e a todos os Deputados que já estamos em fase de elaboração de um calendário para que possamos ter um perfil e ouvirmos todas as pessoas interessadas na área de saúde e da educação do Estado e dos Municípios.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar em Explicações Pessoais, informo aos Senhores Deputados a criação da Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 078/2011 que dispõe sobre planos de cargos, carreira e remuneração – PCCR, dos

servidores do quadro de pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER/RR, e dá outras providências; o Projeto de Lei Complementar nº 025/2011 que altera os dispositivos da Lei complementar nº 030 de 30 de junho de 1999, 054 de 31 de dezembro de 2001 e 079 de 10 de outubro de 2004, e renova a Lei nº 181 de 08 de julho de 2011 sobre a estrutura organizacional do Instituto de Previdência de Roraima – IPER/RR, e dá outras providências. A comissão é constituída pelos Parlamentares: Ângela Âguida Portella; Erci de Moraes; Flamarion Portela; Gabriel Picanço; Jean Frank; Marcelo Cabral; Naldo da Loteria; Natanael Nascimento e Sodado Sampaio. Artigo 2º - A Comissão a que se refere o Artigo 1º tem o prazo para funcionamento de até 60 dias para emissão do respectivo parecer. Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convidando os Senhores Deputados para a próxima Sessão dia 11, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picando, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Naldo da Loteria, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 11/10/2011

ATA DA 2058ª SESSÃO, EM 11 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas do dia onze de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário *ad doc*.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 080/11, de 04/10/11, do Deputado Joaquim Ruiz, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 04/10/11.

Memo nº 110/11, de 06/10/11, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 06/10/11.

Ofício nº 081/2011, de 06/10/11, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 06/10/11.

Memo nº 101/11, de 07/10/11, do Deputado Brito Bezerra, informando a composição dos membros da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção.

Requerimento s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, requerendo a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/11, de sua autoria, que concede a comenda Orgulho de Roraima à Senhora Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Jean Frank, concedendo a comenda Orgulho de Roraima à Senhora Shéridan de Anchieta, e dá outras providências.

Requerimento s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que a Sessão do dia 20/10, seja transformada em Audiência Pública, em apoio a I Marcha das flores em prol da valorização feminina e defesa dos direitos da mulher em Roraima.

TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício Circular nº 022/11, de 29/09/11, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TCE/RR.

Ofício Circular nº 023/11, de 30/09/11, encaminhando

Cumprimento de Deliberação do TCE/RR.

EXTERNOS:

Ofício nº 011/11, de 04/10/11, da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, Criada nos termos do Requerimento nº 001/11, e da Resolução nº 007/11, solicitando a possibilidade de colocar à disposição desta Comissão assessoramento Jurídico e técnico para instituir e auxiliar os trabalhos desta Comissão.

Ofício nº 015/11, de 06/10/11, da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima, convidando para a “Sessão Especial em Comemoração ao dia do Engenheiro Agrônomo”, a realizar-se no dia 11/10/11.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Não há Orador inscrito para o Grande Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Suspendo a Sessão por cinco minutos.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Nesse momento a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, atendendo o requerimento nº 052/11, de autoria de vários Deputados, momento em que a Assembleia Legislativa homenageará a categoria dos Engenheiros Agrônomos no Estado e agradecerá os Senhores Daniel Gianluppi e Ozimar Lima Coutinho com a comenda Orgulho de Roraima em homenagem a classe.

Para compor a Mesa, solicitamos ao Deputado **Erci de Moraes** que conduza à Mesa dos trabalhos o Vice-Governador, Senhor Chico Rodrigues; representando o Secretário de Agricultura, o Senhor Rodolfo Pereira, o Engenheiro Erwin Lima, Diretor de Assistência Técnica e Assistência Rural da Secretaria da Agricultura. Convido o Deputado Estadual **Erci de Moraes**; o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima, Engenheiros Eliander Pimentel Trajano; a Primeira Secretária da Associação, Engenheira Agrônoma Maria da conceição Oliveira; o Doutor Rodrigo Ávila, Presidente do CREA para comporem a Mesa dos Trabalhos.

Registramos no plenário a presença da Coordenadora do curso de agronomia da FARES, Engenheira Agrônoma Rejane, da Superintendente da Associação Roraimense dos Engenheiros e Arquitetos, Darlene Leitão; dos professores e alunos do curso de agronomia da FARES, dos professores e alunos de agronomia da UFRR; dos funcionários da Secretaria de Agricultura do Estado. Também aqui presentes os funcionários da Agência de Defesa Agropecuária; os funcionários da Fundação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; os Conselheiros do CREA. À todas as autoridades presentes, agradecemos pela presença.

Dando início a nossa Comissão, franqueamos nesse momento a palavra ao representante da classe dos Engenheiros Agrônomos, Senhor Eliander Pimentel Trajano.

O Senhor Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima – Eliander Pimentel Trajano – Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, queremos agradecer a esta Casa em nome do Presidente, Deputado **Chico Guerra**, que muito bem nos recebeu para e estarmos aqui fazendo essa homenagem ao Dia dos Engenheiros Agrônomos. Quero agradecer também ao Doutor **Erci de Moraes**, Deputado Estadual, por nos receber e articular todo esse cerimonial, aos Senhores Deputados, aos alunos de agronomia da FARES, aos profissionais, colegas de trabalho da Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima, aos colegas da Fundação do Meio Ambiente e as demais autoridades presentes.

Minhas palavras serão breves e resumidas em uma mensagem que será lida aos Senhores em homenagem ao dia do Engenheiro Agrônomo.

A presente década consolidará ainda mais a posição brasileira de grande protagonista na produção e comercialização mundial de alimentos, fibras e biomassas. Nesse horizonte, os desafios da engenharia agrônoma ficam bem mais complexos e amplos, em termos de satisfazer os anseios e expectativas da população mundial. O grande clamor, em escala global, consiste em traçar um modelo de sustentabilidade que harmonize a produção econômica, o equilíbrio ambiental e a responsabilidade social.

Além hoje de ser hoje reconhecido nos quatro cantos do planeta como único celeiro de alimentos da zona tropical, o Brasil conta com uma matriz energética limpa e renovável. A agricultura de baixo carbono praticada no país incorpora práticas amigas do ambiente e mitigadoras da emissão dos gases que causam o efeito estufa. As ações são dirigidas para a recuperação de pastagens degradáveis,

integração lavoura, pecuária, silvicultura, sistema de plantio direto na palha e fixação de nitrogênio. Junto com a produção de alimentos, paralelamente se expande o reflorestamento e a agronomia.

Uma janela de oportunidade inéditas se abre para a agricultura nacional nos próximos anos e décadas. O papel para catalisar esse processo está centrado nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Isso passa a desenvolver e fortalecer a capacidade empreendedora existente no campo.

A agronomia deve se estender e andar de mãos dadas para fomentar a tecnologia do ponto de vista da sustentabilidade e terá um grande peso para o Brasil, encontrar caminhos alternativos para sua viabilidade com a participação e a inserção dos cidadãos.

Em Roraima, o processo para fortalecer o empreendedorismo no campo inicia-se com a formação de cidadãos que tenham a capacidade de absolver tecnologias para fortalecer o setor produtivo. Um Estado forte começa pelo setor primário fortalecido. Não podemos ter um agronegócio caminhando bem, se o produtor não caminha bem. O produtor não consegue repassar custos porque não pode dar preços, é refém das cotações do mercado. Como podemos resolver essa equação em que é preciso aumentar a produção de modo equilibrado com o meio ambiente, e que remunerar satisfatoriamente o produtor? Acreditamos que o papel do engenheiro agrônomo é de suma importância para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Muito obrigado a todos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Registramos e agradecemos a presença do Doutor Frank George Cruz, Engenheiro Agrônomo e Professor da Universidade Federal do Amazonas e de sua esposa Ceres Regina de Moraes Cruz.

Nesse momento passo a palavra a Engenheira Maria da Conceição.

A Senhora **Maria da Conceição Oliveira Beckman** - Primeira Secretária da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima - Meu bom-dia a todos. Quero agradecer esta casa pela acolhida, por homenagem o dia dos Engenheiros Agrônomos, e convidar os Engenheiros Agrônomos que serão homenageados com uma placa simbólica, Doutor Daniel Gianluppi, Doutor Ozimar Coutinho e o Vice-Governador Chico Rodrigues.

(Entrega das comendas).

O Senhor Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima, **Eliander Pimentel Trajano** - Gostaria de fazer a leitura da mensagem.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima homenageia o Doutor Francisco de Assis Rodrigues, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Engenharia Agrônoma, nosso respeito e gratidão. Boa Vista, 11 de outubro de 2011. Muito obrigado.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima homenageia o Engenheiro Daniel Gianluppi, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Engenharia Agrônoma, nosso respeito e gratidão.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima homenageia o Doutor Ozimar de Lima Coutinho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Engenharia Agrônoma, nosso respeito e gratidão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Nesse momento, a palavra será franqueada aos Senhores Deputados que queiram se pronunciar em homenagem ao dia do Agrônomo.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** - Bom dia a todos. quero parabenizar, em nome de toda a Assembleia, essa categoria de profissionais que tanto tem feito por Roraima e pelo País. O Brasil tem alcançado índices extraordinários na questão da produção agrícola, na produção de vários gêneros alimentícios, enfim, tem conquistado um espaço muito importante a nível mundial graças ao empenho e a dedicação dessa categoria de profissionais, bem como, a de outras categorias que se associam a eles como os técnicos agrícolas, engenheiros florestais. Mas, a verdade é que muito do que nós conseguimos hoje, devemos aos engenheiros agrônomos. A balança comercial brasileira tem tido superávit quase todos os anos e isso deve-se a imensa produção de grãos, através de pesquisa realizada na EMBRAPA e ao empenho quase que total dos engenheiros agrônomos em especial. Portanto, estão de parabéns os engenheiros agrônomos. O Estado de Roraima precisa muito de vocês, porque o Estado ainda é incipiente na questão agrícola e, se Deus quiser, com o apoio de vocês, nós seremos um celeiro de produção na Amazônia. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joachim Ruiz** - Senhores Deputados, eu que fui o primeiro Prefeito de Mucajá, e grande parte da minha vida morei no interior, sei o quanto vocês são importante na nossa história. Vossa Excelência falou do agronegócio, da balança comercial, que vocês são partes responsáveis pelo superávit fiscal. Vou falar de coisa menor,

menor do que o Brasil e maior do que o nosso Estado são os pequenos agricultores nossos que por causa de vocês não estão na lei do contracheque. Eles são os nossos psicultores, pecuaristas, arroteiros que junto com vocês construíram este Estado maravilhoso, e são a outra parte da nossa economia que gera riqueza no interior do nosso Estado. Vocês contribuíram com a melhoria da história de Roraima levando melhoria da qualidade de vida principalmente para as pessoas que vivem no interior do nosso Estado. Parabéns a todos os senhores que contribuem com a história e com o desenvolvimento de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Quero cumprimentar todos os profissionais de agronomia, em nome do Vice-Governador Chico Rodrigues, e quero parabenizá-los por esta data tão importante, pois, vocês são os verdadeiros mestres da produção do nosso Brasil, são os verdadeiros mestres da terra e, sem dúvida nenhuma, têm contribuído muito para o Estado e para o Brasil. Quero fazer um apelo ao nosso Governador que use a inteligência desses técnicos para que levem a agricultura familiar a ser mais abundante e desenvolvida no nosso Estado. Eu tenho a certeza que com a boa vontade de Vossa Excelência, que é conhecedor do Estado de Roraima e sabe que com pouco se faz muito no interior, vamos dar as mãos e vamos para o campo que conseguiremos melhorar a vida de muitos necessitados. Quero ser parceiro de vocês para que possamos melhorar a agricultura no nosso Estado. Parabéns a todos vocês. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento o Vice-Governador Chico Rodrigues, meu querido e respeitado Daniel Gianluppi, e todos os demais profissionais da agronomia, em nome da engenheira agrônoma Maria da Conceição Oliveira. Quero fazer essa homenagem através do discurso encabeçado pelo Deputado Erci de Moraes, pois é motivo de muita alegria nós reconhecemos o valioso trabalho que os engenheiros agrônomos desenvolvem em nosso Estado, bem como, também, no Brasil. Vice-Governador, me chama a atenção uma reflexão que eu li há algum tempo atrás sobre um estudo feito por um grupo de antropólogos da Universidade de Harvard. Eles chegaram a uma reflexão que me fascina em qualquer época da humanidade, que em qualquer pedaço desse planeta o homem tem duas nobres necessidades e prioridades na sua vida. A primeira delas é a conquista de alimentos, pois todas as pessoas no seu dia a dia buscam mecanismos para levar o abençoado pão nosso de cada dia para sua mesa, como por exemplo, aquela pessoa mais humilde que sai de casa buscando o trabalho, e quando chega vai conversar com a família para saber se está faltando alguma coisa. Então, a conquista do alimento sempre foi a primeira necessidade do ser humano. A segunda nobre necessidade é a conquista da casa própria para abrigar sua família, pois nos primórdios dos tempos o homem se abrigava até nas pedras para tentar fugir dos intempéries do tempo e também dos animais. Contudo, eu faço essa reflexão para dizer que o Brasil hoje é destaque, pois tem potencial para alimentar todo mundo, mas ainda há um milhão de pessoas passando fome. E, não há nada mais indigno do que a fome. A fome neutraliza, retrai, faz com que o homem fuja da luta. Nós que somos nordestinos sabemos que em determinadas regiões do norte vemos muita fome. Eu vi muita miséria e as pessoas que passam fome não revelam que têm aquela necessidade, muitos têm vergonha de dizer que não tem o que comer, porque realmente ficam retraídos. Portanto, com essa reflexão, quero dizer que reconhecemos o valioso trabalho dos engenheiros agrônomos em Roraima e em todo o Brasil. Eu peço a permissão dos demais agrônomos para fazer uma agradecimento, em nome da sociedade de Roraima, ao engenheiro Daniel Gianluppi por tudo que ele fez por essa terra, pelo muito que ele fez na sua pesquisa, pela sua dedicação, pois, apesar da idade, ele continua vibrando e querendo fazer mais, continua sonhando com a grandeza deste Estado, apostando que Roraima venha a ser um Estado pujante, que tenha futuro, que irá alcançar melhores dias. Continue assim Daniel, não desanime, porque assim agindo estará homenageando os Agrônomos. Parabéns.

A Senhora Deputada **Ângela Aguida Portella** - Bom dia Senhor Vice-Governador Chico Rodrigues, demais membros da Mesa, caros colegas. Fico feliz em recebê-los e poder participar desta homenagem lindíssima a vocês que escolheram essa profissão magnífica da qual todos nós dependemos, pois o ser humano não vive sem se alimentar. Aqui nós louvamos em especial a profissão de vocês, visto que o nosso Estado tem vocação agrícola e, por isso nós reconhecemos o valor dessa profissão. É uma profissão difícil e os profissionais ainda precisam ter reconhecido o seu valor com melhores salários, melhores condições de trabalho, novos concursos, para que a extensão rural possa acontecer com a valorização desses profissionais, dando oportunidade também às pessoas que estão aguardando que isso aconteça.

Quero abraçar vocês com carinho, em nome da minha irmã que é Engenheira Agrônoma, Ana Lúcia Portella, e dizer que acompanhamos bem de perto a vida de vocês, isso desde a faculdade que tem uma grade curricular extensa, talvez a mais extensa de todas. Às vezes, vocês até abnegam da vida familiar, do final de semana, porque o trabalho é realizado no campo, é in loco. Vocês vivenciam a vida do agricultor, das pessoas que estão produzindo. Então, quero dizer à vocês que realmente eu fico muito grata de estar aqui nesse momento e de poder participar e parabenizar vocês neste dia. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Brito Beserra** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor vice-Governador Chico Rodrigues, gostaria de parabenizar todos os Engenheiros Agrônomos, em nome do Vice-Presidente do CREA, Doutor Rodrigo Ávila, e fazer aqui uma breve reflexão sobre a produção em nosso país. Nos anos 70, e se seguiram aí na década de 80 e 90, o êxodo rural do nosso país, nos centros urbanos foi crescendo, a industrialização e a produção cada vez mais diminuindo e essa necessidade de consumo aumentando. Foi e é hoje de extrema importância o trabalho dos Engenheiros Agrônomos, Deputada Aurilena, no sentido de aumentar a produção e não só no sentido de quantidade, mas no sentido da qualidade. Hoje se produz muito mais em pequenas áreas, se produz grãos de qualidade visando atender o nosso mercado local, e até exportar esses produtos e exemplo de outros Estados, como o estado de Mato Grosso, que se tornou um grande celeiro de produção e começou realmente a se desenvolver a partir do investimento maciço no setor produtivo, bem como o nosso Estado de Roraima também, e Vossa Excelência sabe que temos essa vocação, e os Engenheiros Agrônomos são mais que importantes nesse contexto. Eu costumo dizer que eles são essenciais, por esse trabalho técnico, por essa dedicação de estar no campo. Eu sei que não é fácil essa dedicação de estar estudando, a exemplo do Doutor Daniel Gianluppi, pesquisando, procurando promover a qualidade de produção no nosso Estado, de extrema necessidade. Volto a dizer, mais do que importante, é essencial. Parabéns a todos os Engenheiros Agrônomos por tudo que têm feito e contribuído para o engrandecimento deste Estado, sobretudo no setor produtivo.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar as boas vindas a todos os Engenheiros Agrônomos e cumprimentá-los pela comemoração desse dia. Senhora Presidente, nesse dia quero apenas fazer um simples desabafo. Desabafo de um homem que nasceu e foi criado na roça. Deputado Brito, fui conhecer uma botina, quando tinha doze anos de idade. Naquela época, não havia trabalho escravo não, mas tínhamos que aprender a trabalhar na roça. Vindo de família grande, eu era obrigado a trabalhar e aprendi todos os serviços da roça eu sei fazer, mas só vim poder crescer economicamente quando eu tive o acompanhamento técnico de um Engenheiro Agrônomo me orientando como proceder. Veja bem, nós vivemos no mundo hoje, e como bem disse o Deputado Flamarion, nós temos que produzir, pois há muita gente no mundo passando fome, entretanto o povo só quer viver na cidade. Hoje, nós só temos 06% das pessoas vivendo no campo. Estava comentando aqui com o nosso Presidente, se eu pudesse escolher uma classe para ser bem remunerado no Brasil, seria a dos Engenheiros Agrônomos, pois só quem precisa de um deles sabe valorizar essa profissão. Hoje, os entreves são tão grandes, temos uma lei de preservação ambiental que lembra de preservar tudo, mas esquece do ser humano, parece que nós que vivemos somente no campo, não temos a mesma importância que a fauna, a flora. Há pessoas que vivem na cidade, que tomam as decisões em gabinetes sem conhecer a realidade do ser humano. Quero aproveitar essa oportunidade para fazer aqui, na frente do Vice-Governador, que é um homem da roça, sensato, do Senhor Deputado Erci que comanda a frente ruralista desta Casa, um apelo ao governador que já tem conhecimento de um levamento da Agência de Fomento sobre a inadimplência de 5 mil produtores, de muitos e muitos anos, a qual, pela execução, não compensa, mais, porque não se consegue tirá-los da inadimplência, para colocá-los no mercado de trabalho. Entretanto, eu queria fazer esse apelo à Frente Parlamentar. Que Deus abençoe a todos os Engenheiros Agrônomos, que dê saúde a eles. Quero dizer ao Doutor Gianluppi que a admiração e a simpatia que eu tenho pelo senhor e muito grande, pela sua dedicação ao nosso Estado. Que Deus abençoe e ilumine a todos vocês.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhora Presidente, Deputada Aurelina, Vice Governador, engenheiro Agrônomo, Francisco Rodrigues, Eliander Pimentel Trajano, que diria que na condição de Presidente foi, na verdade, o idealizador deste momento que vivenciamos aqui, homenageando a valorosa categoria dos Engenheiros Agrônomos, Vice-Presidente, Engenheiro Agrônomo, Valter Dias

Patrício, Primeira Secretária, engenheira Maria da Conceição de Oliveira, além dos dois homenageados: Doutor Daniel Gianluppi e Professor Doutor Uziamar de Lima Coutinho. E, queria, ainda, incluir nessa menção um Engenheiro Agrônomo, citando o nome que por um lapso esquecemos, o Doutor Rodrigo Ávila, presidente do CREA. Seja muito bem vindo a esta Casa. Ele está acompanhado pela minha filha primogênita Ceres de Moraes Cruz. Quero saudar o Plenário e todas as pessoas aqui presentes que vieram nos prestigiar. E dizer que, a homenagem que esta Casa presta hoje aos Engenheiros Agrônomos, é até um resgate, porque de todas as profissões que atuam no setor agropecuário, com certeza, o Engenheiro Agrônomo é profissional mais eclético, com os conhecimentos que vão desde o contato direto com a terra, passando pelos conhecimentos agrônômicos e de engenharia, veterinários e de zootecnia, até os de Engenharia Florestal. As profissões mais antigas sempre tinha um leque maior de oportunidades. Com o advento do século atual, em que tudo se amplia e se moderniza, as profissões foram se subdividindo em outras, e eu, como zootecnista, convivi na minha vida intensamente durante a minha trajetória profissional, com os Engenheiros Agrônomos durante mais de vinte anos na EMBRAPA, e aprendi não só a respeitar e conviver com essa categoria, mas, sobretudo, a adquirir talvez a condição ímpar de avaliar o valor intrínseco desse profissional.

Quando cheguei na Amazônia em 1977, a missão que me foi dada foi participar de uma equipe de Agrônomos num projeto de grande envergadura que tratava-se de corrigir erros e agressões ao meio ambiente, feitos por aqueles que queriam ocupar a Amazônia. Então, fui designado para atuar num Projeto chamado Recuperação de Pastagens Degradadas, onde o Brasil, na época, vivia um período dominado pelo Governo, com exceção dos militares, e se tinha tentado a ocupação da Amazônia seguindo uma técnica que existia na SUDAN, que preconizava a ocupação da Amazônia através da pata do boi. Grandes extensões de nossas florestas foram devastadas pela derrubada indiscriminada, pelas queimadas e pela substituição da floresta original por pastagem. Essa ocupação poderia até ser considerada válida naquele tempo, mas, hoje, todos os profissionais que atuam no setor agropecuário e todo cidadão brasileiro tem consciência de que o ecossistema amazônico é frágil, o que não inviabiliza sua ocupação. Há como pré-requisito a necessidade premente de se deter cada vez mais conhecimentos tecnológicos para ocupar a Amazônia de forma racional e autossustentável. Com essa ideia, acolhendo a sugestão da Associação dos Engenheiros Agrônomos resolvemos, decidimos nesta Casa, com todos os Pares presentes, homenagear dois Engenheiros Agrônomos, prestando um justo reconhecimento a todos os Engenheiros Agrônomos que atuaram nessa Amazônia e, principalmente, em Roraima. Não poderia deixar de lembrar aqui, de dois Engenheiros Agrônomos que fizeram história neste Estado, e que ainda acompanhamos parte da trajetória de vida deles. Refiro-me ao nosso popular e querido Guaraci, que atuou por muitos anos na área rural na Secretaria de Agricultura, e ao saudoso Durval de Magalhães, pois cada vez que cantamos o Hino de Roraima lembramos dele, que além de Engenheiro Agrônomo, era um poeta renomado e o autor do Hino de Roraima. Os nossos homenageados de hoje representam com muita profundidade os demais Engenheiros Agrônomos que atuam no Estado do Amazonas, um deles o Doutor Daniel Gianluppi. O que me liga a Daniel Gianluppi não é só o fato de sermos de profissões assemelhadas que atuam no setor primário, e sim uma amizade verdadeira pela trajetória que tivemos juntos. O Doutor Daniel chegou lá pelos idos de 82, 83, para trabalhar em Roraima, e eu, naquele instante, implantava a EMBRAPA aqui e tinha como nosso saudoso Governador Ottomar a liberdade de requisitar técnicos que pudessem atuar no órgão, uma vez que, a EMBRAPA vivia naquele momento a limitação do Governo Federal de não poder contratar. E, chega Daniel com seu flamante mestrado em fertilidade de solos que era uma raridade aqui naquela época, um dos profissionais mais requisitados para estudar verdadeiramente nosso solo, devido a tudo que poderíamos extrair dele. E hoje, sabemos que quase tudo funcionou graças aos projetos alcançados com o trabalho de Daniel e de tantos outros companheiros da nossa EMBRAPA. Considero mais do que justa essa homenagem. O professor Doutor Ozimar de Lima Coutinho representa a nossa Universidade Federal e as Faculdades que têm cursos nessa área, como legítimo representante dos formadores de novos Engenheiros Agrônomos, para engrossar a massa crítica de profissionais no Estado, para que possamos participar e para que eles possam e participaram com certeza de um momento que eu acredito piamente que se avizinha ao que estamos nessa fase da economia do contracheque. E, temos agora o desafio de entrar na economia da produção através do desenvolvimento sustentável,

explorando racionalmente as vocações do nosso Estado que, sem dúvida, é a agropecuária. Por tudo isso, eu quero, em nome desta Casa e dos meus Pares, render a nossa homenagem sincera a todos os Engenheiros Agrônomos pela passagem do dia do Engenheiro Agrônomo que ocorre amanhã, dia 12. Bom dia e muito obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu quero dizer que dia 12 de outubro é um dia bonito, Dia da Criança, Dia da Padroeira do nosso País, Dia do Engenheiro Agrônomo. A gente quer abraçar aqui a nossa turma, começando pelo nosso Vice-Governador, Agrônomo. Eu estava aqui conversando com o Chico, eu o chamo assim, meu amigo que chegou aqui em 1982 com um desafio muito grande, e depois eu vou falar o porquê. Eu cheguei aqui em 1978, veterinária, naquele tempo aqui em Roraima só existia boi e um feijãozinho, um arroz que a gente começou a produzir como fonte de riqueza do Estado. Eu já encontrei o Doutor Erci, o Daniel, pesquisadores aqui já tentando dar uma direção para esse pedaço de chão que a gente começou a sonhar que um dia seria Estado, mas, para isso, ele precisava crescer. Os demais, essa filharada que se criou aqui, temos muito orgulho deles. O Deputado Flamarion falou ainda há pouco que uma das grandes missões deste País é a produção de alimentos, sem ela, a vida humana é difícil. E nós, do Estado de Roraima, que temos na agricultura a base da nossa economia, a turma da área rural, o Agrônomo, o Veterinário, o Técnico Agrícola, o Zootecnista, toda essa turma tem um peso nas costas, a responsabilidade de fazer este Estado crescer. Em cada recanto deste Estado, e, às vezes, andamos muito, vemos um Agrônomo, um Veterinário ou um Técnico Agrícola com pé na lama, com os filhos estudando naquela escolinha lá do mais remoto lugar do interior, muitas vezes, sacrificando até a boa educação que o filho poderia ter em um Centro maior, mas essa turma tem um objetivo maior, fazer este Estado crescer, produzir, pois produzindo temos receita, arrecadamos recursos, geramos empregos e fazemos a riqueza do Estado. Então, a essa turma que faz isso, aos Engenheiros Agrônomos, aos Técnicos Agrícolas que nos ajudam, que são nossa cabeça, aos nossos Veterinários, Zootecnistas, Agrônomos ilustres como o velho Guará, o Doutor Dorval e tantos outros, a nossa homenagem. Esses dias eu estava conversando com o Antônio Silva, o Edilton, essa turma que tive uma vida inteira dedicada a Roraima. Você Chico, representa bem a classe dos Agrônomos, hoje é nosso Vice-Governador. Eu sei que o seu pensamento e o do nosso Governador é que o setor agrícola continue sendo o nosso objetivo maior, o nosso zelo e cuidado, porque o nosso setor agrícola é a nossa esperança para um futuro melhor. Queremos levar o nosso abraço aos Agrônomos no seu dia, um abraço especial desta Casa, na pessoa do nosso presidente Chico Guerra, de todos os Deputados aqui. Eu acho que poucos não tem um pé no meio rural, ou sua origem. O meio rural é muito querido por todos nós. Obrigado.

O Senhor Vice-Governador Chico Rodrigues – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Deputada que preside essa Sessão, minha amiga Aurelina, meu amigo de longa jornada Deputado Erci de Moraes, os Deputados Chico Guerra, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Joaquim Ruiz, Ângela Portella, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Remídio, Naldo da Loteria, Chicão da Silveira; os homenageados, Doutor Daniel Gianluppi, Doutor Ozimar de Lima Coutinho, a Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, Eliana Pimentel Trajano, o Vice-Presidente Walter Dias Patrício, a Primeira Secretária, Engenheira Agrônoma Maria da Conceição, o Diretor Técnico Francisco Valnei Costa da Silva, Uervim Lima, representando o Secretário de Agricultura, a Coordenadora do Curso de Agronomia da FARES, Engenheira Agrônoma Rejane Lanes, a Superintendente da Associação Roraimense de Engenheiros e Arquitetos, Darlene Leitão, os Professores e alunos do Curso de Agronomia da FARES, da Universidade Federal, os funcionários da Secretaria de Agricultura, da FEMACT, os Conselheiros do CREA. Hoje é um dia muito feliz nas nossas vidas porque recebemos esse convite para participar desta Sessão no Plenário da Assembleia Legislativa, para comemorar e homenagear todos os Engenheiros Agrônomos de Roraima e do Brasil. Quero dizer que é de uma importância enorme este momento porque por si só justifica o papel e a importância estratégica que tem o Agrônomo na vida das pessoas. Quando nós olhamos pelo retrovisor da vida, nos deparamos com situações que, às vezes, de uma forma silenciosa nos levavam a tomar a decisão de seguir esta profissão tão nobre. Uma referência interessante, comparativa, quando se manifestou o nobre Deputado Flamarion sobre a questão da fome que humilha, degrada, e uma visão que me vem a memória é daqueles do nosso nordeste, dos nossos avós, dos meus pais que tangidos pela fome e pela seca caminharam dias e dias pelas veredas do sertão em busca de um lugar onde tivessem mais condições de vida. Lembro-me que pelos idos de 1928, na grande seca do nordeste, naquela época eles saíam de Princesa Isabel no sertão de pernambucano, até Arco Verde

procurando uma terra mais promissora, o alimento que lhes faltava, pois sobrava tudo e faltava aquilo que era vital para suas vidas, o alimento. Na verdade, aquelas histórias vieram povoando a minha memória, compondo como um mosaico de informações a minha vida e um dia, na escolha de uma profissão, eu me lembrava daquelas histórias sofridas dos meus avós, dos meus pais, que falavam muita coisa bonita, mas uma que ficou cravada na minha memória de criança, e já como jovem uma coisa que, na verdade, nos constrange e humilha, é a fome. Resolvi fazer um caminho inverso àquele daquelas pessoas que faziam parte da minha vida e fiz o curso de Agronomia, e desde os primeiros dias ao assistir as aulas ainda no curso básico eu ia me encontrando com aquela imaginação e ia vendo como as coisas na verdade eram importantes, a partir do que eu aprenderia, pois poderia estender a mão e ser útil para as pessoas. Chegava nas aulas práticas e via aqueles campos de experimento de horticultura, fruticultura de pequenas, médias e grande lavouras e nunca a borracha do tempo apagou da minha memória aquelas passagens que, na verdade, me incomodavam e permanecem vivas como antes. Para o ser humano o alimento e o teto, é vital, e eu me sinto orgulhoso de poder ser um daqueles que contribuem com o conhecimento, com a crença, a fé nesse setor que é fundamental para a vida da nossa gente. Essa profissão é recheada de sonhos, mas acima de tudo, de verdades que nos encontram a cada dia, para passarmos àqueles que diretamente precisam do nosso trabalho. Senhor Presidente, o nosso Estado tem uma vocação direta para o setor primário, e hoje está despertando para a importância geopolítica, de aqui desenvolvermos grandes projetos, para tornar esse chão produtivo e Roraima a última fronteira agrícola desse País. Nós não podemos esquecer que o Estado de Roraima tem hoje em torno de 22 mil pequenas propriedades em núcleos de assentamento federais e estaduais, que precisam de uma política definitiva para que possamos oferecer mais e melhor para cada colono. As dificuldades com que nos deparamos são inerentes da função que exercemos, mas a certeza que temos do potencial do nosso Estado é inabalável. E, nós estamos dando os primeiros passos para, de uma forma segura, fazer a titulação das áreas e a transferência dessas áreas para o nosso Estado, ou seja, com a constituição do nosso Estado, eu tenho certeza absoluta que a visão daqueles que aqui vivem e confiam nesse Estado, aliados a visão daqueles que veem em Roraima, pela sua localização geopolítica, uma área importante para produção de alimentos, que nós, Engenheiros Agrônomos, seremos parceiros nessa grande aventura que é ocupar de forma produtiva o Estado de Roraima. Tenho certeza, Deputado Chicão, que o Senhor que calçou uma botina aos 12 anos de idade, hoje, lá pelas bandas de Alto Alegre, nas vicinais, está se transformando num grande pecuarista da piscicultura e sabe muito bem que hoje a situação do nosso Estado em relação a 10, 15, 20 anos atrás é totalmente diferente daqueles tempos. Hoje já temos vicinais asfaltadas, tangenciamos os obstáculos que vêm à frente em algumas vicinais, como a vicinal tronco do Alto Alegre que vai até ao Samaúma, demonstrando que nós investimos no futuro deste Estado. Ao saímos daqui para a Serra Grande I e II, encontramos o colono que antes sonhava em vender por qualquer preço o seu lote feliz, e hoje ele sonha em tomar seu lote a razão da sua vida, bem como da sua família, pela energia que está na sua porta, pelo asfalto que chegou no seu lote. Os programas que precisamos implantar estão sendo implantados não com a rapidez que nós queremos e precisamos, mas estão sendo realizados através de uma ação continuada. Esse programa do calcário que estamos desenvolvendo, é porque os Agrônomos, os que cultivam a terra sabem a necessidade da correção da acidez do solo para que ele se torne mais produtivo, e estamos fazendo isso a 4, 5 anos de uma forma intermitente. Tenho certeza que com a qualificação que é fundamental, se cada vez mais capacitarmos os nossos técnicos, não apenas os Agrônomos, mas os Técnicos Agrícolas, os Engenheiros de Pesca, os Veterinários, nós haveremos de nos atrelar a produção nacional que hoje já ultrapassa 200 milhões de cabeças de gado. E, haveremos de nos alirmos a essa grande produção e sairmos dos quase um milhão de cabeças de gado para 2, 3, 4 milhões, porque temos potencial para isso. Os campos, às vezes considerados por alguns estéreis, os lavrados que às vezes não davam quase nada, neles hoje se tem 3 safras por ano, isso numa mesma área. Você sai daqui hoje e vê a menos de 40 quilômetros proprietários como o Senhor Afrânio Veber que esta fazendo 3 safras por ano, utilizando a irrigação. Estivemos no último sábado inaugurando com o Governador a subestação do Passarão para que possamos tornar aquela área de 400 hectares produtiva, porque nós temos mais de 20 quilômetros de tubulações enterradas, de alta pressão, para implantar um projeto a exemplo do que já existe no nordeste do Brasil. Ampliaremos de 400 para 1000 hectares. Desde 1994, Ottomar, com o seu sentimento de

visionário, entendeu que aquela água que passava deslizando os barrancos do Uaricoera teria que ser aproveitada para transformar aqueles solos e produzir alimentos. Eu tenho certeza que esta Casa Legislativa, a Casa do povo, tem esse sentimento também, vai aprovar de forma mais rápida esse projeto para que possamos oferecer mais alimentos, melhores condições de vida e mais desenvolvimento para o Estado de Roraima.

Caro presidente, Senhoras e Senhores, caros colegas, como engenheiro Agrônomo eu peço a todos vocês que possamos fazer uma grande cruzada no sentido de impulsionarmos com os projetos de governo, essa atividade que, a curto e médio prazo, será a redenção econômica do nosso Estado. Portanto, muito obrigado a todos pela oportunidade.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Nesse momento, convidamos o nosso Presidente Chico Guerra para que assuma os trabalhos. Nós iremos, agora, homenagear os nossos representantes da classe de Agronomia.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Neste momento, convido o Deputado Erci de Moraes para entregar a Comenda Orgulho de Roraima ao Doutor Daniel Gianluppi.

Convidamos o Doutor Ozimar de Lima Coutinho para receber a Comenda Orgulho de Roraima das mãos do Vice-Governador Francisco Rodrigues.

Quero falar da satisfação de podermos, como gerente da Casa do povo, referendar e parabenizar todos os Agrônomos, uma vez que, a Casa do povo tem o dever, assim como uma grande família de quando um filho faz aniversário fazer uma pequena festa. Esta é uma pequena festa, essa é a homenagem dos representantes do povo de Roraima que tanto lutam para que o Estado possa se desenvolver e oferecer alimento de qualidade ao do povo. Parabéns.

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero convidar todos os católicos e simpatizantes, pois amanhã se comemora o Dia de Nossa Senhora de Aparecida, para sairmos com a procissão da Catedral até a Igreja Nossa Senhora Aparecida. Todos sintam-se convidados. Vamos tirar um dia para nos dedicarmos à Mãe de Jesus.

Senhor Presidente, quero cumprimentar o Ministério Público Federal e dizer que a Direção Regional do PDT repudia o que o atual Superintendente do Trabalho da região de Roraima, Mário Rocha, está praticando com relação aos atos ilícitos junto aquela Superintendência. Hoje mesmo a Direção Regional do partido enviou um manifesto ao Ministro Lupim para providências pedindo o seu afastamento do cargo.

Gostaria de repudiar uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de Roraima que condenou o Vereador Raimundo Nonato Mourão Melo, na época Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre, à perda, por 5 anos, do seu direito político, e a pagar 423 reais e 30 centavos. Isso é um absurdo, não podemos aceitar uma situação dessa.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero aproveitar a oportunidade para fazer uma convocação a classe política desse Estado e a sociedade organizada por conta do Dia da Criança, para que possamos entender que as crianças de hoje, amanhã serão homenageadas pelos pais, padrinhos, tios. Que possamos ter condições morais de realmente parabenizá-las com o cumprimento do dever legal que hoje exercemos, parabenizá-las com educação, saúde, segurança, carinho, afeto e principalmente, garantindo os seus direitos fundamentais, o seu futuro. Essas crianças de hoje serão

o brilho de um futuro próximo. Parabéns a todas as crianças.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amanhã se comemora o Dia da Criança, e o direito mais fundamental garantido a elas é o direito à vida. Hoje, ao ler o jornal, vi uma manchete de capa onde uma criança de 8 anos foi estuprada e assassinada, e seu corpo foi encontrado em elevado estado de putrefação. Nós que somos pais, que amanhã seremos avôs, ficamos muito tristes com a forma como que as nossas crianças estão sendo tratadas. Isso não é um caso isolado, a violência sexual tem se repetido contra as nossas crianças. Hoje, houve aqui uma Sessão Especial e até esperava que essa manchete tivesse uma repercussão no Poder Legislativo. Nós não podemos nos conformar com determinados fatos, estamos vendo essas brutalidades, vendo, vendo, e vai passando e parece que vamos ficando mais insensíveis pela frequência e assiduidade dos fatos, mas as nossas crianças precisam de cuidados, de zelo, precisam ter garantia de um futuro melhor. Temos a responsabilidade, enquanto entes públicos, de transferir um Estado melhor para essa nova geração do que o que nós recebemos da geração que nos antecedeu. Esse é um alerta que eu queria dar, homenageando, abraçando todas as crianças, mas destacando esse momento triste. Às vezes integrantes da própria família praticam o espancamento, a agressão, o estupro e até os assassinatos. Quero parabenizar todas as crianças lamentando que um Estado tão pequeno, de 450 mil habitantes, consiga ver brutalidades dessa dimensão. Realmente dói o coração.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu também vou me reportar a essa situação que é muito triste. Como Presidente da Comissão da Família, sinto-me realmente estarrecida. Nós precisamos sim nos unirmos e pensarmos em uma forma de colocarmos as crianças e os adolescentes como prioridade absoluta no nosso país. Temos que pensar em instalar escolas que fiquem com essas crianças sob a guarda do Estado o dia todo, de forma digna, dando alimentação adequada, utilizando o tempo dessas crianças também de forma produtiva, dando condições a elas para que possam vislumbrar um futuro digno. Nós vemos pela televisão, ultimamente, muitos problemas envolvendo jovens, galeras, e ficamos realmente sem saber o que pensar, mas nós, como pessoas públicas, temos sim que criar oportunidades, buscarmos programas que venham a atender essas crianças e ajudá-los. No próximo dia 19, a Comissão da Família vai ter uma Audiência com a Ministra Maria do Rosário, a qual já estamos levando alguns pontos sobre essa situação. Nós fizemos diagnósticos na cidade de Pacaraima, Boa Vista, e ontem falava com a prefeita de Caracará, e ela me informou os índices de criminalidade e de drogas altíssimos, inclusive, me falou que Roraima está sendo abastecido por drogas oriundas daquela cidade. Isso é muito triste, principalmente as vésperas do dia das crianças.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar, e não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convido os Senhores Deputados para a próxima Sessão dia 11, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Naldo da Loteria, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 13/10/2011



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo